

PROGRAMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO PARANÁ
PROJETO VIDA NOVA

BR-L1588

**PLANO DE CONSULTAS PÚBLICAS E ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS DA AMOSTRA
REPRESENTATIVA
DOCUMENTOS SOCIAIS
MR/PER**

Junho de 2023

Permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

CRÉDITOS

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Consultora

Carla Sanche

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DESCRIÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA.....	9
2.1. Contexto	11
2.1.1. O direito à moradia.....	11
2.1.2. A demanda habitacional no Paraná	12
2.1.3. A política habitacional do Paraná	15
2.2. Objetivos Ambientais e Sociais do Projeto Vida Nova	17
2.3. Abrangência do Projeto Vida Nova	17
2.4. Resultados Socioambientais Esperados.....	17
2.5. Orçamento do Projeto Vida Nova	18
2.6. Descrição dos Componentes do Projeto Vida Nova	19
2.7. Descrição das Intervenções Previstas – Tipologia das Obras.....	23
2.8. Cronograma de Implantação	27
2.9. Descrição e Caracterização da Amostra Representativa.....	27
3. OBJETIVOS DO PLANO DE CONSULTAS PÚBLICAS E ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO DAS PARTES INTERESSADAS.....	30
4. PRINCÍPIOS ADOTADOS NO PLANO DE CONSULTAS PÚBLICAS E ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO DAS PARTES INTERESSADAS	30
5. ABRANGÊNCIA.....	32
6. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS.....	33
7. IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES PRIORITÁRIAS	34
8. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTAS PÚBLICAS DA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA.....	35
9. ATIVIDADES DO PROCESSO DE CONSULTAS PÚBLICAS DA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA: DOCUMENTOS SOCIAIS – MR E PER.....	39
9.1. Divulgação Pública de Informações	39
9.2. Consulta Pública Semipresencial (híbrida e com transmissão online): Programa de Atendimento Habitacional (demanda aberta).....	42
9.2.1. Roteiro da Consulta Pública Semipresencial (híbrida e com transmissão online) – Demanda Aberta.....	45
9.3. Consultas Públicas Presenciais: [Demanda Fechada – Reassentamentos Involuntários]	47

9.3.1. Roteiro das Consultas Públicas Presenciais – Reassentamentos Involuntários (Demanda Fechada).....	53
9.4. Registros das Consultas	54
9.5. Treinamento e Orientação aos técnicos envolvidos para organização e condução das Consultas Presenciais e Atendimentos Posteriores	55
9.6. Medidas de Segurança em caso de contato com a população (formato híbrido e presencial de consultas)	55
10. ATENÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO, GRUPOS VULNERÁVEIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	56
11. RECURSOS ALOCADOS PREVISTOS.....	58
11.1. Difusão, Chamamento e Mobilização Social	58
11.2. Recursos de comunicação existentes	61
11.3. Recursos humanos.....	61
12. MECANISMO DE GESTÃO QUEIXAS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA AS CONSULTAS PÚBLICAS NA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA	63
12.1. Canais Institucionais	64
12.2. Canais de relacionamento direto com as famílias e comunidades afetadas na etapa de Operação	71
12.3. Fluxo do sistema de queixas	73
12.4. Tempo de resposta.....	74
13. EXPERIÊNCIA EM CONSULTA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO	76
ANEXO 1 – MATRIZ DE PARTES INTERESSADAS	77
ANEXO 2 – LOCALIZAÇÃO E CONTATO WHATSAPP – ESCRITÓRIOS REGIONAIS COHAPAR	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Necessidades Habitacionais (déficit), ZEIS, Vazios urbanos e áreas disponíveis para habitação.....	14
Figura 2 - Esquema representativo: estruturação das intervenções	25
Figura 3 – Municípios que fazem parte da amostra representativa	28
Figura 4 - Localização da amostra representativa	32
Figura 5 – Fluxo simplificado de Consultas Públicas da Fase de Preparação do Projeto Vida Nova	37
Figura 6 – Exemplos de páginas eletrônicas destinadas à processos de consultas públicas.....	40
Figura 7 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Divulgação Pública de Informações.....	41
Figura 8 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Consulta Pública Semipresencial.....	44
Figura 9 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante as Consultas Públicas Presenciais.....	50
Figura 10 – Exemplos de materiais de divulgação (PROSAMIM+/MANAUS)	59
Figura 11 - Exemplos de materiais de divulgação (Cartaz: PROSAMIM+/MANAUS e Moto-som: Promorar/RECIFE).....	60
Figura 12 – Site COHAPAR	66
Figura 13 – Site COHAPAR: Fale Conosco	67
Figura 14 – Mídias Sociais COHAPAR	68
Figura 15 – Página da Ouvidoria da COHAPAR.....	69
Figura 16 - Encontro de mulheres PNHR – Londrina	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modalidades de atendimento – Casa Fácil – Paraná	15
Tabela 2 – Orçamento do Projeto Vida Nova	19
Tabela 3 – Quadro de tipologias de intervenção do Projeto Vida Nova	26
Tabela 4 – Cronograma de Implantação do Programa	27
Tabela 5 – Localidades e número de áreas com Projetos definidos na Amostra Representativa do Projeto Vida Nova	28
Tabela 6 – Quadro Resumo: Principais categorias de Partes Interessadas.....	33
Tabela 7 – Quadro Resumo – Divulgação Pública de Informações.....	42
Tabela 8 – Quadro Resumo - Consulta Pública Semipresencial (híbrida) – Programa de Atendimento Habitacional (demanda aberta).....	45
Tabela 9 – Quadro Resumo - Consultas Públicas Presenciais – Reassentamentos Involuntários (Demanda Fechada).....	50
Tabela 10 – Consultas Públicas Presenciais –Reassentamentos Involuntário (Demanda Fechada) – Programação	51
Tabela 11 – Endereços e contatos – Escritórios Regionais - COHAPAR	65
Tabela 12 – Formas de Atendimento nos Postos de Atendimento Local	72
Tabela 13 – Endereços e contatos – Escritórios Regionais - COHAPAR	74
Tabela 14 – Atores beneficiados e impactados pelo Programa	77
Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ÁGUA PARANÁ	Instituto das Águas do Paraná
APA	Área de Preservação Ambiental
ASA	Análise Socioterritorial da Área
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIM	Modelagem de Informação da Construção
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADIN	Cadastro Informativo Estadual
CADMUT	Cadastro Nacional de Mutuários
CADUNICO	Cadastro Único
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FECOP/PR	Fundo de Combate à Pobreza do Paraná
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MICI/BID	Mecanismo de Consulta e Investigação Independente / BID
MPAS	Marco de Políticas Ambientais e Sociais
MR	Marco do Reassentamento
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PARANÁ CIDADE	Paraná Cidade
PBF	Programa Bolsa Família
PcD	Pessoa com Deficiência
PDAS	Padrões de Desempenho Ambiental e Social
PEHIS	Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
PER	Plano Executivo de Reassentamento
PPA	Plano Plurianual
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná

SCHAP	Sistema de Cadastro Habitacional do Paraná
SECID	Secretaria de Estado das Cidades
SEDEF	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
SEDEST	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEES	Secretaria de Estado do Esporte
SEIL	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SESP	Secretaria da Segurança Pública
SETR	Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
SISPEHIS	Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TTS	Trabalho Técnico Social
UGP	Unidade de Gestão do Programa
UH	Unidade Habitacional
VNBID	Vida Nova BID

1. INTRODUÇÃO

O **Padrão de Desempenho Ambiental e Social - PDAS 10 (Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações)** do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) define o engajamento de partes interessadas como um processo contínuo, inclusivo e interativo que deve ser conduzido ao longo de todo o ciclo de vida de um projeto. Sendo planejado e implementado de forma apropriada, este processo tem grandes chances de apoiar a construção de relacionamentos responsivos e fundamentais para o *“gerenciamento bem sucedido dos riscos e impactos ambientais e sociais de um projeto”* (BID, 2020, p. 113)¹.

Nesta linha, também o **Padrões de Desempenho Ambiental e Social 5 (Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário) em conjunto com o PDAS 10** determinam que as comunidades afetadas devem ser envolvidas e consultadas, inclusive no que se refere aos processos decisórios sobre o reassentamento e restauração dos meios de vida e subsistência. Durante a execução do projeto, se faz necessário portanto a realização de Consultas Públicas Significativas envolvendo todas as partes interessadas e/ou direta e indiretamente afetadas com as intervenções do projeto, cujo objetivo é tornar o engajamento dinâmico e interativo, com representação e envolvimento de diferentes categorias, sendo equitativo e transparente.

A implementação de uma abordagem sistemática de engajamento das partes interessadas é uma exigência do BID para seus projetos apoiados a partir da compreensão de que este processo é um elemento-chave para a sustentabilidade ambiental e social dos projetos, aprimoramento de sua aceitação e contribuição relevante para sua execução. Neste sentido, em cada projeto a natureza, o escopo e a frequência do engajamento deverão ser proporcionais à própria natureza e escala do projeto em questão, assim como a seu cronograma de implementação, aos riscos e impactos potenciais.

É neste contexto que se insere o presente documento: o **Plano de Consultas Públicas e Engajamento de Partes Interessadas da Amostra Significativa – Documentos Sociais do Programa Casa Fácil Paraná – Projeto Vida Nova (BR-L1588)**, em preparação pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) para apoio junto ao BID.

Este documento apresenta as diretrizes gerais para a condução dos processos de engajamento das partes interessadas e realização das consultas públicas ao longo da implementação do Projeto Vida Nova. De forma específica, detalha o planejamento executivo da realização das Consultas Públicas previstas para a etapa atual do projeto (preparação) no âmbito dos documentos: Marco de Reassentamento (MR) e Plano Executivo de Reassentamento (PER).

¹ BID. Marco de Políticas Ambientais e Sociais, 2020.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA

O Projeto Vida Nova (BR-L1588) é uma operação de múltiplas obras para apoiar o setor de habitação do Estado do Paraná. Os resultados serão alcançados a partir de uma metodologia baseada em três grandes ações:

1. *Produção de empreendimentos habitacionais*

- Viabilização de terrenos junto aos municípios com demanda identificada;
- Levantamentos técnicos preliminares para atestar a viabilidade técnica de implantação das moradias;
- Desenvolvimento de elementos técnicos (anteprojetos/projetos) para a contratação dos serviços de edificação;
- Contratação/Seleção da empresa executora;
- Execução das obras;
- Entrega das Moradias.

2. *Recuperação de áreas ocupadas*

- Desocupação da área ocupada e remoção das famílias para o novo empreendimento;
- Recuperação ambiental de áreas quando for o caso, promovendo ações de proteção e preservação do bioma existente;
- Edificação de equipamentos públicos e/ou comunitários²;
- Monitoramento para prevenção de novas ocupações irregulares.

3. *Trabalho Socioambiental*

- Seleção e Hierarquização dos beneficiários quando não se tratar de demanda pré caracterizada;
- Acompanhamento Socioambiental das famílias atendidas;
- Acompanhamento do processo de transição da moradia precária para a nova unidade habitacional;
- Atividades multissetoriais com inserção das famílias atendidas nas políticas públicas existentes.

No caso de famílias em situação de vulnerabilidade social, que residam em áreas de atenção, seja de forma pulverizada (demanda aberta) ou coletiva (demanda fechada advinda de assentamentos precários), é imperiosa a produção de empreendimentos em novas áreas, onde as famílias beneficiadas possam ser realocadas e usufruir de moradias dotadas de infraestrutura urbana, ou seja, com abastecimento de água e energia elétrica, soluções de esgotamento sanitário, escoamento de águas pluviais, pavimentação, calçada, meio fio, iluminação pública, dentre outros itens necessários a segurança, bem estar e salubridade das mesmas.

Consideram-se áreas de risco aquelas que demandam atenção e que apresentam risco ao meio ambiente, geológico ou de insalubridade, tais como: erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento, sob redes elétricas de alta tensão, áreas de segurança de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e lixões, áreas contaminadas por substâncias tóxicas, como produtos químicos industriais, metais pesados e/ou pesticidas, bem como outras assim definidas pela Defesa Civil,

² Quando possível, considerando que passará por análise de viabilidade técnica

como também áreas de Proteção Ambiental, que são áreas regulamentadas por leis específicas, destinadas a conservação ambiental.

Buscando obter celeridade e eficiência nas ações propostas, especificamente nos casos de atendimentos a assentamentos precários, serão priorizadas intervenções localizadas em áreas públicas, que não demandam os custos e trâmites burocráticos inerentes ao processo de desapropriação de área privada. Hoje no Paraná, segundo dados do SISPEHIS, 67.000 domicílios integram assentamentos precários do tipo favela localizados em áreas públicas.

Segundo esta linha, foram selecionados aproximadamente 73 municípios e 140 favelas/intervenções para a construção de 5600 unidades habitacionais no Estado do Paraná. A seleção da meta inicial do Projeto Vida Nova levou em consideração, além da propriedade ser pública, o fato de serem executadas em áreas definidas como de atenção, e que caracterizam assentamentos como sendo precários e que demandam reassentamento total, com exceção do projeto em Imbituva que é parcial, ou seja, as famílias não possuem condição de permanecer no local. Também foi levado em consideração a contrapartida por parte do Município, quanto a indicação e comprometimento quanto a doação de área para a realização do empreendimento habitacional destinado a abrigar as famílias a serem realocadas. Além disso, foi levado em conta a dimensão das favelas de intervenção nos Municípios, sendo priorizados os casos de menor volume com o objetivo de maximizar a capilaridade do recurso investido e extinguir a existência de favelas e/ou domicílios precários em um número maior de municípios.

Quanto às famílias atendidas, quando se tratar de casos pulverizados (demanda aberta) selecionados através do cadastro de pretendentes da Cohapar, serão utilizados os seguintes critérios de priorização:

- Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público;
- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração;
- Famílias das quais façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico;
- Famílias beneficiárias do Bolsa Família (PBF) ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovadas por declaração do ente público;
- Famílias com dependentes menores de 18 anos de idade, comprovado por documento de filiação;
- Famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda.

Serão ainda observadas as cotas de atendimento às famílias com idosos na condição de titularidade, famílias com mulheres chefes de famílias, famílias com deficiências entre seus membros, e famílias com mulheres protegidas pela Lei Maria da Penha, nas quantidades definidas pela legislação vigente.

O Projeto Vida Nova não irá prever contrapartida financeira por parte das famílias, pois a nova moradia não terá um caráter de aquisição, mas sim um caráter indenizatório originado pela retirada das mesmas de um local que, embora irregular e as vezes insalubre, se constituiu em um lar por vários anos, com a criação de raízes e vínculos sociais que serão afetados pela mudança compulsória. O trabalho social, a ser desenvolvido junto às famílias beneficiadas, será centralizado neste processo de transição buscando facilitar a adaptação física e emocional ao novo local.

Quando a iminência da entrega das unidades habitacionais, as famílias deverão assinar um Termo definitivo de recebimento da unidade, documento que irá servir como condição para emissão da matrícula de Registro de Imóveis, a qual terá o beneficiário como legítimo proprietário da unidade habitacional, e conterá cláusula de inalienabilidade por 18 meses. A seguir, são apresentadas informações que descrevem de forma geral o Projeto Vida Nova, seus componentes e projetos da Amostra Representativa.

2.1. Contexto

O período de 2008 a 2014 ficou marcado no Brasil por um grande aquecimento do setor imobiliário, época que também ocorreram volumosos investimentos do Governo Federal na área de habitação, gerando uma produção em larga escala de empreendimentos habitacionais voltados a população de menor renda, com várias linhas de financiamento subsidiadas. Neste período, Estados e Municípios atuaram num papel de Ente Apoiador, em um modelo de gestão centralizado no então Ministério das Cidades e na Caixa Econômica Federal.

Contudo, a partir de 2015, em consequência da crise macroeconômica que passou a assolar o país, as linhas de financiamento voltadas a habitação de interesse social sofreram sucessivos contingenciamentos de recursos, resultando em um baixo volume de operações destinadas ao atendimento da população com renda mensal de até 3 (três) salários-mínimos, denominadas Faixa 1 e Faixa 1,5.

De 2018 a 2020, embora os instrumentos regulatórios das modalidades não tenham sido revogados, na prática foram liberados recursos apenas para as obras já andamento, não ocorrendo novas contratações. Atualmente, com a remodelação das políticas habitacionais no âmbito federal, processo que ainda se encontra em andamento, surgiu a necessidade de Estados e Municípios buscarem soluções próprias, seguindo uma tendência de descentralização da política habitacional.

No Paraná, a partir de 2019, foi desenvolvida e implantada uma nova política habitacional com foco no atendimento ao público mais carente, estabelecendo 3 (três) diretrizes principais: o combate ao déficit habitacional, o atendimento ao idoso, e o atendimento a família em condição de vulnerabilidade social, com foco em assentamentos precários do tipo favela, com recursos do orçamento geral da união, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e estaduais, onde destaca-se recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

O Estado do Paraná está situado a norte da região Sul e possui população estimada de 11.597.484 habitantes (IBGE³, 2021). Com área de 199.298 km², o Estado ocupa a 15ª posição em extensão territorial dentre os estados brasileiros e desfruta de sólidos indicadores socioeconômicos. O Estado possui o 5º maior Produto Interno Bruto – PIB e o 6º maior PIB per capita do país, com expectativa de vida de 76,8 anos em 2015 e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,792 (PNUD⁴, 2017), colocando-o, respectivamente, na 7ª e na 5ª posição dentre os estados brasileiros.

2.1.1. O direito à moradia

Historicamente, o ato de morar faz parte do desenvolvimento da vida humana, o que significa dizer que não se pode viver sem ocupar um lugar no espaço. Contudo, esse ato assume

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

características de acordo com cada contexto sociopolítico e econômico, ou seja, o ato de morar apresenta um conteúdo político, social, econômico e principalmente espacial.

No contexto desta espacialidade, observam-se características diversas da habitação e, por conseguinte, formas espaciais diferentes, concretizando-se uma produção diferenciada da cidade e sua urbanização. A essa espacialidade se encontra a questão dos assentamentos habitacionais irregulares, tais como: favelas, mocambos, cortiços e palafitas. Tais assentamentos caracterizam-se por serem moradias precárias, construídas em terreno de propriedade alheia, pública ou particular, com ocupação desordenada e densa.

A carência de serviços públicos essenciais associa-se à existência de áreas de risco ou legalmente protegidas, como: terrenos alagadiços ou sujeito a inundações; aterros com material nocivo à saúde pública; áreas de declive acentuado; áreas de servidão de linhas de alta tensão, rodovias, ferrovias, dutos, mananciais e nascentes.

A moradia é um direito social previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 6º como um direito fundamental, inerente e indispensável ao ser humano. O artigo 5º também versa sobre esta demanda dizendo que: “XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvada os casos previstos nesta Constituição”⁵.

Ademais a Lei Federal nº 10.257/2001⁶ (Estatuto da Cidade) estabelece diretrizes gerais da política urbana positivando normas de ordem pública e interesse social que regulam a propriedade urbana com vistas à garantia do direito coletivo e preservação ambiental.

As diretrizes do direito à moradia são elencadas na Lei nº 11.124/2005⁷, regulamentada pelo Decreto 5.796/2006⁸ que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, sobre a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Dentre os diversos objetivos do SNHIS, estão a viabilização do acesso à terra urbanizada e à habitação digna para a população de menor renda, por meio da implementação de políticas e programas que viabilizem a garantia do direito à moradia.

2.1.2.A demanda habitacional no Paraná

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2019) o déficit habitacional brasileiro estimado para o ano de 2019 era da ordem de 5,9 milhões de domicílios⁹. No período de 2016 a 2019, o estudo aponta para o aumento do déficit absoluto, mas com comportamentos distintos de seus subcomponentes. O estudo destaca o papel do ônus excessivo com aluguel, entendido como a “destinação de mais de 30% da renda domiciliar de até três salários mínimos com despesa de aluguel. Ao todo, 2,814 milhões de domicílios utilizaram mais de 30% de sua renda (observando o limite acima definido) com aluguel. Dessa forma, o ônus excessivo representou, em 2016, 49,7% do total do déficit habitacional do país”. (FJP, 2021, p. 19). Outro destaque relevante do estudo

5 BRASÍLIA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasil, 1988.

6 BRASÍLIA. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasil, 2001.

7 BRASÍLIA. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasil, 2005.

8 BRASÍLIA. Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006. Brasil, 2006.

9 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: jan/23.

refere-se ao crescimento da representação feminina nos domicílios caracterizados como déficit e, principalmente, naqueles com ônus excessivo de aluguel.

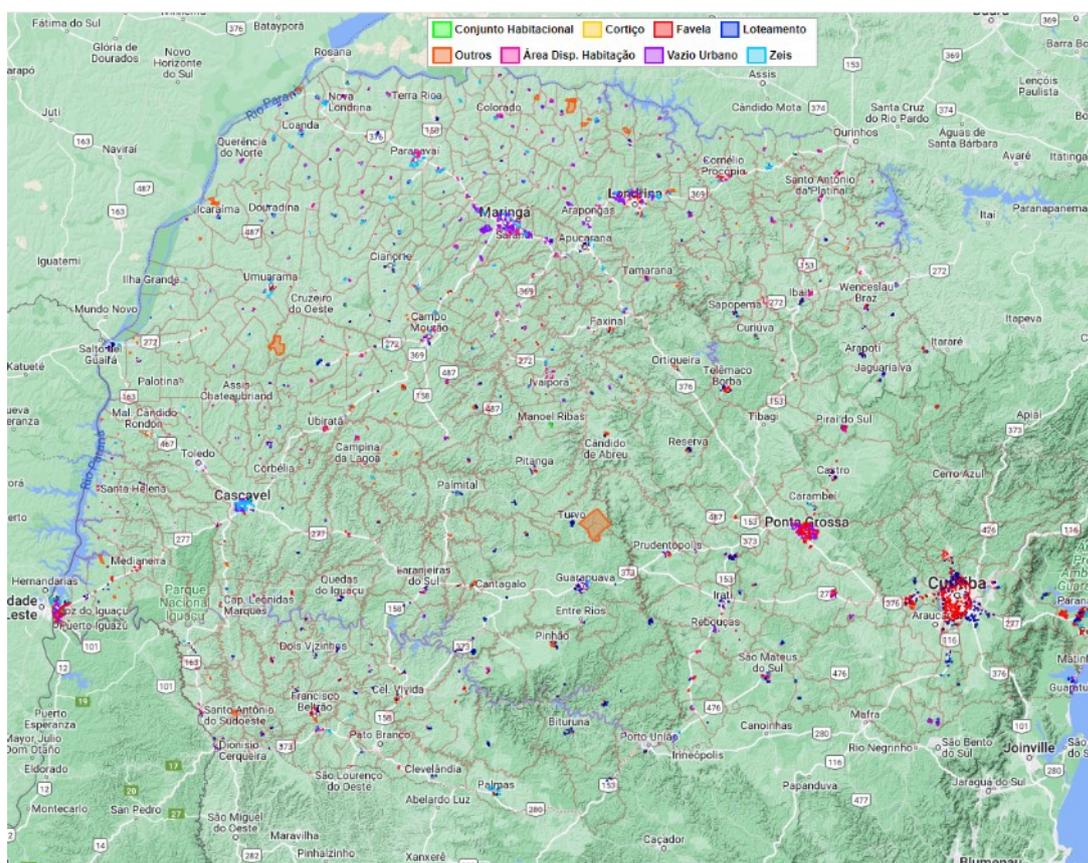
Ao considerar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), observamos que 33% da população paranaense vive em municípios com IDH-M inferior à média do Brasil, enquanto nos demais estados da região sul, municípios nessa condição abrigam menos que 10% da sua respectiva população. Apenas 36% da população paranaense vive em municípios com altos índices de desenvolvimento.

Um importante mecanismo para identificação da população e das áreas de extrema pobreza nos municípios no Paraná é o Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais no Paraná - SISPEHIS, cuja alimentação dos dados se dá por meio da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em parceria com as prefeituras municipais. O SISPEHIS se constitui em um banco de informações norteador do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS, instrumento referencial para estudo e planejamento das ações do Estado na área de Habitação de Interesse Social.

O diagnóstico mapeia as áreas a serem consideradas na implementação de políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna e qualidade de vida para a população identificada em situação de vulnerabilidade. A pesquisa de campo coordenada pela COHAPAR considerou assentamentos precários as favelas, cortiços, loteamentos irregulares/ clandestinos e conjuntos habitacionais degradados existentes nos municípios.

Tendo por base os dados coletados em 2019, o SISPEHIS aponta para um déficit total de 423.991 moradias no Estado, dentre as quais, 383.687 na zona urbana e 40.304 na área rural. O levantamento ainda aponta para a existência de 194.175 domicílios localizados em assentamentos precários. Além destas situações, a figura a seguir, integrante do Sistema, apresenta a localização dos conjuntos habitacionais, cortiços, loteamentos, vazios urbanos, ZEIS e áreas disponíveis para habitação.

Figura 1 - Mapa de Necessidades Habitacionais (déficit), ZEIS, Vazios urbanos e áreas disponíveis para habitação



Fonte: <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/mapaParana2019.php>

Entre os assentamentos precários que constam no levantamento, 113.675 domicílios estão localizados em favelas, 4.809 em conjuntos habitacionais degradados, 220 em cortiços, e 75.471 em loteamentos irregulares e/ou clandestinos.

Quando confrontamos tais dados com a estratificação por renda daqueles paranaenses que se inscreveram no cadastro online, mantido pela COHAPAR, como interessados no acesso a moradia própria, verifica-se que:

- 74.329 (32,4%) possuem renda de até 1(um) salário mínimo;
- 124.751 (54,3 %) possuem renda de 1(um) a (três) salários mínimos;
- 28.279 (12,3%) possuem renda de 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos, e;
- 2.294 (1,0 %) tem rendimentos superiores a 6(seis) salários mínimos.

Ou seja, quase 87% das famílias cadastradas possuem renda de até 03 (três) salários mínimos, recorte que compreende famílias com poucas condições de adquirir imóvel ou assumir financiamento no sistema bancário, dependendo diretamente de ações do poder público para alcançar o direito constitucional à moradia. Como destacado no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) (COHAPAR, 2021)¹⁰, esse dado vai de encontro com a situação nacional destacada pela Fundação João Pinheiro que apontou o aumento do déficit entre 2016 e 2019 nos

10 COHAPAR. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná - PEHIS-PR - Revisão 2020. Curitiba: 2021.

domicílios com responsáveis mulheres e com renda domiciliar até um salário mínimo. O PEHIS ainda destaca que quase metade das famílias cadastradas no SISPEHIS residem de aluguel (47,5%), seguidas daquelas em moradias cedidas (22,5%). As que residem em moradias próprias com ou sem titularidade somam 13,5%. Como o PEHIS reforça, essa situação corrobora com a relevância de aplicação do critério de ônus excessivo do aluguel para hierarquização das famílias para acesso a programas habitacionais, “já que famílias que recebem até 3 SM e ainda pagam aluguel tendem a enfrentar situações de grande vulnerabilidade. Se considerarmos que mais da metade são mulheres chefes de família, isto tende a impactar ainda mais na situação financeira visto que mulheres ganham apenas 79,5% do salário dos homens, o que ainda pode ser menor, dependendo da cor e grau de instrução.” (COHAPAR, 2021, p.48).

2.1.3.A política habitacional do Paraná

A partir de 2019, o Estado do Paraná desenvolveu e passou a implementar uma nova política habitacional com foco, entre outros, no atendimento a famílias em condição de vulnerabilidade social, em assentamentos precários do tipo favela, com recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e estaduais, onde destaca-se recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

Atualmente, a política de habitação do Estado é regida pela Lei nº 20.394/2020¹¹ e regulamentada pelo Decreto nº 7.666 de 2021¹² que institui e elenca diretrizes para o desenvolvimento do Programa Estadual de Habitação: o “Casa Fácil Paraná”. O programa é executado pela COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) - uma empresa de economia mista, fundada em 1965 que atua na coordenação e execução dos programas habitacionais do Governo do Estado Paraná.

De acordo com o art. 2º da Lei 20.394/2020 o Casa Fácil tem “o objetivo de fomentar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos nacionais, com priorização ao público com renda mensal de até três salários mínimos nacionais”.

As ações do Casa Fácil são destinadas aos 399 municípios do Estado, desenvolvidas em parceria com o Governo Federal, municípios e iniciativa privada, e implementadas a partir das seguintes modalidades de atendimento:

Tabela 1 – Modalidades de atendimento – Casa Fácil – Paraná

Modalidades	Descrição
Financiamento habitacional direto com a COHAPAR	Imóveis financiados diretamente pela COHAPAR, sem cobrança de valor de entrada e com condições facilitadas de pagamento. A execução das obras é realizada em áreas doadas pelos municípios ou de propriedade da COHAPAR, por construtoras selecionadas via procedimento licitatório promovido. O valor de compra das unidades habitacionais varia de acordo com as características e os custos de produção de cada empreendimento.

11 PARANÁ. Lei nº 20.394 de 04 de dezembro de 2020. Paraná, 2020: Institui o Programa Estadual de Habitação - CASA FÁCIL PR, no âmbito do Estado do Paraná.

12 PARANÁ. Decreto nº 7.666 de 13 de maio de 2021. Paraná, 2021: Regulamenta a Lei nº 20.394, de 04 de dezembro de 2020, que institui o Programa Estadual de Habitação - CASA FÁCIL PR, no âmbito do Estado do Paraná.

Modalidades	Descrição
Valor de Entrada	A COHAPAR oferece subsídios de R\$15 mil para o custeio do valor de entrada da casa própria a famílias com renda de até três salários mínimos. Para receber o benefício, os interessados devem se inscrever no Cadastro de Pretendentes da companhia e manifestar interesse em um dos empreendimentos habilitados no programa Casa Fácil Paraná.
Viver Mais	Construção de condomínios residenciais fechados, onde os beneficiários podem desfrutar de um local adequado às suas necessidades e anseios. O objetivo é proporcionar aos moradores mais qualidade de vida, por meio do atendimento periódico nas áreas de saúde e assistência social, além do estímulo à prática coletiva de atividades físicas, culturais e de lazer. A execução das obras dos empreendimentos é realizada por construtoras contratadas pela COHAPAR via procedimento licitatório, com recursos do tesouro estadual, em áreas doadas pelos municípios ou adquiridas pela companhia. Os beneficiários pagam um aluguel inicialmente equivalente a 15% de um salário mínimo ao mês, com a opção de residirem no local pelo tempo que desejarem. Os valores arrecadados são reinvestidos na política habitacional do estado, inclusive com a construção de novos empreendimentos desta modalidade.
Morar Legal	Visa ampliar a efetividade da Regularização Fundiária no Estado. Por meio deste programa os municípios interessados indicam áreas que pretendem regularizar. Após esta etapa, a Companhia realiza uma licitação para contratação de empresas especializadas para realizarem os serviços, sendo que os recursos para pagamento das empresas são oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.
Escrituração Direta	Programa para a emissão de Contratos de Compra e Venda com força de Escritura Pública, com baixo custo das casas financiadas pela COHAPAR. Para garantir a segurança jurídica dos envolvidos, a companhia substitui os Contratos Particulares de Promessa e/ou Compra e Venda por Contratos de Compra e Venda com força de Escritura Pública, conforme estabelecido pela Lei Federal 4.380, de 21 de agosto de 1964 ¹³ .
Vida Nova	Visa promover qualidade de vida aos cidadãos paranaenses em situação de vulnerabilidade social através do acesso à moradia digna por meio da produção de unidades habitacionais 100% subsidiadas, do desenvolvimento e implantação de projetos de requalificação e infraestrutura urbana e de regularização fundiária. Está estruturado a partir de duas categorias de atendimento: (i) demanda fechada: Relocação de famílias residentes em áreas de ocupações irregulares, insalubres, suscetíveis a alagamentos, inundações e/ou riscos ao meio ambiente, promovendo o reassentamento das mesmas em empreendimentos habitacionais dotados de infraestrutura adequada; Implementação de projetos de requalificação e/ou infraestrutura urbana e em áreas de intervenção passíveis de permanência/remanejamento; Regularização fundiária, conferindo às famílias atendidas a possibilidade do direito sobre a propriedade e o acesso a programas e políticas sociais. (ii) vulnerabilidade social- demanda aberta: promoção do acesso à moradia digna para famílias em situação de vulnerabilidade social que possuam renda bruta familiar não superior a três salários-mínimos, através da construção de unidades habitacionais 100% subsidiadas.

Fonte: COHAPAR, 2023

13 Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964: Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

Assim, no âmbito do Programa Estadual de Habitação do Paraná (o Casa Fácil Paraná), a modalidade Vida Nova configura-se como um dos principais componentes especialmente pela produção de novas moradias destinadas ao atendimento de forma individual (casos pulverizados, ou seja, demanda aberta) ou coletiva (assentamentos precários, neste caso compreendidos como demanda fechada) de famílias que se encontrem em situação ou área de risco e/ou vulnerabilidade social. O processo de relocação das famílias para as novas moradias compreende ações intersetoriais que disponibilizam os mais diversos serviços públicos às famílias beneficiadas, objetivando suprir suas necessidades primárias, melhorar o convívio familiar e comunitário e mitigar o risco de evasão e de retorno à situação de insalubridade/precariedade.

As iniciativas dentro do Programa Estadual de Habitação implementadas durante o quadriênio 2019-2022 resultaram no atendimento de 63.933 famílias, somando um investimento de R\$ 807 Milhões por parte do Governo do Estado, do total de 9,1 Bilhões investidos. Em que se pese todas as ações tenham sido voltadas ao público de baixa renda, o modelo de financiamento habitacional que exige condições de crédito das famílias obteve maior destaque dentre os atendimentos realizados, com apenas 8% do total de famílias se encaixando no perfil de vulnerabilidade social. Buscando ampliar e intensificar sua capacidade de atendimento às famílias em condição de vulnerabilidade social, a COHAPAR está buscando junto ao BID um empréstimo financeiro para disponibilizar moradias dotadas de padrões mínimos de habitabilidade e segurança.

2.2. Objetivos Ambientais e Sociais do Projeto Vida Nova

O objetivo geral do Projeto Vida Nova é **melhorar a qualidade de vida da população socialmente vulnerável do Estado do Paraná, promovendo o acesso a uma habitação digna.**

Os objetivos específicos são:

- ampliar o acesso à moradia qualificada para a população residente em assentamentos precários e em situação de alta vulnerabilidade social, por meio da oferta de soluções urbanas e habitacionais integrais, de forma socialmente equitativa e ambientalmente sustentável; e
- melhorar a capacidade de resposta da COHAPAR por meio da adoção de sistemas inovadores e inteligentes de gestão pública.

2.3. Abrangência do Projeto Vida Nova

O Projeto Vida Nova abrange o Estado do Paraná, prevendo 140 intervenções em favelas e/ou áreas de risco em 73 municípios do Estado, totalizando aproximadamente a construção de **5.600 unidades habitacionais.**

2.4. Resultados Socioambientais Esperados

A realização das ações previstas na proposta deverá resultar na redução significativa do número de famílias que aguardam por moradia, bem como do número de assentamentos precários existentes no Estado do Paraná, culminando em melhoria dos índices de qualidade de vida da população nos municípios atendidos.

A produção das novas unidades habitacionais permitirá atender a uma camada importante da demanda existente, a qual compreende hoje a grande maioria do déficit habitacional do Estado, e cujo recorte inclui as famílias mais vulneráveis.

Ainda, o conjunto das ações a serem desenvolvidas servirá de grande instrumento no enfrentamento do problema do déficit habitacional, atuando diretamente no epicentro do

problema, que são as famílias de menor renda, as quais sem auxílio e incentivos do poder público, dificilmente conseguem obter o acesso à moradia. O grau em que o déficit habitacional será reduzido poderá ser medido, desde que seja utilizado como referencial um dado estático, tendo em vista que o índice tem interferência de fatores externos tais como crescimento demográfico, industrial, fenômenos migratórios, entre outros.

Como resultados indiretos, a iniciativa pretende promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios e do Estado, através dos investimentos que movimentarão a indústria e comércio local, gerando cerca de 18.500 empregos, melhorando também as condições de infraestrutura e saneamento do entorno dos locais de intervenção. Esta estimativa foi realizada com base na proporcionalidade de 2,56 empregos por moradia produzida, utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) no anexo I da IN 44/2019 de 26/12/2019, para produção de 7.200 unidades.

O trabalho social será fundamental para diagnosticar em cada família atendida, deficiências, fragilidades e necessidades que podem ser supridas ou mitigadas através de ações complementares do poder público que proporcionem melhorias visando o fortalecimento do convívio social e comunitário das famílias.

O projeto Vida Nova busca a real transformação da vida das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ou que residem em áreas de atenção, tendo como vetor a habitação, propiciando, além de condições dignas de moradia e saneamento, ações complementares do poder público relacionadas a educação, saúde, alimentação, bem estar social, capacitação profissional e segurança pública, entre outras, através da implantação de empreendimentos habitacionais em diversos municípios paranaenses.

Apesar dos benefícios esperados pela implantação do Projeto Vida Nova, as atividades relacionadas à construção de empreendimentos habitacionais geram impactos sociais que deverão ser mitigados. As ações necessárias para as mitigações envolverão temas e etapas desde a fase pré-obra até a sua finalização, incluindo a viabilização de terrenos junto aos municípios com demanda identificada; os levantamentos técnicos preliminares para atestar a viabilidade técnica de implantação das moradias; o desenvolvimento de elementos técnicos (anteprojetos/projetos) para a contratação dos serviços de edificação; a contratação/Seleção da empresa executora; a execução das obras propriamente ditas; por fim, a entrega das moradias e a sua utilização final.

Desta forma, sintetizam-se como os principais resultados esperados:

- A ampliação do acesso à moradia qualificada para a população que vive em assentamentos precários e em situação de alta vulnerabilidade social;
- O incremento das ações de inclusão de gênero e diversidade no processo de produção habitacional;
- O aumento da resiliência às mudanças climáticas em projetos urbanos e habitacionais desenvolvidos pela COHAPAR, e na terra de origem, e;
- Redução do prazo processual do desenvolvimento dos projetos da COHAPAR.

2.5. Orçamento do Projeto Vida Nova

O Projeto Vida Nova está orçado em **187,5 milhões de dólares americanos**, conforme a tabela a seguir.

Tabela 2 – Orçamento do Projeto Vida Nova

CATEGORIA DE INVESTIMENTO		TOTAL US\$	BID	LOCAL
1.	COMPONENTE 1 - Atendimento Habitacional a Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social	170.500.000,00	144.000.000,00	26.500.000,00
1.1	Ações prévias a programa	4.250.000,00	2.200.000,00	2.050.000,00
1.2	Obras	162.250.000,00	137.800.000,00	24.450.000,00
1.3	Supervisão de Obras	4.000.000,00	4.000.000,00	-
2.	COMPONENTE 2 - Fortalecimento Institucional	3.000.000,00	2.500.000,00	500.000,00
3.	COMPONENTE 3 - Administração e gestão	14.000.000,00	3.500.000,00	10.500.000,00
3.1	Implementação do sistema de apoio técnico e ambiental	3.400.000,00	2.900.000,00	500.000,00
3.2	Relatórios de Avaliação	100.000,00	100.000,00	-
3.3	Ações diversas (GDI, social, etc)	500.000,00	500.000,00	-
3.4	Atendimento Socioambiental	10.000.000,00	-	10.000.000,00
TOTAL DO PROGRAMA		187.500.000,00	150.000.000,00	37.500.000,00

Fonte: COHAPAR, 2023

2.6. Descrição dos Componentes do Projeto Vida Nova

O Projeto Vida Nova está estruturado nos seguintes componentes:

Componente 1: Atendimento habitacional a famílias em situação de vulnerabilidade social

Este componente contempla ações que visam propiciar moradia, bem-estar e qualidade de vida para famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social residentes em ocupações irregulares, assentamentos precários ou habitações insalubres, promovendo dignidade, cidadania, e a proteção ao meio ambiente, priorizando aquelas que vivem em áreas de risco ou atenção.

Este componente financiará:

- Produção de projetos habitacionais e provisão de infraestrutura urbana e social de baixo carbono que seja resiliente à mudança climática e com foco em gênero e populações diversas: urbanização de terras, construção de habitação, construção de equipamentos sociais e de lazer e execução de serviços de infraestrutura e aquisição de terrenos, se necessário;
- Recuperação de áreas de risco ocupadas ou atenção: isolamento temporário de áreas, desenvolvimento de planos, execução de restauração e proteção ambiental, e construção de equipamentos de utilidade pública; e
- Fiscalização técnica e socioambiental das obras: ensaios técnicos e laboratoriais, acompanhamento e fiscalização de obras, monitoramento socioambiental e atividades multissetoriais.

Linha de Ação 1.1 : Produção de empreendimentos habitacionais:

Prevê a execução de empreendimentos que possam receber famílias em condição de vulnerabilidade social, propiciando qualidade de vida, habitabilidade, segurança, e que permitam o desenvolvimento da comunidade e o sentimento de pertencimento ao local.

Atividade 1 - Viabilização de Terrenos:

Viabilização de terrenos, por meio de aquisição ou doação pelo poder público, que possuam condições técnicas para a produção de empreendimentos habitacionais, que sejam integrados à malha urbana, e que disponham de acesso a equipamentos públicos e comerciais.

Atividade 2 - Construção de Unidades Habitacionais:

Execução de moradias com, no mínimo: sala, cozinha, banheiro, dois dormitórios e área de serviço externa; que possuam condições de conforto térmico, acústico e lumínico; e podendo dispor de soluções ambientalmente sustentáveis, como sistemas de reaproveitamento de água das chuvas e aproveitamento de energia solar.

Atividade 3 - Construção de Equipamentos Comunitários:

Execução de edificações destinadas a atividades coletivas que contribuam para o fortalecimento comunitário e o convívio social entre as famílias atendidas.

Atividade 4 - Execução de Serviços de Infraestrutura:

Execução de serviços de infraestrutura no empreendimento (e em seus arredores) que propiciem acessibilidade e qualidade de vida as famílias atendidas, tais como: soluções de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, passeios e paisagismo.

Linha de Ação 1.2 - Recuperação de áreas ocupadas:

Objetiva a recuperação de áreas previamente ocupadas irregularmente, possibilitando nova destinação que atenda o interesse público e/ou a preservação ambiental do local, com vistas a evitar a reincidência de novas ocupações irregulares, especialmente quando se tratar dos locais que demandam atenção devido a riscos geológicos ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento, sob redes elétricas de alta tensão, áreas de segurança de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil, como também áreas de Proteção Ambiental, que são áreas regulamentadas por leis específicas, destinadas a conservação ambiental.

Atividade 5 - Restauração e Proteção Ambiental de Áreas:

Demolição de construções existentes e limpeza da área imediatamente após o reassentamento das famílias para as novas moradias e, nos casos de risco ambiental, cercamento da área e implantação do projeto de preservação e recuperação ambiental da flora, da fauna e de mananciais existentes.

Atividade 6 - Construção de Equipamentos de Utilidade Pública:

Construção de praças, parques, academias ao ar livre, ou outros equipamentos que permitam a utilização pública do local, e evitem novas ocupações.

Linha de Ação 1.3 - Trabalho Socioambiental:

Elaboração e execução do projeto socioambiental em consonância com as características de cada comunidade e, focando em suprir necessidades de primeira ordem e problemas que possam comprometer a permanência de cada família no novo local. Além disso, está prevista a realização de oficinas sobre uso racional de recursos naturais, destinação e reciclagem do lixo, higiene e saneamento, jardinagem e plantio de hortas, compreendendo o período desde a seleção da

família até o pós ocupação das unidades habitacionais. Buscando facilitar a adaptação e a criação de vínculos familiares e comunitários no novo empreendimento habitacional, minimizando os impactos do processo de transição nos casos de reassentamento, e agregando cultura, conhecimento e práticas saudáveis à rotina da família e ao ambiente em que ela vive.

Atividade 7 - Acompanhamento Socioambiental:

Execução das etapas previstas no projeto de trabalho socioambiental nos períodos pré, durante e pós-obras, buscando minimizar os impactos da transição da moradia atual para o novo empreendimento, estimulando vínculos que promovam o sentimento de pertencimento à nova moradia.

Atividade 8 - Atividades multissetoriais:

Promoção de atividades voltadas ao acesso de políticas públicas multissetoriais e complementares ao Trabalho Socioambiental que contribuam para o fortalecimento comunitário e a melhora da condição de vida das famílias atendidas, incluindo ações no âmbito da saúde, educação, cultura, meio ambiente, esporte, capacitação profissional, regularização cadastral, trabalhando em conjunto com o poder público local, ONG's, entidades locais, e demais organizações comunitárias, se utilizando de estruturas e políticas públicas pré existentes.

Linha de Ação 1.4 - Supervisão técnica das obras:

Contratação de profissionais técnicos voltados a supervisão e acompanhamento de execução de empreendimentos habitacionais, bem como a realização de atividades complementares voltadas a conformidade técnica dos projetos e das obras a serem executadas, mitigando riscos e colaborando para a excelência e a qualidade da moradia a ser entregue.

Atividade 9 - Ensaios técnicos e laboratoriais:

Realização/contratação de serviços geotécnicos, levantamentos topográficos e planialtimétricos, testes de sondagem e percolação para elaboração de projetos, bem como ensaios de resistência e desempenho de edificações nas obras executadas.

Atividade 10 - Monitoramento e Fiscalização das Obras:

Realização de trabalhos de acompanhamento e fiscalização da execução das obras a serem executadas visando aferir o cumprimento dos cronogramas pré-estabelecidos e a conformidade de execução dos serviços em relação aos projetos básicos/executivos.

Componente 2: Fortalecimento técnico e institucional

Este componente visa o aprimoramento da capacidade técnica e operacional da COHAPAR, buscando inovação, agilidade e maior conformidade nos processos de produção habitacional, que resultem na melhora da imagem da Companhia perante os Municípios e o público em geral.

Este componente financiará para a COHAPAR:

- Aquisição de equipamentos de informática e melhorias em sua infraestrutura;
- Estudos para implantação de infraestrutura verde (resiliência urbana), eficiência energética, resiliência e construções bioclimáticas para empreendimentos habitacionais de interesse social;
- Implantação da tecnologia BIM;
- Atualização e modernização dos sistemas de cadastro habitacional;

- Treinamento de pessoal em: (a) atualização de sistemas; (b) certificações ambientais; e (c) inclusão de gênero e diversidade, e;
- Plano de comunicações.

Linha de Ação 2.1 - Fortalecimento técnico e institucional da COHAPAR:

Utilização de novas ferramentas, ou aprimoramento daquelas pré existentes, com o objetivo de modernizar e facilitar os processos de trabalho, agregando conhecimento técnico e capacitação aos colaboradores da Companhia, que resultarão num grande legado após a execução do contrato.

Atividade 11 - Aquisição de equipamentos e melhoria da estrutura:

Aquisição de Hardwares e Softwares voltados ao aprimoramento dos processos em geral, em especial na elaboração de projetos e na gestão de obras, objetivando desenvolver, avaliar e executar projetos e obras através da metodologia BIM, contribuindo para maior conformidade técnica dos projetos e obras.

Atividade 12- Oferta de treinamentos e capacitação para empregados:

Contratação de cursos e treinamentos voltados ao aprimoramento do corpo técnico da Companhia com o objetivo de especializar colaboradores nas suas respectivas áreas, para que possam exercer novas atividades e/ou desempenhar suas funções com maior excelência.

Dentre as ações previstas, destaca-se a capacitação para desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia em ambiente BIM, metodologia que permite a construção virtual da edificação/empreendimento com as suas características e detalhes, proporcionando a compatibilização das diversas disciplinas, resultando na assertividade da técnica projetual e orçamentária.

Outra atividade da COHAPAR que demandará capacitações técnicas é o Sistema de Necessidades Habitacionais do Estado do Paraná - SISPEHIS, componente do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS. Estão previstas durante a execução do Programa uma série de seminários visando qualificar empregados da COHAPAR e técnicos municipais, para que estes possam realizar levantamentos de campo de forma mais precisa, qualificando o resultado final das pesquisas realizadas e internalizadas no Sistema. Ao qualificar a informação da necessidade habitacional, naturalmente o planejamento das ações do Programa Vida Nova, assim como outros Programas executado pela Companhia, se dará de uma forma mais aperfeiçoada e eficiente.

Com relação à Gestão Ambiental e Social, serão propostas as capacitações sobre as políticas internacionais de meio ambiente e sociais a funcionários da COHAPAR envolvidos no Projeto Vida Nova, essencialmente à equipe ambiental e social da sede da COHAPAR e das suas respectivas Regionais. Esta demanda será implantada com o apoio de especialistas nos temas. Também serão realizados treinamentos específicos com as equipes de fiscalização das Regionais para a correta realização das ações de supervisão e controle das aplicações das medidas previstas no PGAS.

Atividade 13 - Atualização e aperfeiçoamento do SISPEHIS e do Sistema de Cadastro Online:

Aprimoramento do processo de coleta de informações habitacionais junto aos Municípios, por meio da realização regional e periódica de workshops, seminários, capacitações, dentre outras ações, objetivando retratar da forma mais fiel possível a demanda e as necessidades habitacionais existentes, permitindo ao Estado planejar com mais precisão suas ações na área da Habitação.

Administração do Programa

Suporte técnico e administrativo às ações propostas, que permitam o pleno desenvolvimento das atividades e dos prazos previstos, resultando no atingimento dos objetivos e na entrega dos produtos almejados.

Esta rubrica financiará ações de apoio administrativo à implementação do Projeto Vida Nova:

- Consultoria financeira e auditoria contábil;
- Consultorias técnicas e socioambientais, que serão organizadas por meio da implantação de um sistema de gestão técnica e socioambiental do Projeto Vida Nova na sede da COHAPAR e suas unidades descentralizadas em toda a EP, e;
- Ações de monitoramento e avaliação.

Linha de Ação 3.1 - Apoio administrativo à execução do Programa:

Estabelecer atividades complementares de coordenação técnica e socioambiental, que sirvam de suporte à execução do Projeto Vida Nova, bem como a necessária assessoria financeira e auditoria contábil.

Atividade 14 - Assessoria Financeira e Auditoria Contábil:

Auxílio no controle e gestão dos recursos aplicados no Projeto Vida Nova, servindo de suporte para acompanhar e certificar a correta provisão e destinação dos mesmos, o recolhimento de tributos aplicáveis, e o atendimento aos requisitos legais, bem como promover a contabilidade e a auditoria das despesas realizadas, promovendo apontamentos e recomendações caso seja necessário, garantindo a fiscalização contábil das operações.

Atividade 15 - Consultoria Técnica:

Suporte para o planejamento e acompanhamento dos projetos e das obras necessárias à produção dos empreendimentos habitacionais se utilizando da rede composta pelos 12 escritórios regionais da COHAPAR, dando o suporte necessário aos colaboradores técnicos envolvidos no processo, contemplando, se necessário, a contratação de consultorias e profissionais específicos que agreguem valor ao processo, e auxiliem os atores na execução de suas atribuições.

Atividade 16 - Consultoria Socioambiental:

Planejamento e execução do Plano de Gestão Socioambiental, incluindo os projetos e obras de recuperação ambiental e o trabalho socioambiental, inclusive àqueles referentes aos processos pré e pós reassentamento tanto físicos quanto econômicos, abrangendo mediante necessidade, a contratação de profissionais especializados que a COHAPAR não disponha em seu quadro de empregados, para a integral execução das atividades previstas.

2.7. Descrição das Intervenções Previstas – Tipologia das Obras

As intervenções do Projeto Vida Nova serão estruturadas a partir das características da “demanda”: aberta ou fechada.

As **demandas fechadas** são referentes às situações de ocupações irregulares em áreas de riscos ou de proteção ambiental, em que há necessidade de reassentamento da população ali residente. Esta área atualmente ocupada é identificada como **área de origem**, e poderá receber obras diversas, como por exemplo:

- **Implantação de área destinada a preservação ambiental:** será realizada recuperação ambiental da área, mediante plantio de vegetação, de espécies nativas, limpeza de leitos, cercamento do terreno, dentre outras ações que visem recuperar a área e evitar novas ocupações;
- **Implantação de área habilitada para uso comum:** será definido mediante consulta pública a ser realizada entre população, poder público, instituições e demais interessados, o destino público da área, que poderá perpassar a implantação de academia ao ar livre, de praças, equipamentos públicos, dentre outros espaços que visem o uso coletivo da população. Caso a área de origem possua apenas uma porção que demande preservação ambiental, poderá ser admitida a solução mista segmentando a mesma para receber ambas as soluções.

Para o reassentamento desta população é necessária uma correspondente **área de destino**, na qual serão construídas unidades habitacionais padrão – que configuram a principal medida de reposição de moradia do Projeto Vida Nova. Nas áreas de destino da demanda fechada haverá diferenciação das unidades habitacionais para pessoas com deficiência, para famílias numerosas¹⁴, e assim como para aqueles que realizam atividades econômicas junto às moradias. Também serão construídos equipamentos públicos, de acordo com a demanda apresentada pela população e necessidades do entorno em projetos com mais de 30 habitações.

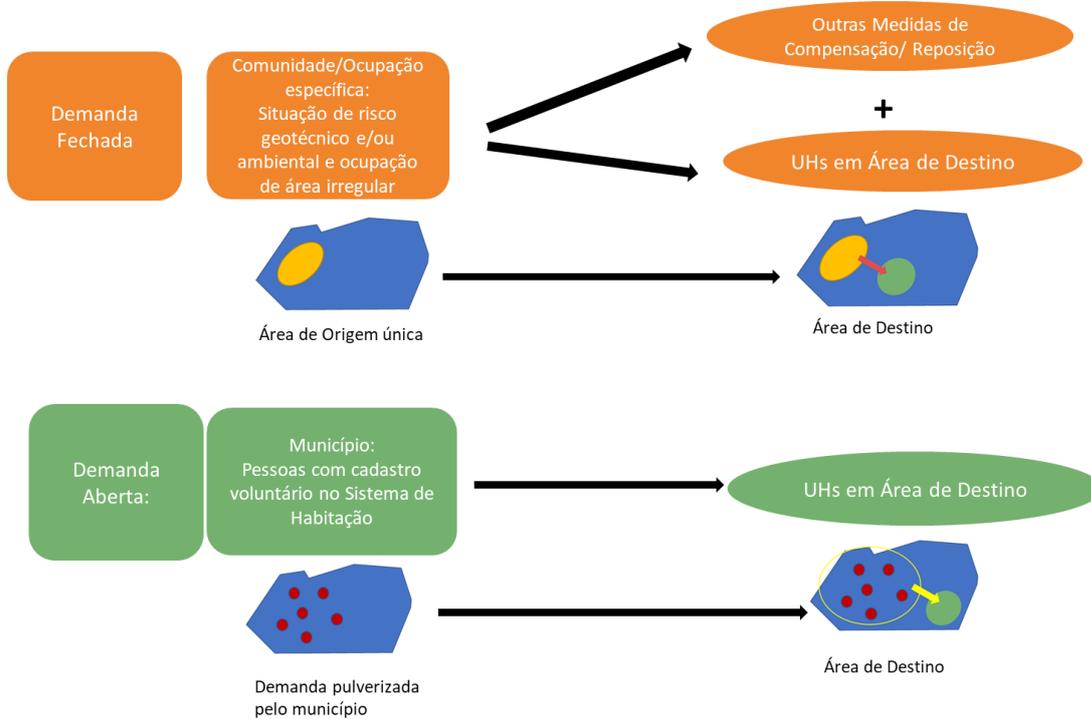
No caso das situações de **demanda aberta**, tem-se os casos de deslocamentos voluntários. Ou seja, as pessoas interessadas e cadastradas no Cadastro Único de Pretendentes do Paraná, precisam ser reassentadas em função de risco, por exemplo. Para estas situações, tem-se apenas a(s) área(s) de destino. Nestas serão construídas unidades habitacionais padrão, com diferenciação apenas das unidades para pessoas com deficiência, uso misto e famílias numerosas. Da mesma forma que para a área de destino da demanda fechada, também serão construídos equipamentos públicos, de acordo com a demanda apresentada pela população e necessidades do entorno¹⁵.

A figura a seguir busca ilustrar a estruturação dessas categorias do Projeto Vida Nova.

¹⁴ Definido como família numerosa, a família com mais de 6 membros

¹⁵ Em empreendimentos com mais de 30 unidades habitacionais

Figura 2 - Esquema representativo: estruturação das intervenções



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2023

Tabela 3 – Quadro de tipologias de intervenção do Projeto Vida Nova

Demanda	Tipo de Área	Descrição	Tipologias de Intervenções
Fechada	<u>Área de Origem</u> - Reassentamento Involuntário	Área objeto de reassentamento involuntário: onde as famílias serão retiradas de áreas de risco, ocupação irregular realizadas em áreas públicas, e por conta de riscos geológicos / ambientais ou por serem áreas de proteção ¹⁶ . As áreas de origem são classificadas como “Demanda Fechada”, na qual há um cadastro definido e uma perspectiva da localização de “origem-destino” das famílias beneficiadas pelo Projeto Vida Nova. As áreas de origem serão objeto de retirada das famílias e edificações, resultando na produção de resíduos e na recuperação ambiental ou urbanização dessas áreas;	A partir de análise técnica ambiental e social serão definidas as ações a serem executadas no local, a saber: Área destinada a preservação ambiental: será realizada recuperação ambiental da área, mediante plantio de vegetação, de espécies nativas, limpeza de leitos, cercamento do terreno, dentre outras ações que visem recuperar a área e evitar novas ocupações; Área habilitada para uso comum: será definido mediante consulta pública a ser realizada entre população, poder público, instituições e demais interessados, o destino público da área, que poderá perpassar a implantação de academia ao ar livre, de praças, equipamentos públicos, dentre outros espaços que visem o uso coletivo da população. Caso a área de origem possua apenas uma porção que demande preservação ambiental, poderá ser admitida a solução mista segmentando a mesma para receber ambas as soluções.
Aberta e Fechada	<u>Áreas de Destino</u>	As áreas de destino são os terrenos definidos para receberem os projetos de habitação, local onde as famílias serão reassentadas. Estas áreas de destino poderão receber famílias da Demanda Fechada ou da Demanda Aberta, esta última sendo uma demanda pulverizada e que envolve o cadastro de famílias que se candidatam a receber o benefício da moradia (após aprovação de seus critérios de elegibilidade).	Para cada área a serem realocadas as famílias, será realizada análise técnica social e ambiental, para verificar as condições sócio territoriais e adaptá-las ao local de destino, que terá as ações diferenciadas quanto à demanda fechada e aberta: Demanda fechada: serão construídas unidades habitacionais em caráter padrão às famílias, sendo diferenciadas as residências que também serão utilizadas para fins comerciais (dependendo do tipo de comércio os terrenos ou as casas serão maiores), para pessoas com deficiência (serão adaptadas), como também para famílias numerosas. Será construído equipamento de uso público de acordo com a demanda trazida pela população, mediante consulta pública. Demanda aberta: serão construídas unidades habitacionais em caráter padrão, havendo diferenciação apenas para unidades destinadas às pessoas com deficiência, famílias numerosas e usos comerciais. Será construído equipamento de uso público de acordo com a demanda trazida pela população, mediante consulta pública.

Fonte: COHAPAR, 2023

¹⁶ As menções feitas neste documento à respeito das áreas de origem podem estar referenciadas simplesmente como área de risco, porém, englobando todas as situações descritas neste quadro.

2.8. Cronograma de Implantação

O Projeto Vida Nova será implantado em 5 anos.

A seguir, é apresentado um detalhamento do cronograma distribuído neste período.

Tabela 4 – Cronograma de Implantação do Programa

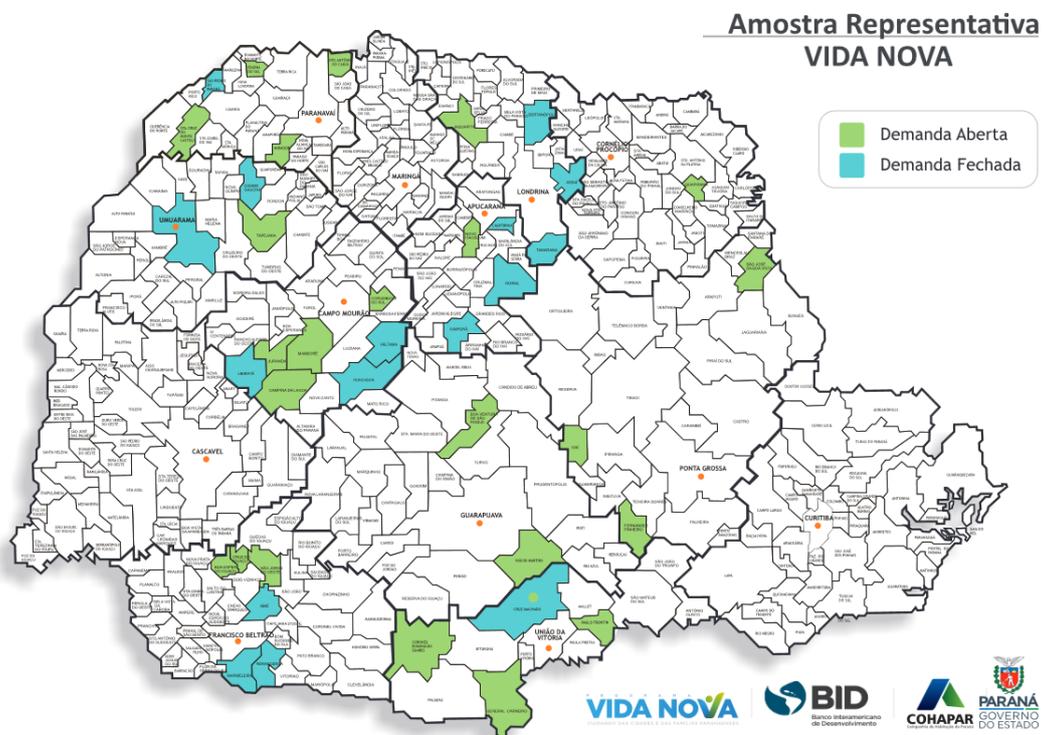
Macro-atividades	ANO 2022		ANO 2023		ANO 2024		ANO 2025		ANO 2026		ANO 2027		ANO 2028	
	1º sem	2º sem												
Recepção das propostas	█	█	█	█	█	█								
Reuniões de Planejamento		█	█	█										
Elaboração dos documentos socioambientais		█	█											
Vistoria técnica/social (cadastro das famílias)		█	█	█	█	█								
Triagem documental		█	█	█	█	█	█							
Análise de viabilidade técnica		█	█	█	█	█	█							
Elaboração de projetos				█	█	█	█	█						
Contratação do ente executor					█	█	█	█	█					
Trabalho socioambiental			█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Construção dos planos de reassentamento dos municípios				█	█	█	█	█						
Consulta pública (congelamento)			█	█	█	█	█							
Execução das obras					█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Reassentamento							█	█	█	█	█	█	█	█

2.9. Descrição e Caracterização da Amostra Representativa

O Projeto Vida Nova está estruturado na modalidade de Obras Múltiplas, sendo composto por uma amostra representativa de obras (incluindo os aspectos ambientais e sociais). O Projeto Vida Nova prevê 177 intervenções em favelas e/ou áreas de risco em 92 municípios do Estado, totalizando aproximadamente a construção de **7.089 unidades habitacionais**. Destes, foram selecionados **80 projetos distribuídos em 39 municípios para compor a etapa amostral do Projeto Vida Nova** (23 demanda aberta, 15 demanda fechada e 1 com demanda aberta e fechada),, **os quais totalizam 1.674 unidades habitacionais a serem construídas** para atender aos dois tipos de “demanda” do Projeto (aberta ou fechada, como explicado anteriormente). Tais municípios foram selecionados ou por estarem em fase avançada no desenvolvimento de estudos e ações do Projeto Vida Nova ou por serem remanescentes do Programa Nossa Gente Paraná - Família Paranaense¹⁷. Abaixo o mapa elucida os municípios da amostra:

17 O Programa Nossa Gente Paraná é uma ação do Governo do Estado que visa a superação da pobreza e o acompanhamento intersectorial das famílias em situação de vulnerabilidade social. Na área da habitação possui as seguintes atribuições: (i) Construção de unidades habitacionais pelo projeto de Redução do Déficit Habitacional; (ii) Construção e melhoria de unidades habitacionais e melhoria de bairros pelo projeto de Requalificação Urbana; (iii) Distribuição de kits de caixas

Figura 3 – Municípios que fazem parte da amostra representativa



Fonte: COHAPAR, 2023

A tabela a seguir lista de forma resumida as áreas e localidades com origem e destino objetos de projetos do Projeto Vida Nova, especificamente para a Amostra Representativa.

Tabela 5 – Localidades e número de áreas com Projetos definidos na Amostra Representativa do Projeto Vida Nova

Demanda	Regional	Município	Quantidade de áreas de origem (desfavelamento)	Quantidade de áreas de destino (Conjuntos Habitacionais)	UHS previstas nas áreas de destino
Fechada	ERLD	Assaí	1	1	32
Aberta	ERFB	Boa Esperança do Iguaçu	0	3	10
Aberta	ERGP	Boa Ventura de São Roque	0	1	32
Fechada	ERAP	Califórnia	1	2	33
Aberta	ERCM	Campina da Lagoa	0	1	20
Fechada	ERUM	Cidade Gaúcha	1	1	28
Aberta	ERUV	Coronel Domingos Soares	0	1	40
Aberta	ERCM	Corumbataí do Sul	0	1	15

d'água e recurso para instalação, por meio do projeto Caixa d'Água Boa; (iv) Financiamento de melhorias no saneamento básico, por meio do projeto Renda Agricultor Familiar; (v) Apoio à articulação para acesso à água, esgoto e luz.

Demanda	Regional	Município	Quantidade de áreas de origem (desfavelamento)	Quantidade de áreas de destino (Conjuntos Habitacionais)	UHS previstas nas áreas de destino
Fechada	ERUV	Cruz Machado	2	1	84
Aberta	ERUV	Cruz Machado	2	1	50
Aberta	ERFB	Cruzeiro do Iguaçu	0	1	30
Fechada	ERAP	Faxinal	1	1	30
Aberta	ERPG	Fernandes Pinheiro	0	1	30
Aberta	ERUV	General Carneiro	0	1	32
Aberta	ERCP	Guapirama	0	1	16
Aberta	ERGP	Inácio Martins	0	1	29
Fechada	ERCM	Iretama	1	1	20
Aberta	ERPv	Itaúna do Sul	0	1	36
Aberta	ERPG	Ivaí	0	1	37
Fechada	ERAP	Ivaiporã	1	1	14
Aberta	ERLD	Jaguapitã	0	1	31
Aberta	ERCM	Juranda	0	1	29
Aberta	ERCM	Mamborê	0	1	52
Fechada	ERFB	Marmeleiro	3	1	90
Aberta	ERPv	Mirador	0	1	18
Aberta	ERAP	Novo Itacolomi	0	1	36
Aberta	ERUV	Paulo Frontin	0	1	26
Fechada	ERFB	Renascença	1	1	60
Fechada	ERCM	Roncador	1	2	40
Aberta	ERPv	Santa Cruz de Monte Castelo	0	1	30
Aberta	ERPv	Santo Antônio do Caiuá	0	1	26
Aberta	ERFB	São Jorge do Oeste	0	1	84
Aberta	ERPG	São José da Boa Vista	0	1	51
Fechada	ERPv	São Pedro do Paraná	6	1	35
Fechada	ERLD	Sertanópolis	1	1	31
Fechada	ERLD	Tamarana	1	1	26
Aberta	ERUM	Tapejara	0	1	24
Fechada	ERCM	Ubiratã	1	4	160
Fechada	ERUM	Umuarama	7	1	200
Fechada	ERFB	Verê	1	1	12
TOTAL(*)		39	32	47	1679

(*) O número total de áreas de origem (32) e áreas de destino (47) da amostra representativa contabilizam 80 projetos que formam a Amostra Representativa | Fonte: COHAPAR, 2023

3. OBJETIVOS DO PLANO DE CONSULTAS PÚBLICAS E ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO DAS PARTES INTERESSADAS

O presente Plano de Consultas Públicas e Engajamento Significativo das Partes Interessadas está focado nas intervenções previstas como parte da Amostra representativa do Projeto Vida Nova e tem seus objetivos alinhados com o Marco de Políticas do Banco, especialmente o PDSA 10, a saber:

- Apoiar o estabelecimento de uma abordagem sistemática de engajamento com as partes interessadas, especialmente as populações diretamente afetadas;
- Delinear estratégias para integração da visão das diferentes partes interessadas, para que estas sejam consideradas no Projeto, desde as etapas iniciais de elaboração do projeto e ao longo de todo seu ciclo de vida;
- Definir um conjunto coerente de ações de engajamento proporcionais aos riscos e impactos associados ao projeto;
- Garantir a divulgação das informações sobre os riscos sociais e ambientais às partes interessadas, em formatos oportunos, compreensíveis, acessíveis e apropriados;
- Estabelecer meios e canais de comunicação acessíveis e inclusivos para que as diferentes partes interessadas possam expressar suas propostas, preocupações, assim como manifestar suas queixas;
- Estabelecer fluxos e gerenciamento adequado por parte da COHAPAR em relação à gestão das diferentes manifestações e suas respostas;
- Com base no estabelecimento dos canais e fluxos de manifestações, implantar um mecanismo de reclamações para receber inquietudes e queixas sobre o desempenho ambiental e social, além de facilitar a sua resolução¹⁸.

4. PRINCÍPIOS ADOTADOS NO PLANO DE CONSULTAS PÚBLICAS E ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO DAS PARTES INTERESSADAS

Os princípios que orientam o presente Plano são¹⁹:

- **Preparação:** realização de ações prévias de mapeamento, geração e divulgação de informações, assim como diálogos com as partes interessadas de maneira contínua ao longo de todo o ciclo de vida do projeto, sendo iniciado em sua fase de preparação;
- **Informações prévias:** as partes interessadas terão acesso a informações prévias sobre os aspectos relevantes do projeto em idioma e formatos adequados e acessíveis;
- **Representatividade e equidade:** garantia de que os diferentes grupos de partes interessadas estarão representados sem discriminação e que participarão das diferentes

18 Salienta-se que o presente Plano de Engajamento está voltado às ações a serem realizadas na fase de Preparação do Programa (Consultas Públicas). As ações e mecanismos diretamente relacionadas à fase de Operação do Financiamento serão apresentadas no respectivo documento MGAS do Programa.

19 Baseado em: MILANO, F. (coord). Consultas Públicas: O Passo a Passo – Marcos Regulatórios e Legais aplicáveis no Brasil. BID, 2020; e KVAM, R. Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais. BID, 2017.

estratégias de consulta e de engajamento, sendo assegurado que os grupos mais vulneráveis tenham voz;

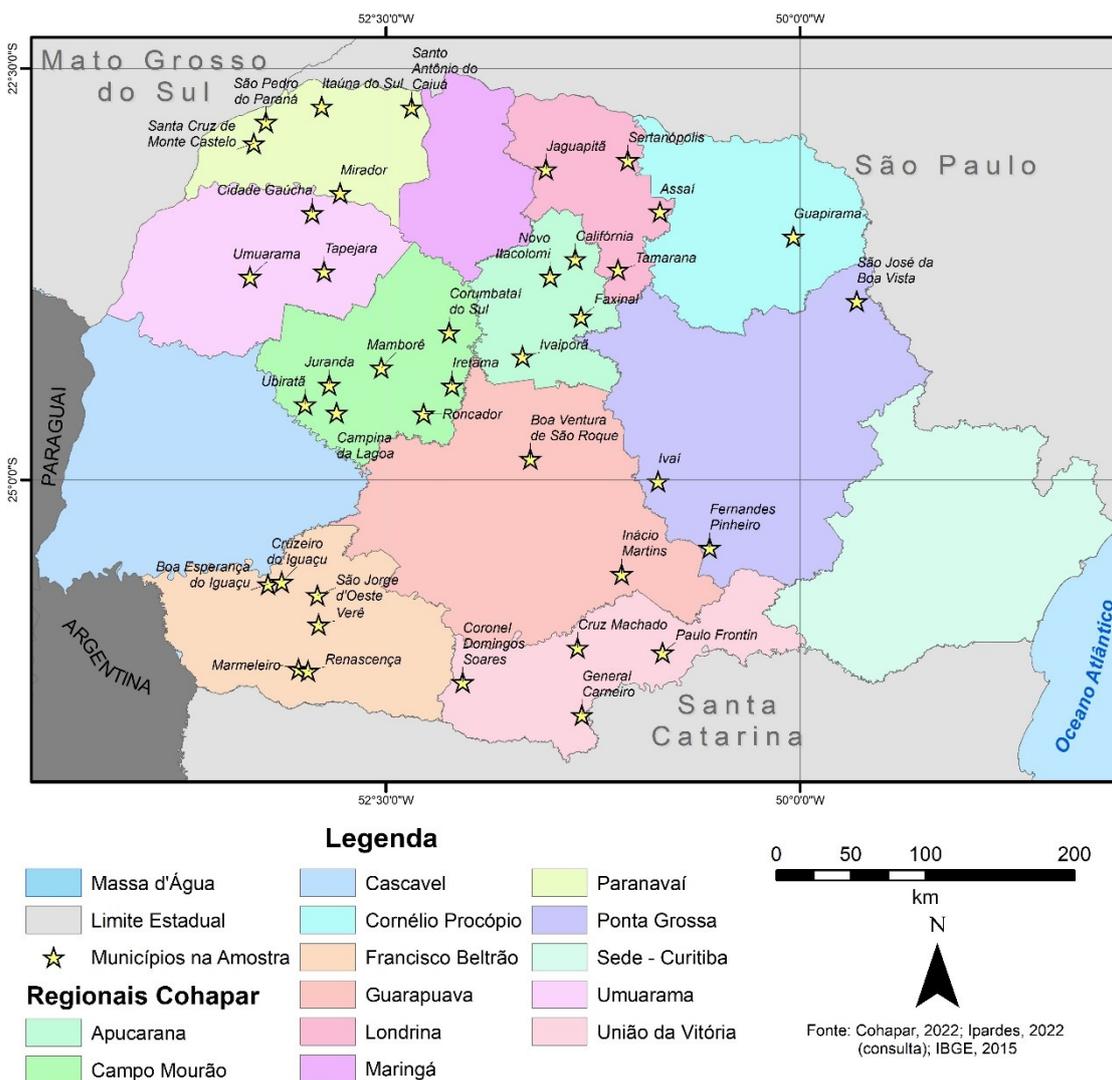
- **Oportunidade:** as consultas serão realizadas de forma que as diferentes partes interessadas possam influenciar as tomadas de decisão antes das tomadas de decisão finais;
- **Recursos:** serão alocados os recursos humanos, financeiros e tecnológicos necessários, oportunos e culturalmente apropriados;
- **Transparência e embasamento factual:** os processos de consulta e engajamento serão transparentes e baseados em informações factuais, mesmo sobre a abrangência das consultas e poder de influência nas decisões do Projeto;
- **Acessibilidade:** será garantida a acessibilidade física (incluindo transporte, caso necessário e meios especiais para pessoas com deficiência), e de linguagem, especialmente para os casos de comunidades tradicionais e indígenas;
- **Facilidade de acesso às informações:** será garantido, durante todo o ciclo de vida do Projeto, o acesso às informações como: (i) propósito, natureza e escala do projeto, (ii) a duração das ações propostas, (iii) os riscos e impactos possíveis às comunidades e suas medidas de mitigação, (iv) o processo de participação das partes interessadas, (v) mecanismos de queixas e reclamações, (vi) oportunidades potenciais e benefícios do desenvolvimento;
- **Legitimidade:** para garantia da legitimidade do processo, será oferecido, salvo exceções legais, acesso às contribuições recebidas – mantida a confidencialidade das autorias para preservação da liberdade dos comentários;
- **Respeito e isenção de coerção:** as partes interessadas poderão expressar suas preocupações e críticas sendo protegidas de retaliações;
- **Registro e divulgação:** todas as fases, etapas e ações de consulta serão documentadas sistematicamente e seus aspectos relevantes divulgados ao público.

5. ABRANGÊNCIA

O Projeto Vida Nova abrange o Estado do Paraná, prevendo 140 intervenções em favelas e/ou áreas de risco em 73 municípios do Estado, totalizando aproximadamente a construção de **5.600 unidades habitacionais**.

Na etapa atual de preparação está programada a realização de consultas públicas no âmbito do EIAS/PGAS/MGAS, MR e PER, envolvendo todas as partes interessadas na escala estadual e dos municípios que compõem a Amostra Representativa.

Figura 4 - Localização da amostra representativa



Fonte: COHAPAR, 2023

6. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

A matriz de partes interessadas e afetadas é um instrumento que consolida os atores importantes de serem engajados e consultados nas discussões relacionadas aos projetos do Projeto Vida Nova. Esta Matriz com a seleção de Partes Interessadas e Afetadas relacionadas aos projetos do Projeto Vida Nova é apresentada no Anexo 1.

De forma resumida, são listadas abaixo principais partes interessadas preliminarmente identificadas até o momento:

Tabela 6 – Quadro Resumo: Principais categorias de Partes Interessadas

COHAPAR	Poder Público		Sociedade Civil	Comunidades
	<i>Estadual</i>	<i>Municipais</i>		
Sede	Secretarias de Estado	Prefeituras	ONGs / Organizações sociais locais	Populações (famílias) afetadas pelo reassentamento involuntário
Escritórios Regionais	Instituto Água e Terra	Companhias de saneamento locais	Associações profissionais	Público da demanda aberta
	Ministério Público	Companhias de energia locais	Academia / universidades	Comunidade anfitriã
	Defensoria Pública	Secretarias Municipais de: Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Habitação e Obras Demais Secretarias Municipais	Iniciativa privada (construção civil)	Associação de moradores
			Imprensa	Comunidade em geral
				Comerciantes locais
				Lideranças Comunitárias
				Igreja e/ou centros religiosos

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2023

A identificação de partes interessadas inclui, também, o detalhamento sobre a presença de populações vulneráveis que possam ver-se afetadas de maneira mais adversa que outros grupos pelos impactos do projeto, e que, por isso, podem demandar ações específicas direcionadas. As populações vulneráveis que poderão estar presentes nas áreas dos projetos e sofrerem impactos adversos envolvem pessoas com deficiência (PCD), populações tradicionais, LGBTIQ+, idosos, mulheres chefes de família, pessoas/famílias pobres, migrantes, entre outros.

7. IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES PRIORITÁRIAS

Nas consultas públicas serão abordados os impactos socioambientais benéficos e adversos dos projetos, além de suas respectivas medidas de mitigação e compensação, e que sejam relevantes na discussão com o público.

No geral, as seguintes questões são antecipadas:

- **Para a demanda fechada (Reassentamentos Involuntários):**
 - Descrição do Projeto e dos seus objetivos com detalhamento dos itens permanentes que causam maiores preocupações (melhorias propostas, infraestrutura a ser disponibilizada);
 - Apresentação da versão preliminar dos documentos sociais com a visão do BID, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;
 - Principais medidas de mitigação para atendimento aos impactos identificados;
 - Dinâmica de trabalho das maiores interferências a serem realizadas na comunidade durante a obra versus as ações de mitigação e controle adotadas (lama, poeira, trânsito, ruído, duração da obra);
 - Como ocorrerá a remoção e o reassentamento (ou que fatores serão considerados para remoção);
 - Opções de soluções de reassentamento que serão disponibilizadas e critérios gerais de atendimento a serem considerados;
 - Características dos empreendimentos habitacionais que serão construídos para reassentamento (localização, tipologia, equipamentos sociais e comunitários previstos)
 - Informação sobre os procedimentos de cadastro e congelamento das áreas de intervenção da demanda fechada;
 - Ações do Trabalho Social antes, durante e após o processo de intervenção para urbanização e reassentamento;
 - Instâncias de participação durante o processo de reassentamento: informação sobre o processo de envolvimento das partes interessadas do Projeto, destacando os possíveis canais disponibilizados para participação da comunidade e os meios para que as queixas possam ser apresentadas e abordadas;
 - Mecanismos de Queixas e Reclamações e Canais de Comunicação;
 - Estimativa de cronograma previsto para as intervenções e para a conclusão do reassentamento.
- **Para a demanda aberta (Programa de Atendimento Habitacional):**
 - Descrição do Projeto e dos seus objetivos com detalhamento dos itens permanentes que causam maiores preocupações (melhorias propostas, infraestrutura a ser disponibilizada);
 - Apresentação da versão preliminar dos documentos sociais com a visão do BID, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;

- Apresentação das justificativas (critérios e motivações) que originam a necessidade de reassentamentos (demanda fechada) e as realocações (demanda aberta);
- Processo e critérios de seleção das famílias e respostas ao chamamento;
- Processo de mudança;
- Características dos empreendimentos habitacionais que serão construídos para reassentamento (localização, tipologia, equipamentos sociais e comunitários previstos)
- Ações do Trabalho Social antes, durante e após o processo de reassentamento;
- Instâncias de participação durante o processo de reassentamento: informação sobre o processo de envolvimento das partes interessadas do Projeto, destacando os possíveis canais disponibilizados para participação da comunidade e os meios para que as queixas possam ser apresentadas e abordadas;
- Mecanismos de Queixas e Reclamações e Canais de Comunicação;
- Cronograma previsto para as intervenções e para a conclusão da realocação.

8. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTAS PÚBLICAS DA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA

Busca-se nas consultas públicas a apresentação do Projeto Vida Nova e dos documentos socioambientais, assim como a captação de informações, anseios e dúvidas das partes interessadas, incluindo também a resposta aos questionamentos apresentados. Ao final do processo de consultas deve-se garantir a catalogação de evidências de sua realização, assim como do seu resultado.

Como parte da fase de preparação do Projeto Vida Nova estão previstas as seguintes atividades como parte do processo de consultas públicas

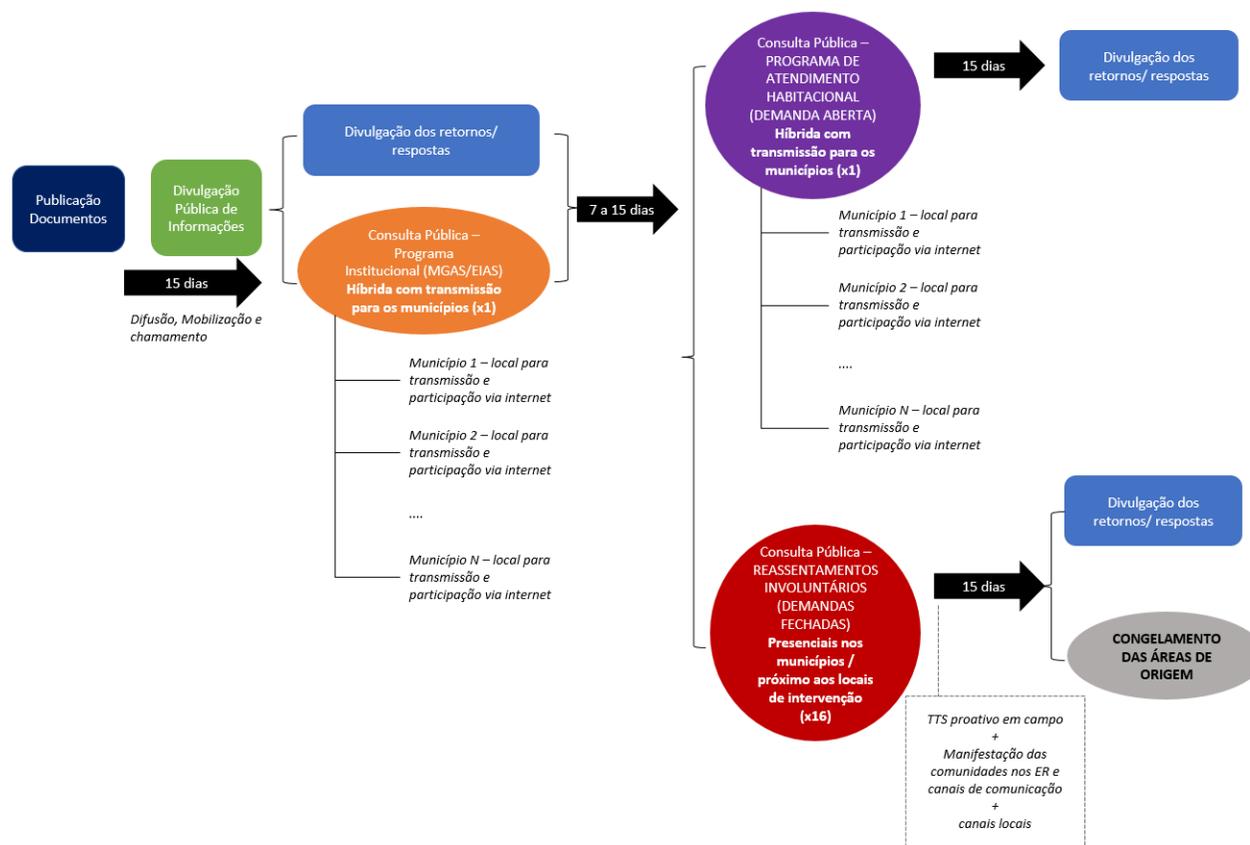
- a) **Divulgação Pública de Informações:** através da disponibilização no site da COHAPAR de todos os documentos sociais e ambientais produzidos nesta fase de preparação além de quaisquer outros materiais informativos do Projeto. Esta página eletrônica deverá permitir o recebimento de interação das partes interessadas por meio de formulário neste mesmo site, canais de WhatsApp dos Escritórios Regionais. O prazo para a divulgação das respostas será de 7 a 15 dias, através desta mesma página eletrônica.
- b) **01 Consulta Pública Semipresencial (híbrida: presencial e com transmissão online) – EIAS/MGAS/PGAS:** realização simultânea de consulta pública com a participação presencial nos municípios e com transmissão capilarizada ao vivo (a partir da Sede da COHAPAR em Curitiba) da apresentação através dos 12 Escritórios Regionais e dos 39 municípios da Amostra Representativa e também em plataformas virtuais como Youtube e Facebook, com momento para que as pessoas participantes tenham oportunidade de se manifestar tanto através das plataformas virtuais (online) como presencialmente. Esta consulta abordará os principais aspectos, impactos e formas de mitigação do Projeto de forma ampla (ambiental e social), conforme EIAS, MGAS e PGAS.

- c) **01 Consulta Pública Semipresencial (híbrida: presencial e com transmissão online) [Demanda Aberta – Programa de Atendimento Habitacional]:** realização simultânea de consulta com a participação presencial nos municípios, mas com transmissão ao vivo da apresentação através de plataformas virtuais como Youtube e Facebook, com espaço para que as pessoas participantes tenham oportunidade de se manifestar tanto através das plataformas virtuais (online) como presencialmente. Esta consulta abordará as questões referentes ao Programa de Atendimento Habitacional (demanda aberta), como os principais aspectos operacionais, elegibilidade, impactos e formas de mitigação.
- d) **16²⁰ Consultas Públicas Presenciais [Demanda Fechada – Reassentamentos Involuntários]:** com a participação presencial das partes interessadas em cada um dos municípios componentes da Amostra Representativa que integram o grupo de intervenções da demanda fechada. Esta consulta abordará os principais aspectos, impactos e formas de mitigação do reassentamento involuntário de famílias e atividades econômicas, conforme o Marco de Reassentamento e o Plano Executivo de Reassentamento Involuntário (demanda fechada).
- e) **01 Consulta Pública Dedicada e Exclusiva Presencial,** para os pescadores das ilhas do município de São Pedro do Paraná, por constituírem uma comunidade tradicional reconhecida pela Lei Municipal 057/2021. A Nota de rodapé 159 do MPAS menciona que para o propósito, povos tradicionais, como reconhecido por lei nacionais, são tratados como Povos Indígenas, sendo aplicado o PDAS 7, bem como a Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Importante reforçar que **o presente Plano de Consulta e Participação se destina ao detalhamento das Consultas Públicas às questões referentes ao reassentamento conforme os documentos: MR e PER.** Os aspectos referentes às Consultas Públicas relativas às questões socioambientais mais amplas estão detalhadas em documento específico (Plano de Consultas Públicas e Engajamento de Partes Interessadas da Amostra Representativa – Documentos Socioambientais – EIAS/PGAS/MGAS). A figura a seguir retrata a estratégia de organização das consultas públicas em questão:

²⁰ O total de 16 consultas públicas refere-se ao total de municípios incluídos na Demanda Fechada, ou seja, nos quais são previstas intervenções de remoção e reassentamento involuntários de famílias. Ressalta-se que a quantidade de 16 consultas refere-se ao mínimo previsto, sendo uma por município. Entretanto, uma vez que existem casos em que há mais de uma área de origem, pode ser necessária a realização de mais de um evento local de consulta pública. Esta decisão ficará a cargo da COHAPAR junto com seus Escritórios Regionais.

Figura 5 – Fluxo simplificado de Consultas Públicas da Fase de Preparação do Projeto Vida Nova



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2023

O planejamento das Consultas apresentadas neste Plano será liderado pela Sede da COHAPAR, com apoio dos seus Escritórios Regionais e Prefeituras Municipais dos locais onde estão previstas as intervenções. Apesar de contar com o apoio das Prefeituras Municipais, através das parcerias que serão firmadas para a execução do Projeto, **a COHAPAR é a responsável integral pela disponibilização de toda a infraestrutura necessária para realização dos eventos de forma presencial e virtual** com transmissões ao vivo por plataforma virtual (como YouTube ou Facebook, por exemplo), ou outro site e divulgação dos eventos.

Com a publicação dos documentos ambientais e sociais no site da COHAPAR:

- (i) Inicia-se a **Divulgação Pública de Informações** contemplando todos os estudos e documentos produzidos na presente fase de preparação (sociais e ambientais);
- (ii) E também se inicia o período de divulgação com a difusão de informações e chamamento para a consulta pública que se estenderá por **15 dias**.
- (iii) Finalizado esse período (de 15 dias), será realizada a **Consulta Pública Semipresencial (híbrida: presencial e com transmissão online) – EIAS/MGAS/PGAS**.
- (iv) **Entre 7 e 15 dias** após a realização da Consulta Pública Semipresencial (híbrida: presencial e com transmissão online) – EIAS/MGAS/PGAS serão realizadas as Consultas Públicas relacionadas aos temas de reassentamento (que são o foco do presente documento):
 - a. **01 Consulta Pública Semipresencial (híbrida: presencial e com transmissão online) [Demanda Aberta – Programa de Atendimento Habitacional] e;**
 - b. **Mínimo de 16 Consultas Públicas Presenciais [Demanda Fechada – Reassentamentos Involuntários].**

9. ATIVIDADES DO PROCESSO DE CONSULTAS PÚBLICAS DA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA: DOCUMENTOS SOCIAIS – MR E PER

Como dito, são previstas três atividades como parte do processo de consulta pública nesta etapa de preparação do Projeto Vida Nova que contemplarão os temas relacionados ao reassentamento, com base nos documentos sociais:

- (i) a divulgação pública de informações;
- (ii) a consulta pública – semipresencial (híbrida: presencial e com transmissão online) – com foco no Programa de Atendimento Habitacional (demanda aberta), e;
- (iii) as consultas públicas presenciais – com foco nas intervenções e atendimentos relacionados aos reassentamentos involuntários (demanda fechada).

A seguir cada uma dessas atividades é detalhada considerando suas especificidades.

9.1. Divulgação Pública de Informações

A divulgação pública de informações contempla a disponibilização das versões preliminares de todos os documentos ambientais e sociais do processo de preparação do Projeto Vida Nova, e demais materiais que venham a ser produzidos, abarcando os principais temas relacionados às intervenções a serem realizadas, assim como de material informativo complementar. Portanto, trata-se da mesma estratégia de consulta que é apresentada no Plano de Consultas e Engajamento EIAS/PGAS/MGAS e que será utilizada para todo o Programa.

Objetivos específicos

- Estabelecer um canal de consulta e comunicação com a população afetada e beneficiada contínuo durante todo o ciclo de vida do projeto.
- Disponibilizar informações que possam ser vistas durante o período de chamamento e divulgação para apresentar o Projeto Vida Nova;
- Apresentar os Projetos a serem executados na área da Consulta, observando as questões prioritárias identificadas; informar a duração das atividades do Projeto (fase de preparação + fase de implantação + consultas) cuidando para não criar expectativa;
- Apresentar a versão preliminar dos documentos socioambientais, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;
- Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas e afetadas do Projeto, destacando os possíveis canais e mecanismos de queixas e reclamações disponibilizados para participação da comunidade e o tempo de resposta para as queixas apresentadas e abordadas;
- Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive as respostas dadas pela COHAPAR;
- Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação;
- Formalizar lista de cadastro dos participantes via Internet;
- Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as repostas dadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do Projeto Vida Nova.

Público-alvo

A divulgação de pública de informações por meio da página eletrônica da COHAPAR será dirigida às pessoas que estão nas áreas diretamente afetadas e/ou beneficiadas pelo Projeto Vida Nova, abrangendo também públicos diversos que possam ter interesse no Projeto, como: agentes governamentais, órgãos públicos, imprensa, lideranças sociais, acadêmicas, religiosas ou empresariais. O chamamento e a mobilização irão contemplar estratégias de comunicação direcionadas a este público. Apesar desse direcionamento, a participação nas consultas virtuais será irrestrita.

Formato de participação

Na divulgação pública de informações, as partes interessadas poderão acessar os documentos sociais e ambientais e demais materiais informativos do Programa que serão produzidos pela COHAPAR na página eletrônica da companhia: <https://www.cohapar.pr.gov.br/>.

As manifestações poderão ser enviadas através de formulário eletrônico que poderá ser preenchido online e encaminhado automaticamente. Também serão disponibilizados outros canais exclusivos como alternativa para manifestação, como WhatsApp ou e-mail. O prazo para a divulgação das respostas será de 7 a 15 dias, através desta mesma página eletrônica.

Estes canais de divulgação e participação estarão abertos durante todo o ciclo de vida do Projeto Vida Nova.

Figura 6 – Exemplos de páginas eletrônicas destinadas à processos de consultas públicas

PROSAMIM+



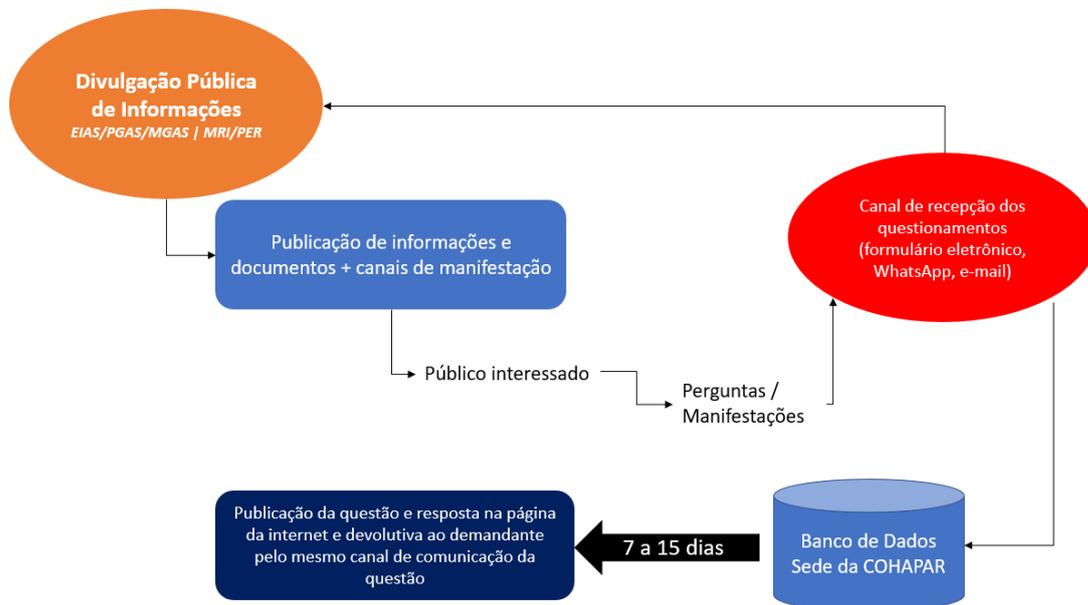
Fonte: <http://www.consultasociedadeprosamim.am.gov.br/>

PROREDES/SERGIPE



Fonte: <https://saude.se.gov.br/consulta-publica-virtual/>

Figura 7 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Divulgação Pública de Informações



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2023

Resultado Esperado:

Como resultado, espera-se informar a sociedade paranaense sobre o Projeto Vida Nova, seus benefícios resultantes, assim como dos impactos previstos e as formas de mitigação, garantindo a divulgação das informações sobre riscos sociais e ambientais às partes interessadas, estabelecendo a abertura para o diálogo e manifestações das diferentes partes interessadas.

Tabela 7 – Quadro Resumo – Divulgação Pública de Informações

Formato	Virtual
Local:	Página do Projeto Vida Nova: https://www.cohapar.pr.gov.br/ Formulário eletrônico para Manifestação: acessado a partir do site da COHAPAR, na página do Projeto Vida Nova.
Data e Horário:	Durante o período de comunicação/chamamento, 15 dias que antecedem a realização das consultas públicas presenciais ou virtuais (síncronas);
Tempo previsto:	O prazo para a divulgação das respostas será de 7 a 15 dias, através desta mesma página eletrônica. Este canal de consulta e comunicação será contínuo (permanente) durante todo o ciclo de vida do projeto
Sistemas audiovisuais	Poderão ser utilizados vídeos gravados com conteúdos relacionados e recursos de animação disponíveis no site;
Equipe:	Equipe da UGP, Sede e Regionais da COHAPAR;
Público Participante	Prefeituras Municipais; Representantes de órgãos ambientais locais; Secretarias municipais; Defesa Civil; Representantes de ONGs; líderes e representantes das comunidades afetadas (comunidades anfitriã e de entorno dos projetos); líderes e representantes das comunidades; associações; comunidade geral, público da Demanda Aberta e Fechada

9.2. Consulta Pública Semipresencial (híbrida e com transmissão online): Programa de Atendimento Habitacional (demanda aberta)

A consulta no formato semipresencial contempla a apresentação das versões preliminares dos documentos sociais do processo de preparação do Projeto Vida Nova, abarcando os principais temas relacionados às obras a serem realizadas. Especificamente esta consulta pública semipresencial (híbrida e com transmissão online) tem como público-alvo principal a comunidade em geral e o público elegível aos atendimentos habitacionais a partir do Sistema de Cadastro Habitacional de Pretendentes (SCHAP), além de responsáveis por instituições relacionadas ao tema. No entanto, é importante ressaltar que a participação nesta (e nas demais consultas) é livre, podendo participar qualquer pessoa que se interesse.

Objetivos específicos

- Apresentar o Projeto Vida Nova;
- Apresentar a versão preliminar dos documentos sociais, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;

- Apresentar as soluções de atendimento habitacional e os critérios de elegibilidade para as unidades habitacionais padrão para os casos da demanda aberta;
- Informar a duração estimadas das atividades em cronograma simplificado (fase de preparação + fase de implantação + consultas), e as especificidades de cada tipo de demanda (aberta e fechada);
- Informar sobre os processos de seleção e resposta ao chamamento;
- Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas do Projeto, destacando os possíveis canais disponibilizados para participação da comunidade e o mecanismo de queixas e reclamações (MQR) para que possam se manifestar;
- Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive as respostas dadas pela COHAPAR na reunião;
- Informar sobre o prazo e canais de respostas para as perguntas que não puderem ser respondidas durante o evento (de 7 a 15 dias no site da COHAPAR);
- Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem em uma lista para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação, queixas e reclamações;
- Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as repostas apresentadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do Projeto Vida Nova e nos processos de reassentamento.

Público-alvo

Prefeituras Municipais; Representantes de órgãos ambientais locais; Secretarias municipais; Defesa Civil; Representantes de ONGs; líderes e representantes das comunidades afetadas (comunidades anfitriã e de entorno dos projetos); líderes e representantes das comunidades; associações; comunidade geral, público da Demanda Aberta.

O chamamento e mobilização deverão contemplar estratégias de comunicação direcionadas ao público-alvo destas consultas. A lista de convidados para as consultas públicas é apresentada na **Matriz de Partes Interessadas** expressa no **Anexo 1**.

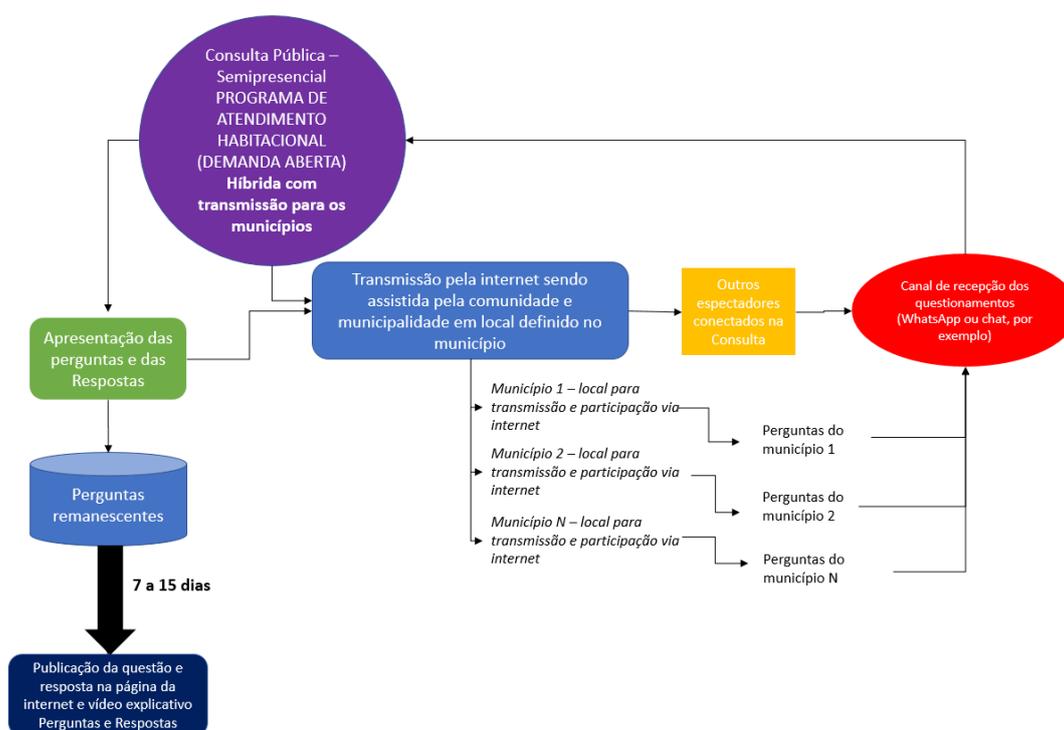
Formato de participação

A Consulta Pública semipresencial será realizada de forma presencial e transmitida via internet simultaneamente. Através do cadastramento e envio de questões para um canal específico durante a Consulta Pública, cada equipe organizadora local (Escritórios Regionais e Prefeituras) poderá coletar questionamentos apresentados pelos participantes presenciais e enviar para este canal exclusivo que estará centrado em um agente estabelecido na sede da COHAPAR. O canal ainda está a ser definido, mas, poderá ser um chat ativo durante a Consulta, um número de WhatsApp ou e-mail. Uma vez que também será feita transmissão online simultaneamente através de plataformas virtuais (como Youtube e Facebook), os participantes virtuais poderão enviar suas perguntas através do chat dessas plataformas. Caberá ao agente estabelecido na COHAPAR selecionar perguntas dos diferentes locais e canais e repassá-las aos condutores da apresentação (técnicos da COHAPAR que poderão responder no momento da apresentação).

Algumas perguntas serão respondidas durante a própria realização da consulta e as questões remanescentes que não puderem ser respondidas no momento do pleito serão tratadas e respondidas *a posteriori*, sendo essas publicadas na da página eletrônica do Projeto Vida Nova/Site da COHAPAR, no período de 7 a 15 dias, e disponível em vídeo didático apresentando as perguntas, respostas e indicando os municípios que originaram o questionamento. Esta estratégia é sugerida para buscar melhor organização das respostas tendo em vista o grande número esperado de questões.

A seguir é apresentado um rápido fluxo do mecanismo de questionamento e resposta da Consulta Pública Semipresencial.

Figura 8 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Consulta Pública Semipresencial



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2023

Resultado Esperado

Como resultado, espera-se consultar as pessoas elegíveis e outras partes interessadas sobre o Programa de Atendimento Habitacional do Projeto Vida Nova, e obter informações que possam melhorar este Programa de Atendimento, assim como os projetos dos empreendimentos habitacionais.

Tabela 8 – Quadro Resumo - Consulta Pública Semipresencial (híbrida) – Programa de Atendimento Habitacional (demanda aberta)

Consulta	Semipresencial (híbrida) – Programa de Atendimento Habitacional
Local:	<p>Presencial: Sede da COHAPAR, Av. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 800 - Cristo Rei - 82530-195 - Curitiba – PR</p> <p>Virtual: transmissão ao vivo pelo canal do Youtube https://www.youtube.com/channel/UCZjO_JwgsFEqmSMcW6YQkRw.</p> <p>Capilaridade de transmissão no Processo de Participação: Possibilidade de realização com público presencial no município, organizado pelo Escritório Regional e Prefeitura Municipal, e com reprodução da transmissão do canal do Youtube por telão.</p>
Data e Horário:	A definir
Tempo previsto:	2 horas
Sistemas audiovisuais	Sistema de som, projetor, sistema de gravação e link de transmissão pela internet
Equipe:	Equipe da UGP, Sede e Regionais da COHAPAR; Equipes municipais
Público Participante	Prefeituras Municipais; Representantes de órgãos ambientais locais; Secretarias municipais; Defesa Civil; Representantes de ONGs; líderes e representantes das comunidades afetadas (comunidades anfitriã e de entorno dos projetos); líderes e representantes das comunidades; associações; comunidade geral, público da Demanda Aberta e Fechada.

9.2.1. Roteiro da Consulta Pública Semipresencial (híbrida e com transmissão online) – Demanda Aberta

Inicialmente, prevê-se que esta Consulta siga o seguinte roteiro básico (que pode ser alterado para melhor fluidez do evento):

- **Parte 1 – Recepção e identificação dos participantes:** Em cada local que houver presença de participantes, a primeira atividade a ser realizada é a recepção das pessoas. Deve ser disponibilizada uma lista de presença para registro (voluntário e não obrigatório) daqueles que comparecerem presencialmente, contendo, minimamente de: nome, telefone, organização que representa (para aqueles que representam alguma instituição), comunidade/bairro. As pessoas que não tenham condições de assinar a lista, serão auxiliadas pelas equipes locais que estarão realizando o credenciamento. Neste momento de recepção, as pessoas participantes deverão receber os materiais impressos que venham a ser elaborados e orientadas sobre: previsão de início e local de acomodação. Caso se trate de mulheres acompanhadas de crianças, estas deverão ser informadas da disponibilidade de local e cuidadores para as crianças.
- **Parte 2 – Abertura:** As Consultas serão iniciadas com uma breve abertura, contando com informações sobre os objetivos do evento, a programação e orientação sobre a forma de participação/manifestação que estará disponível durante todo o evento e apresentação das entidades promovedoras da Consulta: Governo do Estado, BID, COHAPAR e Prefeituras Municipais. Essa fala inicial de abertura será feita pelos representantes da COHAPAR e das Prefeituras Municipais que estarão presencialmente acompanhando as transmissões.

Parte 3 – Apresentação do Projeto Vida Nova: Na sequência, será realizada uma apresentação do Projeto Vida Nova, que será feita a partir da transmissão online com fala de representante da COHAPAR. De forma sintética e objetiva, em linguagem corrente e acessível ao público geral e com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes (apresentação visual, imagens e animações), com foco especial nos objetivos do Projeto Vida Nova, descrição de seus componentes e elementos relacionados à problemática habitacional do estado.

- **Parte 4: Apresentação do Programa de Atendimento Habitacional:** Especialistas (preferencialmente da área social ou da habitação) da COHAPAR se revezarão nas seguintes apresentações:
 - i. de uma síntese do diagnóstico habitacional do estado e do perfil socioeconômico das famílias atualmente cadastradas no Sistema Habitacional da COHAPAR;
 - ii. apresentação dos municípios contemplados na Amostra Representativa da Demanda Aberta (Programa de Atendimento Habitacional), justificativa dessas inclusões e como se dará a inclusão de futuros municípios nesta modalidade de atendimento do Programa;
 - iii. descrição dos impactos da implantação e operação de atividades;
 - iv. descrição das formas de atendimento previstas no Programa de Atendimento Habitacional e critérios de elegibilidade;
 - v. ações do trabalho técnico social;
 - vi. mecanismos de gestão de queixas e reclamações, canais de comunicação e informação;
 - vii. cronograma previsto/estimado.

Esta apresentação também será transmitida online a partir de uma fala única do/da representante da COHAPAR.

- **Parte 5 – Manifestação dos participantes e Respostas aos questionamentos:** Neste momento será aberto o espaço para manifestação dos participantes para que estes possam expor sua percepção do projeto, dúvidas e expectativas e apresentadas as respostas aos questionamentos feitos.
 - Através do cadastramento e envio de questões para um canal específico durante a Consulta Pública, cada equipe organizadora local (Escritórios Regionais e Prefeituras) poderá coletar questionamentos apresentados pelos participantes presenciais e enviar para este canal exclusivo que estará centrado em um agente estabelecido na sede da COHAPAR. O canal ainda está a ser definido, mas, poderá ser um chat ativo durante a Consulta, um número de WhatsApp ou e-mail. Uma vez que também será feita transmissão online simultaneamente através de plataformas virtuais (como Youtube e Facebook), os participantes virtuais poderão enviar suas perguntas através do chat dessas plataformas. Caberá ao agente estabelecido na COHAPAR selecionar perguntas dos diferentes locais e canais e repassá-las aos condutores da apresentação (técnicos da COHAPAR que poderão responder no momento da apresentação).

- Idealmente, as perguntas serão selecionadas para respostas, utilizando-se critérios como: ordem da manifestação, questionamentos ou contribuições semelhantes, e relevância e complexidade ao escopo do pleito.
- Algumas perguntas serão respondidas durante a própria realização da consulta e as questões remanescentes que não puderem ser respondidas no momento do pleito serão tratadas e respondidas *a posteriori*, sendo essas publicadas na página eletrônica do Projeto Vida Nova/Site da COHAPAR, no período de 7 a 15 dias, e disponível em vídeo didático apresentando as perguntas, respostas e indicando os municípios que originaram o questionamento. Esta estratégia é sugerida para buscar melhor organização das respostas tendo em vista o grande número esperado de questões.
- **Parte 6 – Canais de Comunicação, Mecanismos de Queixas e Reclamações (MQR):** Finalizadas as perguntas e as respostas, serão apresentados os canais de comunicação oficiais do MQR para diálogo e resolução de questões, o tempo de resposta.
- **Parte 7 – Próximos Passos e Encerramento:** Finalizadas as perguntas e as respostas, serão informados os próximos passos do Projeto Vida Nova, feitos os agradecimentos e o encerramento do evento.

A consulta será registrada com ata, gravações, fotografias para documentação e posterior revisão do material. A audiência será gravada e editada, com o objetivo de produzir documentos que comprovem a realização da consulta pública e as lições aprendidas pelo Projeto Vida Nova durante a fase de consultas.

9.3. Consultas Públicas Presenciais: [Demanda Fechada – Reassentamentos Involuntários]

As consultas públicas nos municípios onde ocorrerão as intervenções de reassentamentos involuntários (demanda fechada) serão realizadas através de eventos presenciais. São previstas, nesta etapa de preparação do Projeto Vida Nova, no mínimo **16 eventos** (considerando no mínimo um evento em cada um dos municípios que fazem parte da Amostra Representativas e que terão intervenções de reassentamento involuntário) e que deverão contar com a participação presencial das partes interessadas. Especificamente para os municípios de Umuarama, que possui 7 áreas de intervenção, e São Pedro do Paraná – que possui 6 áreas de intervenção além de questões culturais e logísticas relevantes, serão realizados mais de um evento de consulta de forma a garantir o pleno acesso a todas as comunidades afetadas (conforme planejamento a ser definido pela COHAPAR junto com seus Escritórios Regionais) e seguindo as diretrizes do presente Plano.

Estas consultas abordarão os principais aspectos, impactos e formas de mitigação do reassentamento involuntário de famílias e atividades econômicas, conforme o Marco de Reassentamento e o Plano Executivo de Reassentamento da Demanda Fechada, e serão organizadas pela COHAPAR, com apoio dos seus Escritórios Regionais e município parceiros, especialmente através das secretarias municipais envolvidas. Além de ser a principal responsável pela organização dos eventos de consulta presenciais, a COHAPAR também terá representantes para condução e acompanhamento de todas as consultas presenciais.

Objetivos específicos

- Apresentar o Projeto Vida Nova de forma ampla;

- Apresentar o projeto de intervenção (ou uma perspectiva da proposta para desenvolver o projeto) a ser executado em cada área, observando os aspectos listados no item – Identificação das questões prioritárias;
- Apresentar as justificativas (critérios e motivações) que originam a necessidade dos reassentamentos involuntários;
- Informar a duração estimadas das atividades em cronograma simplificado (fase de preparação + fase de implantação + consultas);
- Apresentar a versão preliminar dos documentos sociais, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;
- Apresentar as medidas de compensação, as soluções de reassentamento e os critérios de elegibilidade;
- Informar sobre os procedimentos de cadastro, congelamento das áreas e data limite de elegibilidade;
- Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas do Projeto, destacando os canais disponibilizados para participação da comunidade e o mecanismo de queixas e reclamações (MQR) para que possam se manifestar;
- Informar sobre o prazo e os canais de respostas para as perguntas que não puderem (eventualmente) ser respondidas durante o evento (de 7 a 15 dias no site da COHAPAR ou através dos contatos dos Escritórios Regionais);
- Abrir espaço e oportunidade para manifestações, registrando-as assim como as respostas dadas na reunião;
- Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem em uma lista para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação;
- Informar sobre processo de esclarecimento de dúvidas e atendimentos individuais após as consultas, esclarecendo: formas de atendimento, período (datas), horários e locais;
- Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as repostas dadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do Projeto Vida Nova e nos processos de reassentamento.

Público-alvo

Os públicos-alvo principais destes eventos de consulta são: Famílias das comunidades afetadas com as intervenções de reassentamento involuntário de famílias; Famílias das comunidades anfitriãs; líderes e representantes das comunidades; associações de moradores; Secretarias municipais (em especial de Habitação, Assistência Social, Meio Ambiente, Obras e/ou similares); Defesa Civil.

Reforça-se que, apesar de estes serem os públicos-alvo principais, as consultas são abertas a participação de qualquer pessoa interessada.

O chamamento e mobilização deverão contemplar estratégias de comunicação direcionadas ao público-alvo destas consultas. A lista de convidados para as consultas públicas é apresentada na Matriz de Partes Interessadas expressa no Anexo 1.

Formato de participação

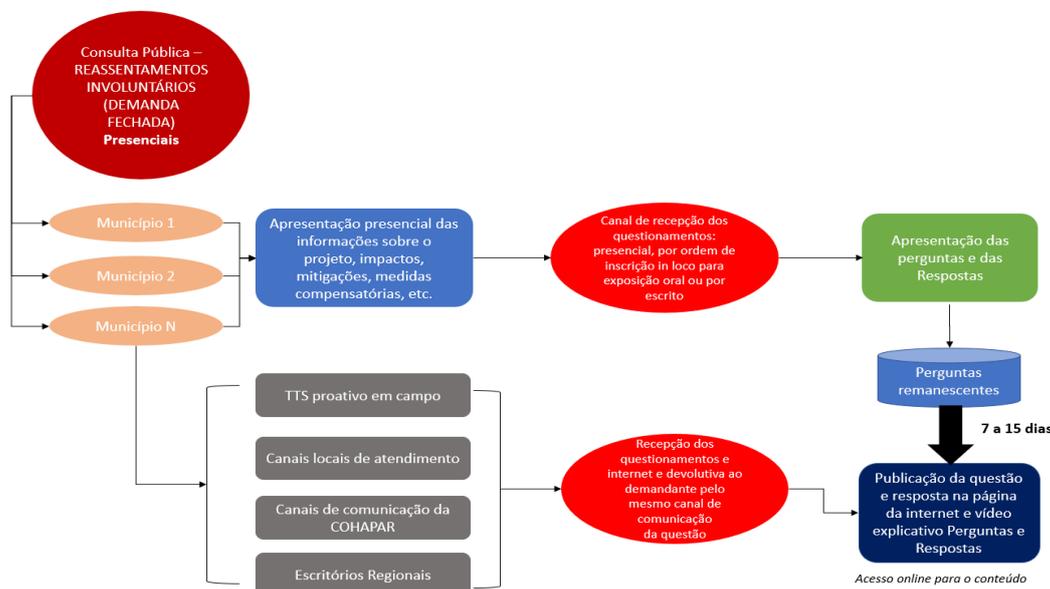
As Consultas Públicas presenciais serão realizadas localmente em cada um dos municípios integrantes da Amostra Representativa onde há previsão de intervenções que gerem reassentamento involuntário de famílias e/ou deslocamentos econômicos. A interação e participação das partes interessadas nestes eventos ocorrerá através da apresentação *in loco e ontime* das dúvidas, perguntas e demais comentários – o que poderá ser feito através de exposição oral ou perguntas escritas, caso a pessoa não queira falar, a partir de uma organização por ordem de inscrição. Pessoas com dificuldades para escrever serão ajudadas pela equipes locais na redação de suas perguntas. Poderão ser organizados blocos/rodadas de perguntas e respostas, sendo expostas, por exemplo, até 5 perguntas por bloco, com consequente respostas – que deverão ser apresentadas pelos profissionais da COHAPAR.

Idealmente, nenhuma pergunta apresentada deve ficar sem respostas. Caso algumas perguntas excepcionalmente fiquem sem resposta, estas serão consolidadas e publicadas na página eletrônica do Programa junto com aquelas dos demais processos de consulta e também incluídas nos vídeos explicativos de perguntas e respostas. O prazo para a divulgação das respostas será de 7 a 15 dias, através da página eletrônica da COHAPAR/do Projeto Vida Nova.

Após a realização das consultas e por um período de até 15 dias as partes interessadas e afetadas poderão apresentar suas dúvidas e receber respostas aos seus questionamentos também através:

- **Da presença das equipes de trabalho técnico social em campo (nas comunidades afetadas):** através de abordagens e atendimentos individuais;
- **De canais locais de atendimento:** que serão definidos conforme as especificidades de cada intervenção, podendo contemplar postos de atendimento previamente definidos e divulgados, como locais de atendimento das Secretarias Municipais parceiras e/ou outro local exclusivo para atendimentos referentes ao Projeto.
- **Dos Plantões Sociais (Itinerantes):** que serão realizados em local e períodos pré-determinados e divulgados;
- **Dos canais de comunicação da COHAPAR e seus Escritórios Regionais.**

Figura 9 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante as Consultas Públicas Presenciais



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2023

Resultado Esperado

Como resultado, espera-se consultar as comunidades diretamente afetadas sobre o Projeto Vida Nova, e obter informações que possam melhorar tanto o desenho das medidas de atendimento, compensação e mitigação, seus fluxos de atendimento, quanto os projetos das obras, através do aproveitamento do conhecimento dos moradores locais e de outros atores que atuam localmente para enriquecer e melhorar os estudos.

Tabela 9 – Quadro Resumo - Consultas Públicas Presenciais – Reassentamentos Involuntários (Demanda Fechada)

Consulta	Presencial
Local:	Em endereços a serem confirmados pela COHAPAR mais próximo da data de realização das consultas
Data e Horário:	A definir
Tempo previsto:	2 horas
Sistemas audiovisuais	Sistema de som, projetor, sistema de gravação e link de transmissão pela internet
Equipe:	Equipe da UGP, Sede e Regionais da COHAPAR; Equipes municipais
Público Participante	Famílias das comunidades afetadas com as intervenções definidas para a demanda fechada; Famílias das comunidades anfitriãs; líderes e representantes das comunidades; associações de moradores; Secretarias municipais (em especial de Habitação, Assistência Social, Meio Ambiente, Obras e/ou similares); Defesa Civil.

Tabela 10 – Consultas Públicas Presenciais –Reassentamentos Involuntários (Demanda Fechada) – Programação²¹

#	Regional	Município	Quantidade de áreas de origem (desfavelamento)	Comunidade (área de origem)	Data da consulta	Local	Endereço	Horário
1	ERLD	Assaí	1	Vila Grilo				
2	ERAP	Califórnia	1	Beira Rio				
3	ERUM	Cidade Gaúcha	1	Barraco dos Sem Tetos				
4	ERUV	Cruz Machado	2	São Jose I e III				
5	ERAP	Faxinal	1	Pinguim				
6	ERCM	Iretama	1	Águas de Jurema				
7	ERAP	Ivaiporã	1	Jacutinga				
8	ERFB	Marmeleiro	3	Km 04				
				Vila Roma				
				Ipiranga				
9	ERFB	Renascença	1	Bairro Associação				
10	ERCM	Roncador	1	Viveiro				
11	ERPV	São Pedro do Paraná	6	Condomínio Florta/ Ilhas (óleo Cru, Catarina, Mineira, Mutum e Tararã)				
12	ERLD	Sertanópolis	1	Conjunto Esperança				
13	ERLD	Tamarana	1	Favela Vila Siena / Fundo de Vale				

²¹ Até o encerramento da presente versão deste Plano, ainda não havia a definição do cronograma e locais de realização das consultas. Optou-se pela manutenção deste quadro, neste momento, como forma de orientar a COHAPAR sobre a importância desta definição assim que possível.

Tabela 10 – Consultas Públicas Presenciais –Reassentamentos Involuntários (Demanda Fechada) – Programação²¹

#	Regional	Município	Quantidade de áreas de origem (desfavelamento)	Comunidade (área de origem)	Data da consulta	Local	Endereço	Horário
14	ERCM	Ubiratã	1	Vila Recife				
15	ERUM	Umuarama	7	Parque Laranjeiras/ Parque San Gaetano, Jardim Petrópolis/ Jardim Social/ Jardim Aliança/ Jardim Iguaçu/Tangará e Indaia/ Jardim Paraíso				
16	ERFB	Verê	1	Alvorada				

9.3.1. Roteiro das Consultas Públicas Presenciais – Reassentamentos Involuntários (Demanda Fechada)

Inicialmente, prevê-se que as Consultas sigam o seguinte roteiro básico (que pode ser alterado para melhor fluidez do evento):

- **Parte 1 – Recepção e identificação dos participantes:** A primeira atividade a ser realizada é a recepção dos participantes. Deve-se disponibilizar uma lista de presença para registro (voluntário e não obrigatório) minimamente de: nome, telefone, organização que representa (para aqueles que representam alguma instituição). As pessoas que não tenham condições de assinar a lista, serão auxiliadas pela equipe da COHAPAR e municipais que estarão fazendo o credenciamento. Neste momento de recepção, as pessoas participantes deverão receber os materiais impressos que venham a ser elaborados e orientadas sobre: previsão de início e local de acomodação. Caso se trate de mulheres acompanhadas de crianças, estas deverão ser informadas da disponibilidade de local e cuidadores para as crianças.
- **Parte 2 - Abertura:** As Consultas serão iniciadas com uma breve abertura, contando com informações sobre os objetivos do evento, a programação e orientação sobre a forma de participação/manifestação que estará disponível durante todo o evento e apresentação das entidades promovedoras da Consulta: Governo do Estado, BID, COHAPAR e Prefeituras Municipais.
- **Parte 3 – Apresentação do Projeto Vida Nova:** Na sequência, será realizada uma apresentação do Projeto Vida Nova, de forma sintética e objetiva, em linguagem corrente e acessível ao público geral e com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes (apresentação visual, imagens e animações), com foco especial nos objetivos do Projeto Vida Nova, descrição de seus componentes e elementos que originam a necessidade de reassentamentos .
- **Parte 4 – Apresentação dos Aspectos do Reassentamento:** Especialistas (preferencialmente da área social ou da habitação) da COHAPAR se revezarão nas seguintes apresentações:
 - (i) de uma síntese do diagnóstico socioeconômico da área Amostra Representativa foco da consulta;
 - (ii) descrição dos impactos da implantação e operação de atividades;
 - (iii) descrição das soluções de reassentamento e os critérios de elegibilidade a cada uma delas;
 - (iv) ações do trabalho técnico social em suporte ao reassentamento e ao desenvolvimento socioterritorial;
 - (v) mecanismos de gestão de queixas e reclamações, canais de comunicação e informação;
 - (vi) cronograma previsto/estimado.
- **Parte 5 – Manifestação dos participantes:** Neste momento será aberto o espaço para manifestação dos participantes para que estes possam expor sua percepção do projeto, dúvidas, expectativas e dadas as respostas aos seus questionamentos. Uma vez que a participação deve ser essencialmente presencial, os participantes deverão se inscrever para

fala, sendo respeitada a ordem de inscrição. As respostas poderão ser apresentadas na sequência de cada pergunta ou por blocos/rodadas (de até 5 perguntas com posterior respostas aos conjuntos).

- **Parte 6 – Canais de Comunicação, Mecanismos de Queixas e Reclamações (MQR):** Finalizadas as perguntas e as respostas, serão apresentados os canais de comunicação oficiais do MQR para diálogo e resolução de questões, o tempo de resposta.
- **Parte 7 – Próximos Passos e Encerramento:** Finalizadas as perguntas e as respostas, serão informados os próximos passos do Projeto Vida Nova, feitos os agradecimentos e o encerramento do evento.

Todas as consultas serão registradas em ata, gravações, fotografias para documentação e posterior revisão do material. A audiência será gravada e editada, com o objetivo de produzir documentos que comprovem a realização das consultas públicas e as lições aprendidas pelo Projeto Vida Nova durante a fase de consultas.

9.4. Registros das Consultas

A organização de todos os registros a serem feitos durante o processo de Consulta Pública Significativa será concentrada na UGP, sede da COHAPAR, que receberá dos diversos canais (ER's, Prefeituras Municipais, canais de relacionamento gerenciados pela ACOM e Ouvidoria, etc) as informações relevantes para estruturação e consolidação do **Relatório de Consultas Públicas**, sejam em forma passiva, ativa ou dialógica. Além disso, **cada Escritório Regional será responsável pela elaboração da ata dos eventos de consulta local e encaminhamento do material para a sede para providências.**

As formas de registros do processo de Consulta Pública Significativa envolverão fotos, cadastros, textos fornecidos através dos canais de manifestação com posterior consolidação em arquivo eletrônico (Word, Excel, vídeos, áudios).

O Relatório de Consultas Públicas apresentará de forma consolidada os seguintes itens:

- Descrição geral do Projeto Vida Nova;
- Princípios adotados nas consultas;
- Registro da divulgação e chamamento;
- Descrição dos locais de transmissão e realização das consultas;
- Caracterização do perfil e público participante;
- Contribuições e Manifestações (com respectivas respostas);
- Conclusão;
- Registros (fotos, listas de presença, material de apresentação utilizado, etc.).

Deverão ser registradas as audiências em cada plataforma virtual utilizada e feitos registros de telas durante a transmissão, de forma a registrar a interação do público, além das respostas apresentadas.

9.5. Treinamento e Orientação aos técnicos envolvidos para organização e condução das Consultas Presenciais e Atendimentos Posteriores

Em função das especificidades das Políticas de Salvaguardas do BID que deverão ser cumpridas no processo de realização das Consultas Públicas em foco (fase de preparação), assim como do volume e diversidade de municípios, e conseqüentemente, também de técnicos envolvidos, a COHAPAR realizará um processo prévio de treinamento e orientação com todos os técnicos de seus Escritórios Regionais e os técnicos das Secretarias Municipais com maior envolvimento no Projeto e que participarão ativamente da realização das Consultas Públicas.

Esse treinamento poderá ser realizado em formato online, contemplando em especial os seguintes temas:

- O Projeto Vida Nova: objetivos, componentes e atores envolvidos;
- A Política de Salvaguardas do BID e as exigências em relação aos processos de Consulta Pública e Engajamento Significativo de Partes Interessadas;
- Planejamento das Consultas Públicas do Projeto Vida Nova em sua Etapa de Preparação;
- Papéis e Responsabilidades dos Escritórios Regionais e dos Municípios no planejamento das Consultas, Mobilização Social e realização das consultas;
- Funcionamento do Mecanismo de Queixas e Reclamações e atendimentos pós-consultas.
- Cronograma de realização da consulta;
- Atividades prévias e necessárias para realização das Consultas;
- Mobilização e Chamamento das Partes Interessadas;
- Próximos Passos e Responsáveis.

Outrossim, a COHAPAR realizará treinamento e orientação a todos os técnicos e estruturas que compõem todo o Mecanismo de Queixas e Reclamações (detalhado adiante) para que estejam plena e constantemente preparados para receber e responder as dúvidas e queixas apresentadas pela população.

9.6. Medidas de Segurança em caso de contato com a população (formato híbrido e presencial de consultas)

Ainda que a situação de transmissão de COVID esteja mais controlada nos dias atuais, nas consultas que envolvam a presença de pessoas, serão tomadas as seguintes precauções:

- Monitorar periodicamente os membros das equipes de campo (febre, tosse, sintomas relacionados), devendo haver dispensa do colaborador ou encaminhamento ao sistema de saúde adequado caso apresente sintomas;
- Isolamento social de membros da equipe que se encontram no grupo de risco (mais de 60 anos, diabetes, hipertensão, insuficiência renal crônica, doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, entre outras semelhantes consideradas pelas autoridades sanitárias.)
- Paralisar, total ou parcialmente, as atividades para garantir a saúde e segurança dos membros da equipe e comunidade, em caso de emergência e agravamento da pandemia em situação crítica.

10. ATENÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO, GRUPOS VULNERÁVEIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Com relação às questões de gênero, atenção à grupos vulneráveis e à comunidades tradicionais, buscando promover o processo de consulta pública às partes interessadas de modo democrático, igualitário e participativo, algumas diretrizes serão assumidas ao longo das ações de mobilização, chamamento e participação, de acordo com as necessidades e dificuldades mapeadas ao longo do processo de avaliação e análise das questões prioritárias que afetam a disponibilidade, acesso e participação de mulheres, LGBTQI+, idosos, comunidades tradicionais, etc no processo de Consultas Públicas.

As ações que ajudarão a promover a participação efetiva de tais grupos e serão adotadas para todo o processo de consultas e engajamento significativo de partes interessadas do Projeto Vida Nova, são as seguintes:

- O processo de mobilização contempla e observa o papel de participação dos grupos mais desfavorecidos. A primeira estratégia é envolvê-los na fase de preparação, tornando-os protagonistas da sensibilização e participação das demais famílias no processo de consultas, atuando diretamente nas ações de campo e nas peças de comunicação a serem veiculadas.
- Em atendimento às necessidades para garantir a participação:
 - o local da Consulta Pública será o mais próximo possível da área do Projeto ou em local de mais fácil acesso, visando reduzir o tempo de deslocamento e facilitar de traslado até o local²²;
 - será oferecido um espaço infantil para apoio aos cuidados das crianças no decorrer do evento, conforme a necessidade;
 - serão disponibilizados dispositivos de acessibilidade e segurança para portadores de condições especiais;
 - as equipes de trabalho serão todas orientadas para incorporar as questões associadas a gênero, atenção à grupos vulneráveis e às comunidades tradicionais.
- Será atendimento *in loco* ou em local que seja o mais próximo possível das comunidades diretamente afetadas pelo reassentamento involuntário, no período destinado ao processo de Consulta Pública, visando a orientação dos(as) comunitários(as) interessados(as), em especial, mulheres, gestantes, idosos, comunidades tradicionais, LGBTQI+ e demais grupos vulneráveis identificados. Esta prática objetiva atender necessidades específicas e dificuldades que a comunidade, principalmente grupos vulneráveis, possam apresentar para acessar o processo de consultas virtuais - tendo em vista a possível limitação de acesso aos serviços de telecomunicações (internet), ou mesmo aos eventos presenciais, por exemplo devido a sobreposição de demandas domésticas, familiares e profissionais. Neste caso, o local de atendimento poderá ser o CRAS do município e/ou Escritório Regional da COHAPAR, onde um membro da equipe estará preparado para orientar e dar informações sobre o Projeto, como ter acesso aos documentos elaborados para a preparação do Projeto Vida Nova e canais para fazer manifestação durante o processo e após o processo de consultas.

²² espaços de conhecimento geral da população facilitam a presença, como por exemplo, plenário da câmara de vereadores, salão da prefeitura, espaço da assistência social, etc.

- Os tempos previstos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral, serão ampliados, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo os grupos menos favorecidos e vulneráveis de participarem das consultas. Neste sentido, o processo de consultas foi desenhado prevendo intervalos de 15 dias após a realização dos eventos de consulta para as coletas de manifestações através dos diferentes canais, já expostos.
- Os espaços físicos e canais de coletas de informações, dúvidas e considerações estarão disponíveis à população antes e durante o evento, visando superar qualquer dificuldade de acesso às manifestações e respostas que ainda possam ocorrer. Estes espaços e canais incluem:
 - A presença das equipes de trabalho técnico social em campo (nas comunidades diretamente afetadas pelo reassentamento involuntário): através de abordagens e atendimentos individuais (por um período de 15 dias);
 - Espaços locais de atendimento: que serão definidos conforme as especificidades de cada intervenção, podendo contemplar postos de atendimento previamente definidos e divulgados, como locais de atendimento das Secretarias Municipais parceiras e/ou outro local exclusivo para atendimentos referentes ao Projeto.
 - Os Plantões Sociais (Itinerantes): que serão realizados em local e períodos pré-determinados e divulgados;
 - Os canais de comunicação da COHAPAR e seus Escritórios Regionais.
- A participação efetiva de representações locais sobre os aspectos de gênero, grupos vulneráveis e comunidades tradicionais serão estimuladas através de convites direcionados às instituições e organizações sociais de defesa de cada grupo da área de influência do Projeto Vida Nova.

11. RECURSOS ALOCADOS PREVISTOS

A seguir são descritos os recursos a serem alocados para a preparação, chamamento e execução das consultas.

11.1. Difusão, Chamamento e Mobilização Social

As Consultas Públicas da Amostra Representativa do Projeto Vida Nova serão divulgadas através de diversas formas de comunicação que envolvem desde o corpo a corpo, através da realização de articulações diretamente com o público diretamente afetado e seus representantes, mídias de massa e mídias digitais. Neste momento, também será feita a difusão de informações acerca dos projetos envolvidos, os impactos previstos e as medidas para mitigar tais impactos.

O **convite para a Consulta** será realizado através de conteúdos produzidos pela comunicação da COHAPAR, em alinhamento com a assessoria de comunicação do Governo do Estado do Paraná, e divulgados nos meios convencionais, tais como: rádio, televisão, portais de notícias, redes sociais, aplicativos de conversa e jornais impressos.

A **mobilização dos interessados** ainda tem reforço de forma presencial, realizado pela equipe dos Escritórios Regionais da COHAPAR e das equipes municipais, promovendo-se articulações com as principais lideranças e fomentando a disseminação da informação.

A **mobilização dos perfis vulneráveis**²³ (como: idosos, LGBTQIA+, PCD, pessoas de baixa renda, mulheres chefes de família, entre outros) será feita através de **comunicação direta**, ou seja, contato corpo a corpo sendo realizada a visita **pela equipe do respectivo Escritório Regional responsável pelo município** em questão com **suporte das equipes municipais envolvidas**, explicando, além das informações básicas relacionadas ao projeto, impactos e mitigações, a importância e o acesso a todos os perfis ao processo de consulta, projetos e documentos. Também será explicado para este público sobre as ações de atenção para promover acessibilidade e oportunidade de participação. Este grupo também será sensibilizado a participar através dos canais de manifestação disponíveis e serão ainda incentivados a divulgar e convidar possíveis representações ou indivíduos afetados que tenham interesse no processo de consulta. Para cada indivíduo deste grupo será ainda perguntado sobre a necessidade de medidas para propiciar a participação, sendo essa uma questão relevante que será avaliada e aplicada conforme a conveniência.

Os **conteúdos acerca do Projeto**, impactos relacionados e mitigações previstas serão disponibilizados no site institucional <https://www.cohapar.pr.gov.br/>, e divulgados através de links nas redes sociais *Instagram* e *Facebook* por meio do @cohapar, além de serem disparados simultaneamente através de ferramentas como o *WhatsApp*, com antecedência mínima de 7 dias da data do evento.

No **período da divulgação e chamamento**, será disponibilizado um canal de contribuições online para manifestação dos interessados - *WhatsApp* que será divulgado em todas as mídias utilizadas pela estratégia de comunicação das Consultas Públicas, através das redes sociais e do site da COHAPAR.

Para as Consultas Públicas, a estratégia de comunicação será realizada através de articulações específicas com os líderes comunitários listados na matriz de partes interessadas, além da

²³ Esta estratégia de ação de mobilização será realizada para perfis específicos das intervenções de reassentamento involuntário (demanda fechada), tendo em vista que neste tipo de demanda é possível fazer a identificação específica deste público.

veiculação de materiais informativos enviados à imprensa e divulgados nas mídias sociais com o objetivo de sensibilizar a população e as lideranças da área sobre:

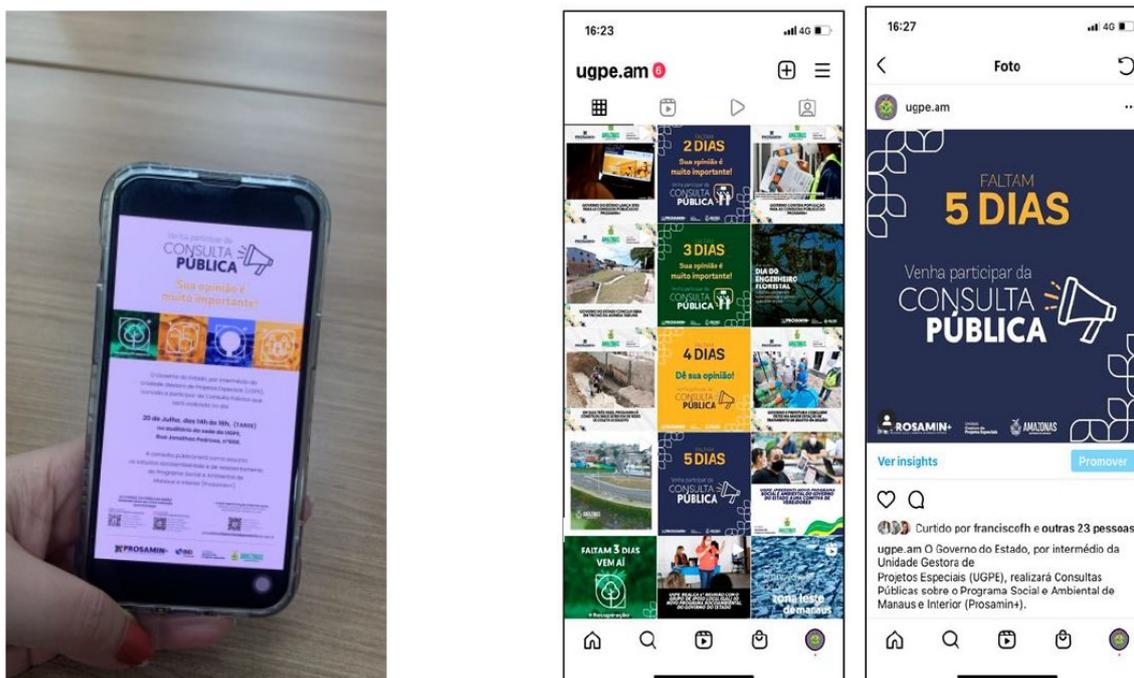
- o que são as consultas públicas, e;
- qual o papel da comunidade afetada ou interessada nessa fase de preparação do Projeto Vida Nova.

No **engajamento das comunidades afetadas**, o papel estabelecido deve abarcar sua inclusão como parte do projeto, de forma a atribuir direito de manifestação e participação no processo de implantação do projeto, além de imbuir as partes afetadas do sentimento de pertencimento do projeto e seus benefícios, e que para se alcançar os objetivos estabelecidos no projeto deve-se ter um trabalho conjunto entre as partes. Já as partes interessadas estão envolvidas no papel de observador e promovedor do bem-estar da comunidade e do meio ambiente, além de também abranger seu papel de colaborador ou formador da opinião pública.

O **chamamento das partes afetadas e interessadas** no Projeto Vida Nova será feito de modo geral através de algumas formas de abordagem, a saber:

- Contato Ativo (via telefone/WhatsApp/E-mail);
- Matérias divulgadas na imprensa;

Figura 10 – Exemplos de materiais de divulgação (PROSAMIM+/MANAUS)



Convite WhatsApp

Cards Redes Sociais – contagem regressiva

Fonte: UGPE-PROSAMIM+, 2022 – Consultas Híbridas – PROSAMIM+

Localmente poderão ser implementadas outras estratégias que reforcem a convocação para o evento, como a fixação de cartazes em pontos de grande circulação de pessoas, “anuncietas”/moto-som ou bike-som.

Figura 11 - Exemplos de materiais de divulgação (Cartaz: PROSAMIM+/MANAUS e Moto-som: Promorar/RECIFE)



Fonte: UGPE-PROSAMIM+, 2022 – Consultas Híbridas –

Fonte: UGP-Promorar – Recife, 2022 – Relatório de Consultas Públicas

As formas de participação e manifestação no processo de consulta são:

- **As partes poderão participar da consulta:**
 - i. presencialmente nos pleitos estabelecidos;
 - ii. presencialmente nos locais previstos para transmissão da reunião de consulta estabelecido no município;
 - iii. à distância acessando os canais de transmissão das consultas através de computador ou celular;
 - iv. virtualmente, através do site com informações e documentação sobre o projeto, impactos e medidas.
- **As partes poderão também enviar suas preocupações** através de manifestação feita nos canais oficiais estabelecidos: WhatsApp/e-mail da Consulta a ser informado nas peças e veículos de comunicações de chamamento e divulgação, bem como na própria consulta; através de formulário na página da Internet do Projeto.
- **As perguntas/questionamentos serão respondidas através de:**
 - i. esclarecimentos e respostas dadas no momento da apresentação e interação da reunião de Consulta;

- ii. através de publicação consolidada dos questionamentos e respostas no site do Projeto Vida Nova – cujo tempo previsto para esta publicação é de 15 dias
- iii. através de e-mail ou WhatsApp, com tempo de respostas de até 10 dias.

11.2. Recursos de comunicação existentes

A COHAPAR já dispõe de instrumentos de Comunicação Social para atendimento das demandas existentes nesta área e que serão disponibilizados para o presente Plano. Estes instrumentos deverão abordar brevemente:

- o escopo do projeto;
- os impactos previstos nas fases do projeto;
- data e informação do evento de consulta pública;
- medidas de mitigação e compensação;
- como participar;
- como encaminhar manifestação ou preocupação;
- qual o tempo para responder as manifestações e perguntas enviadas pelo MQR;
- como acessar o MQR.

Uma versão de divulgação do Marco de Reassentamento (MR), do Plano Executivo de Reassentamento – Demanda Fechada (PER-DF) e do Plano de Atendimento Habitacional – Demanda Aberta estarão disponíveis com antecedência mínima de duas semanas da data da consulta pública, no site www.cohapar.pr.gov.br.

Junto das minutas destes documentos serão disponibilizadas apresentações explicativas em linguagem simples e didática, com informações sobre o Vida Nova, no que tange os seus objetivos, obras e suas tipologias propostas, riscos e impactos ambientais e sociais positivos e negativos do Projeto Vida Nova referentes à sua implantação e operação.

Produzido o material informativo, inicia-se o chamamento e a mobilização de como, quando e onde serão realizadas as consultas públicas, através de articulações com os Escritórios Regionais, equipe das prefeituras municipais presentes na matriz de partes interessadas do processo, impressão e distribuição/fixação do material de comunicação, convites entregue através de representações das comunidades e de representantes de instituições correlacionadas, informativos encaminhados via *WhatsApp* e a veiculação de materiais informativos através de releases enviados à imprensa e nas mídias sociais.

A COHAPAR possui uma Assessoria de Comunicação e Marketing que atua na divulgação das ações, promovendo os programas que executa, através da divulgação e articulação de matérias jornalísticas positivas na mídia local e nacional.

11.3. Recursos humanos

A equipe para realizar a Comunicação Social é composta por:

- Assessoria de Comunicação da COHAPAR;
- Assessoria de Comunicação do Governo do Estado;
- Escritórios Regionais da COHAPAR;
- Equipe de Coordenação Socioambiental do Projeto Vida Nova;
- Equipe das Prefeituras Municipais, em especial da Assistência Social.

A ACOM é vinculada diretamente à presidência da COHAPAR, prestando assessoramento a todas as diretorias, participando do planejamento e realização dos eventos, que envolvem desde assinatura de contrato até o evento de formalização e entrega de unidades habitacionais construídas pelas COHAPAR.

Atua fazendo a intermediação entre a comunidade e os setores correspondentes da Companhia para atendimento satisfatório das demandas. A ACOM preza por atender 100% das demandas, tendo isso como meta estabelecida no departamento e para tanto, implementa a gestão e o monitoramento dos canais de atendimento, como o site da COHAPAR, canais eletrônicos (fale conosco) e mídias sociais (Facebook, Youtube, Instagram e LinkedIn), acompanha o atendimento presencial com os escritórios Regionais, sendo um centro de consolidação das queixas e reclamações da COHAPAR.

Como forma de ampliar a divulgação de suas ações e projetos, estabeleceu parcerias com os setores de comunicação das Prefeituras Municipais e os Escritórios Regionais, que ajudam a ampliar a divulgação de informações, e ainda possui credenciamento de jornais estaduais ou regionais para divulgação de informações do Estado.

12. MECANISMO DE GESTÃO QUEIXAS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA AS CONSULTAS PÚBLICAS NA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO VIDA NOVA

Seguindo os requisitos do PDAS 10 e PDAS 5, no contexto do Projeto Vida Nova serão disponibilizados mecanismos de atendimento às dúvidas e queixas da população que possibilitem o estabelecimento de um fluxo de informações entre o agente executor e as populações locais afetadas e que permitam abordar e dirimir, de maneira oportuna, as preocupações específicas a respeito das medidas de compensação, reassentamento ou restauração de meios de subsistência de indivíduos desalojados ou não.

Esses recursos serão estruturados e implantados de forma a direcionar a comunicação com precisão, o monitoramento da transmissão de mensagens-chave e avaliação da reação das partes interessadas, antecipando obstáculos ou problemas.

O PDAS 10²⁴ define como princípios orientadores deste mecanismo:

- Solucionar pronta e efetivamente, de maneira transparente, culturalmente apropriada e de acessível todas as preocupações de qualquer parte interessada, sem nenhum custo e sem retribuição;
- O funcionamento deste mecanismo não impedirá o acesso a recursos judiciais ou administrativos, ou mesmo ao Mecanismo de Consulta e Investigação Independente do BID (MICI);
- Todos os canais de queixas e seus respectivos procedimentos de acesso e retorno das demandas serão pronta e continuamente informados à população;
- Serão disponibilizados publicamente as respostas a todas as queixas recebidas;
- O tratamento das queixas será feito de uma maneira culturalmente apropriada e discreta, objetiva, sensível e responsivo às necessidades e preocupações das partes afetadas pelo projeto;
- O mecanismo também deve permitir que reclamações anônimas ou confidenciais sejam levantadas e tratadas;
- O Mutuário tratará as alegações de retaliação, abuso, ou discriminação e tomará medidas corretivas apropriadas.

A efetividade do funcionamento deste mecanismo dependerá, em boa medida, da articulação interinstitucional, não apenas para possibilitar respostas às questões resultantes diretamente relacionadas com a implementação do Programa, mas também aquelas referentes ao funcionamento dos serviços básicos e equipamentos públicos – que, frequentemente, são objetos de dúvidas e queixas por parte da população.

Neste sentido, os objetivos gerais do mecanismo de gestão de queixas e reclamações previstos no âmbito do Projeto Vida Nova são:

- subsidiar os processos decisórios referentes à preparação e desenvolvimento do Projeto;
- servir como instrumento para a solução tempestiva de questões, evitando a geração de conflitos sociais;
- servir como mecanismo de responsabilização, permitindo que as pessoas possam buscar reparação quando necessário.

²⁴ Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações

Especificamente para o contexto dos reassentamentos involuntários e atendimentos habitacionais, os objetivos são:

- Dar resposta às dúvidas/insatisfações, sugestões e reivindicações das pessoas vinculadas ao processo de reassentamento involuntário, deslocamento econômico, atendimento habitacional (demanda aberta) e afetação pelas intervenções físicas;
- Monitorar o grau de satisfação com a implantação do Projeto, em particular com o processo de reassentamento e atendimentos habitacionais;
- Monitorar o perfil das reclamações e propor ações preventivas para evitá-los.

Diante desses objetivos mecanismo de gestão de queixas e reclamações para as questões de reassentamento e de realocação será estruturado em dois níveis:

- **Canais Institucionais:** a partir da apropriação e integração dos canais já existentes no âmbito da COHAPAR e do próprio BID;
- **Canais de relacionamento direto com as famílias e comunidades afetadas:** formas de atendimento in loco;

Esses canais receberão as queixas, dúvidas, preocupações e reclamações das diversas partes interessadas. Preferencialmente as respostas serão enviadas pelos mesmos canais ou canal de preferência que o manifestante indicar. E o tempo de resposta de cada um é detalhado adiante.

12.1. Canais Institucionais

Canais de relacionamento, comunicação e atendimento na fase de Consultas Públicas da etapa de preparação do Projeto Vida Nova - COHAPAR

Em termos de mecanismos de queixas e divulgação de informações, a COHAPAR já possui canais de relacionamento, canais de comunicação e canais de atendimento que serão incorporados ao Mecanismo de gestão de queixas e reclamações do Projeto Vida Nova.

Os **canais de relacionamento** compreendem:

- 12 Escritórios Regionais e WhatsApp dos mesmos;
- Canal “Fale Conosco”, acessível pelo **Site** da COHAPAR - www.cohapar.pr.gov.br;

Os **canais de comunicação** compreendem:

- Internet e mídias sociais, como o **Facebook** - <https://www.facebook.com/COHAPARPR>, e o **Instagram** - <https://www.instagram.com/cohapar/>
- Mídia de massa (rádio, imprensa);

Os **canais de atendimento** estão estabelecidos em:

- 12 Escritórios Regionais;
- Prefeituras;
- Ouvidoria.

Escritórios Regionais

Cada um dos 12 Escritórios Regionais²⁵ da COHAPAR estão estrategicamente localizados em municípios que apresentam centralidades regionais, disponibilizando além de atendimento presencial, um número de telefone, um WhatsApp e e-mail. Todos esses canais serão incorporados como parte do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações do Projeto Vida Nova.

O quadro a seguir apresenta os endereços e telefones de contato de todas as regionais:

Tabela 11 – Endereços e contatos – Escritórios Regionais - COHAPAR

REGIONAL	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Apucarana	Rua Coronel Luiz José dos Santos, 503	43 3308-3150	erap@COHAPAR.pr.gov.br
Campo Mourão	Rua Harrison José Borges, 1777	44 3518-2450	ercm@COHAPAR.pr.gov.br
Cascavel	Rua São Paulo, 1317	45 3333-1100	erca@COHAPAR.pr.gov.br
Cornélio Procopio	Rua Mato Grossa, 7	43 3520-8500	ercp@COHAPAR.pr.gov.br
Curitiba – Sede	Avenida Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 800	41 3312-5700	faleconosco@cohapar.pr.gov.br
Francisco Beltrão	Rua Pernambuco, 434	46 3905-4450	erfb@COHAPAR.pr.gov.br
Guarapuava	Rua Marechal Floriano Peixoto, 1941	42 3630-2750	ergp@COHAPAR.pr.gov.br
Londrina	Rua Tupi, 582	43 3376-8700	erld@COHAPAR.pr.gov.br
Maringá	Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, 145	44 3219-5300	erma@COHAPAR.pr.gov.br
Paranavaí	Rua Manoel Ribas, 763, sala 40	44 3474-8250	ervp@COHAPAR.pr.gov.br
Ponta Grossa	Rua do Rosário, 310	42 3219-2950	erpg@COHAPAR.pr.gov.br
Umuarama	Avenida Getúlio Vargas, 4816	44 3626-6200	erum@COHAPAR.pr.gov.br
União da Vitória	Rua Doutor Cruz Machado, 493, 2ª andar	42 3524-1400	eruv@COHAPAR.pr.gov.br

Fonte: COHAPAR, 2023

Nos atendimentos presenciais nos Escritórios Regionais, os tempos de respostas são:

- Imediato: no pronto esclarecimento de dúvidas;
- Emergencial: 48 horas, quando há situação exige resposta rápida e que pode causar risco à vida ou à integridade física de pessoas ou da infraestrutura/projeto, ou dano ambiental severo (irreversível);
- De até 10 dias, para os casos que não puderem ser respondidos prontamente. Nestas situações, as questões serão encaminhadas para a UGP que acionará o setor responsável para a resposta e retorno ao reclamante. Se mesmo assim o setor responsável não tiver respostas, a UGP assumirá a responsabilidade e buscará a resposta ou solução necessária, devendo esclarecer a situação ao reclamante e especificando quanto tempo a mais precisará para retornar com a resposta definitiva.

²⁵ Total de 13 listados pois incluiu-se a Sede da COHAPAR (Curitiba)

Site COHAPAR

O site da COHAPAR (www.cohapar.pr.gov.br) contém diversos canais de contato, divulgação de informações, manifestações e denúncia.

Dentre as informações divulgadas, é possível verificar dados sobre obras executadas e em andamento. São disponibilizados também atendimentos a serviços diversos, como o próprio cadastro de pretendentes, emissão de faturas, entre outros. Disponibiliza, ainda acesso ao Portal da Transparência com informações detalhadas sobre a companhia, seus investimentos, contratações, receitas e despesas, relatórios de gestão, extrato de contas e operações financeiras.

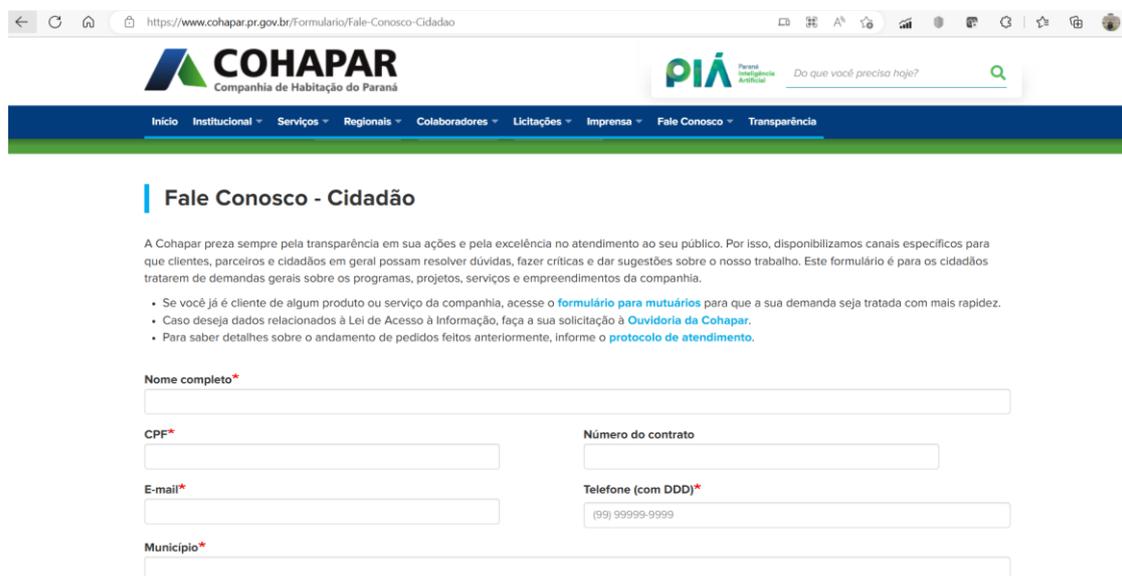
Na seção “Fale Conosco” são disponibilizados canais específicos para clientes, parceiros e cidadãos em geral, além de uma seção de “Perguntas Frequentes” sobre os serviços da Companhia e link para acesso à Ouvidoria.

Figura 12 – Site COHAPAR



Fonte: <https://www.cohapar.pr.gov.br/>

Figura 13 – Site COHAPAR: Fale Conosco



The image shows a screenshot of the COHAPAR website's 'Fale Conosco' page. The browser address bar shows the URL: <https://www.cohapar.pr.gov.br/Formulario/Fale-Conosco-Cidadao>. The page header includes the COHAPAR logo and the Paraná Government logo. A navigation menu contains: Início, Institucional, Serviços, Regionais, Colaboradores, Licitações, Imprensa, Fale Conosco, and Transparência. The main heading is 'Fale Conosco - Cidadão'. Below this, there is a paragraph explaining the company's commitment to transparency and a list of instructions for users. The form fields are: 'Nome completo*', 'CPF*', 'Número do contrato', 'E-mail*', 'Telefone (com DDD)*' (with a placeholder '(99) 99999-9999'), and 'Município*'. Each field is represented by a white input box with a light blue border.

Fonte: <https://www.cohapar.pr.gov.br/Formulario/Fale-Conosco-Cidadao>

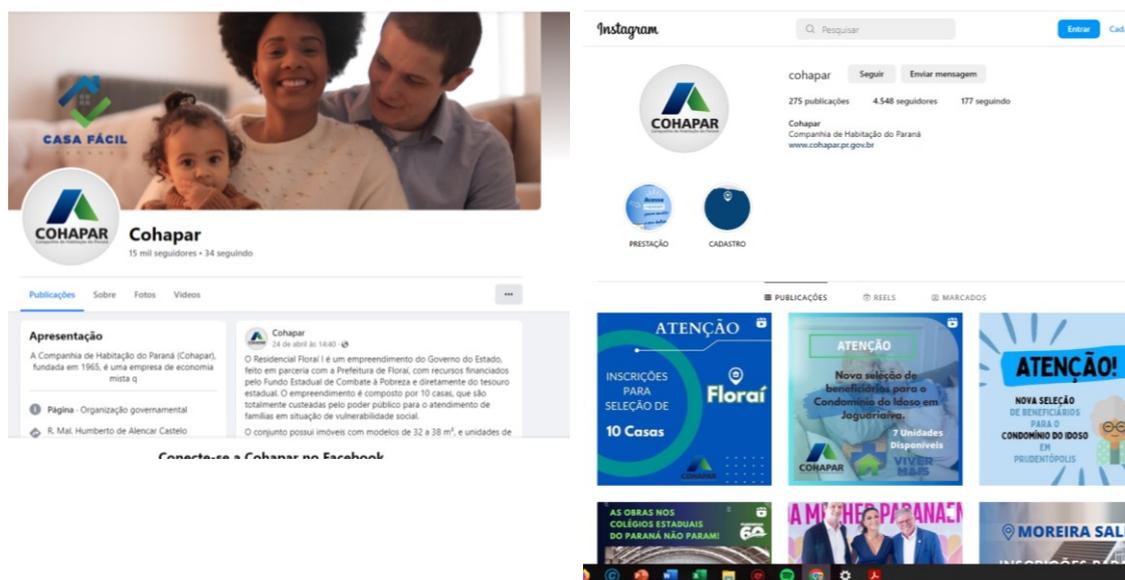
O tempo de resposta às manifestações apresentadas através do canal “Fale Conosco” é de 10 dias.

Mídias Sociais – Facebook e Instagram

As mídias sociais são majoritariamente utilizadas como canais de divulgação de informações sobre os empreendimentos, lançamentos e eventos. Como permite a interação com o público-alvo da Companhia, também são fornecidas informações sobre acesso a serviços – que geralmente são direcionados ao site da COHAPAR.

No âmbito do Projeto Vida Nova, o funcionamento dessas plataformas ou de novos perfis eventualmente criados especificamente para o Projeto ou a nível local pelos municípios devem seguir a mesma lógica. Quando identificadas queixas ou dúvidas sobre o Projeto Vida Nova, os gestores dessas redes devem acionar o fluxo do sistema de queixas através da Assessoria de Comunicação (conforme detalhado adiante). Ou seja, as nas mídias sociais não há atendimento ou solução de queixas e reclamações. Esses canais podem recepcionar e orientar aos reclamantes os canais corretos para apresentação de suas queixas.

Figura 14 – Mídias Sociais COHAPAR



Fonte: <https://www.facebook.com/CohaparPR/>

Fonte: <https://www.instagram.com/cohapar/>

Ouvidoria

A Ouvidoria é um dos canais de atendimento da empresa que está bastante voltada a atender demandas críticas de reclamações, queixas e denúncias, porém, atende qualquer demanda que chegue neste canal fazendo os devidos direcionamentos e acompanhamento de atendimento.

A princípio, a Ouvidoria não será direcionada para atendimento das manifestações da Consulta Pública, mas, a equipe da Ouvidoria estará preparada para receber e gerenciar manifestações que estejam relacionada com todos os eventos de Consultas e o Projeto Vida Nova. A ideia é canalizar as manifestações durante as Consultas da fase de preparação do Projeto Vida Nova para a equipe técnica que está atuando nesta fase e que deve compor a equipe de Coordenação Social da UGP. Reforça-se que isto será realizado especificamente para o processo de consulta da etapa de preparação do Projeto Vida Nova, a fim de se ter maior controle e rapidez na resposta a ser dada aos manifestantes, bem como para consolidação dos relatórios de consulta realizadas nesta etapa. De qualquer forma, compreende-se a importância de se ter um alinhamento e conhecimento da equipe de Ouvidoria sobre o processo de preparação e das Consultas, pois, podem ser demandados pela comunidade, devendo esse departamento fazer o atendimento adequado e o direcionamento das respectivas demandas à equipe Social da preparação do Projeto. Destaca-se que questões relacionadas ao reassentamento serão também direcionadas à equipe social da COHAPAR envolvida na preparação do Projeto Vida Nova.

Além do SAC (cidadão) que é gerido pela ACOM (comunicação) e do Setor de Atendimento Imobiliário (atendimento de mutuários), a COHAPAR instituiu a COPAM (Comissão Específica de Assédio Moral).

O trabalho da Ouvidoria se vale do sistema integrado de gestão de ouvidoria do Estado do Paraná, que funciona como um protocolo e é administrado pela Controladoria Geral do Estado (CGE). A

Ouvidoria recebe suporte da CGE para diversos tipos de orientação, inclusive na condução de como resolver questões. Tem canais diretos da CGE com a COHAPAR como grupo de WhatsApp, encontros de capacitação, reuniões técnicas de melhoria do sistema, entre outros.

As formas de contato com a Ouvidoria são: por carta, fax (sistema praticamente obsoleto atualmente), presencialmente, e-mail, telefone, e via WhatsApp. O sistema da Ouvidoria permite acompanhar a demanda desde o cadastro da reivindicação até a resposta, registrando todo o processo realizado, havendo a emissão de relatórios gerenciais pelo sistema, por natureza, quantidade, forma de contato, tempo de resposta, etc²⁶.

No caso de reclamação (se não for denúncia e sim uma reclamação), a Ouvidoria procede com o registro, efetiva o atendimento e insere no sistema a demanda apresentada, em seguida, realiza o encaminhamento da queixa para a área responsável, que possui um prazo de até 10 dias para resposta. O prazo médio de respostas de demandas, em geral, está em torno de 05 dias. Caso não haja resposta do departamento responsável, expirando o prazo, o sistema avisa o ouvidor que entra imediatamente em contato com o responsável para verificar o caso. Quando se identifica a necessidade, o caso vai para o Gabinete da Presidência. Todas as respostas são objetivamente informadas/respondidas ao demandante.

A ouvidoria também tem competência para atendimento de denúncias, que segue uma regulamentação do Estado para cuidado especial e tratamento dos casos. A denúncia pode ser feita de forma anônima e tem prioridade com prazo mais curto. Nos casos graves de assédio, por exemplo, abre-se uma sindicância para apuração quando não há subsídio suficiente, ou PAD (Procedimento Administrativo) quando tem materialidade, sendo esses processos sigilosos.

O sistema da Ouvidoria está também disponível aos trabalhadores das contratadas, podendo utilizar os canais de manifestação que são preparados para tratamento de reclamações.

Mesmo que o caso envolva empresas contratadas ou pessoas não vinculadas à COHAPAR/empresas contratadas, o processo é o mesmo, havendo assim o atendimento a trabalhadores das empresas terceirizadas ou mesmo o público em geral. A COHAPAR inclusive incrementa sua fiscalização de modo a observar e evitar situações, identificando casos em que possa agir preventivamente.

Figura 15 – Página da Ouvidoria da COHAPAR



Fonte: <https://www.cohapar.pr.gov.br/Ouvidoria>

26 Anualmente, em cumprimento a Lei 13.460 (direitos dos usuários), a Ouvidoria prepara relatórios que são disponibilizados na aba respectiva do website da COHAPAR.

Os contatos com a Ouvidoria podem ser feitos através dos seguintes canais:

- Telefone: (41) 3312-5904 - O atendimento é prestado via ligação direta e por *WhatsApp*, de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.
- Página eletrônica: <https://www.cohapar.pr.gov.br/Ouvidoria>
- Formulário eletrônico: <https://www.cohapar.pr.gov.br/Ouvidoria#form>
- Email: ouvidoria@cohapar.pr.gov.br
- atendimentos presenciais : de acordo com as informações disponíveis no site da COHAPAR, em função da pandemia da COVID-19, os atendimentos presenciais estão sendo realizados mediante agendamento prévio por telefone ou WhatsApp.

No âmbito da UGP

A Unidade de Gestão do Programa (UGP/COHAPAR) receberá sugestões, queixas e reclamações por meio dos Escritórios Regionais (ER), dos **Postos de Atendimentos Locais**, da Ouvidoria da Companhia, e de demandas eventualmente encaminhadas pelo Ministério Público.

Serão estabelecidos os canais de atendimento direto da UGP, como: endereço eletrônico, telefone e endereço (para eventuais atendimentos presenciais específicos).

Canais – BID

Também fazem parte do Mecanismo de Queixas e Reclamações os canais do próprio BID, que são a comunicação direta com a Representação do BID no Brasil, por meio dos seguintes canais:

- Setor de Embaixadas Norte Quadra 802 Conjunto F Lote 39 - Asa Norte, Brasília
- Telefones: (55-61) 3317-4200 / (55-61) 3321-3112
- E-mail: BIDBrasil@iadb.org
- Página eletrônica: <https://www.iadb.org/pt>

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI)

O Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI) é uma estrutura do Grupo BID, independente da gerência do Banco e das equipes dos projetos, que atende às reclamações ambientais e sociais das comunidades potencialmente afetadas pelas operações do Grupo. Essa independência permite uma atuação imparcial e objetiva buscar soluções com todas as partes envolvidas (as comunidades que alegam afetações; o Grupo BID, como financiador da operação; e o mutuário (empresa ou governo) encarregados da execução do projeto).

Todas as reclamações são gerenciadas mediante um processo regido pelas Políticas do MICI²⁷, em um processo é composto de quatro etapas²⁸:

- **Registro:** após a recepção da reclamação o MICI gera um aviso de recepção e em até 2 dias entra em contato com os reclamantes. Em até 5 dias a reclamação é revisada e verificado o cumprimento de requisitos. Se faltarem informações, os reclamantes têm reclamantes para complementar. Incluindo todas as informações e verificada que a reclamação se enquadra no âmbito da atuação do MICI, ela é registrada, se não for concluída.

²⁷ Disponível em: <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-525549286-366>

²⁸ FONTE: BID. O que é o MICI. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/mici/o-que-e-o-mici>. Acesso em ago/22.

- **Admissibilidade:** nesta fase o MICI analisa as questões apresentadas na reclamação e solicita resposta à equipe do Projeto, e determina a admissibilidade da reclamação. Se a reclamação não for admissível, o processo será encerrado.
- **Fase de consulta:** o objetivo desta fase é resolver os problemas apontados pelos reclamantes mediante um acordo satisfatório entre as partes: os reclamantes, a equipe do projeto e os responsáveis pela sua implementação (a agência executora ou o cliente mutuário). Esta fase pode ter duração de até 12 meses para definição de um acordo e até 5 anos de monitoramento.
- **Fase de verificação da observância:** A finalidade desta fase é investigar de forma imparcial e objetiva as alegações de danos e os possíveis descumprimentos das políticas e normas ambientais e sociais do Grupo BID, podendo recomendar medidas para reconduzir o projeto ao cumprimento. Esta fase pode ter duração de até 12 meses de investigação e até 5 anos de acompanhamento.

Para maiores detalhes, consultar: <https://www.iadb.org/pt/mici/o-que-e-o-mici>

As solicitações podem ser remetidas ao Escritório do MICI em Washington, D.C. ou a qualquer Escritório de Representação do BID (com a menção “à atenção de: Escritório do MICI”), de onde a solicitação será encaminhada ao Escritório do MICI. O endereço do MICI é:

- Mecanismo Independente de Consulta e Investigação, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1300 New York Avenue, NW, Washington, D.C. 20577, Estados Unidos.
- E-mail: mecanismo@iadb.org.
- Telefone: 202-623-3952; Fax: 202-312-4057

12.2. Canais de relacionamento direto com as famílias e comunidades afetadas na etapa de Operação

Neste nível estão inseridas as ações e instâncias relacionadas ao Trabalho Técnico Social e que devem **permitir o acolhimento primário das queixas e reivindicações** das famílias e indivíduos afetados.

Postos de Atendimento Locais

Em cada área de intervenção ou conjunto de comunidades afetadas serão instalados os Postos de Atendimento Locais. A depender do volume de reassentamento previsto nos municípios, a implantação deste espaço de referência poderá variar localmente, podendo ocorrer em estruturas municipais já existentes, desde que contemplem espaços que permitam os atendimentos com privacidade, arquivamento seguro das documentações das famílias atendidas e estejam próximos às áreas de afetação (áreas de origem). É ideal que estes espaços também sejam capazes de atender grupos de moradores (atendimentos coletivos) e as comissões formadas como parte dos processos de consulta permanente. Caso isso não seja possível, as equipes locais poderão estabelecer parcerias com outras instituições para a realização das reuniões comunitárias e atendimentos coletivos.

Em resumo, os atendimentos nos Postos de Atendimento deverão ocorrer das seguintes formas:

Tabela 12 – Formas de Atendimento nos Postos de Atendimento Local

Formas de atendimento	Descrição	Prazo de resposta
Individuais	Acontece a partir da demanda espontânea da população que procura o Posto de Atendimento Local	- Imediato: durante o atendimento - até 10 dias, caso a equipe não consiga responder no momento
Coletivos	Acontece por meio de reuniões previamente agendadas com grupos de moradores para tratar de assuntos de interesse coletivo (reuniões comunitárias)	
Remoto	Contato telefônico ou via WhatsApp	

Vale lembrar que também farão parte das estratégias de atendimento das equipes sociais locais, durante a implementação do Projeto:

- **Abordagem no campo:** que acontecerá a partir da abordagem da equipe técnica aos moradores em suas vistorias de campo ou nas próprias residências, prestando orientações e esclarecimentos;
- **Visitas domiciliares:** realizadas no domicílio ou estabelecimento comercial específico para prestação de orientações individuais, facilitando o acesso às informações, principalmente para moradores com maiores dúvidas e/ou dificuldade de locomoção.
- **Plantões Sociais Itinerantes:** a realização dos “Plantões Sociais” é a alternativa que utiliza estruturas móveis e temporárias para sejam realizados atendimentos *in loco*, dirimindo de forma rápida e tempestiva as principais dúvidas da população afetada direta ou indiretamente, mas que possam ter maiores dificuldades em ir até os Postos de Atendimento.

Todos os atendimentos realizados pelas equipes sociais locais, sejam eles feitos nos Postos de Atendimento ou em campo, serão categorizados, sistematizados e qualificados pelas equipes sociais locais, e repassados para as equipes sociais dos Escritórios Regionais, através de relatórios e nas reuniões periódicas de acompanhamento.

As equipes dos Escritórios Regionais, por sua vez, serão responsáveis pela consolidação dessas informações sobre os atendimentos, registrando além das categorias, os principais questionamentos e queixas apresentadas periodicamente (recomenda-se a consolidação trimestral) que serão repassadas para a Coordenação Social da UGP.

A UGP será a responsável por articular os órgãos públicos e outras instituições para resolução das queixas e dúvidas recebidas pelos diferentes canais, inclusive os atendimentos feitos pela equipe social e de reassentamento nos Postos de Atendimentos Locais.

Todas as manifestações serão respondidas pelo mesmo canal de manifestação.

Todas as informações coletadas serão confidenciais e de uso exclusivo das equipes técnicas e UGP, não sendo compartilhadas ou acessíveis a qualquer ator externo ao Projeto.

Independentemente do tipo de atendimento, os moradores atendidos deverão responder a uma avaliação dos atendimentos, através de um instrumental específico cujos resultados são sistematizados e apresentados nos relatórios mensais encaminhados para monitoramento e

orientação pela UGP, e periodicamente compartilhados com as comunidades e demais partes interessadas.

Plantões Sociais Itinerantes – atendimentos pós-consultas públicas da etapa de preparação

O desenho do processo de consultas públicas da etapa de preparação do Projeto Vida Nova prevê a realização de Plantões Sociais Itinerantes nas comunidades que receberão intervenções de reassentamento involuntário. Como dito, este tipo de atendimento visa oferecer acesso à informação e esclarecer dúvidas de pessoas que possam não ter comparecido à Consulta e/o tenham dúvidas particulares e adicionais, não esclarecidas previamente. Deve ser tomado também como momento de aproximação entre as equipes sociais da COHAPAR e as comunidades.

De acordo com o desenho previsto para o processo de consulta, este atendimento deve durar 15 dias – com a presença das equipes em campo. O local exato e os horários de atendimento serão definidos até antes da realização das consultas públicas de cada área de intervenção (reassentamentos involuntários) e serão amplamente divulgados durante as consultas e por outros meios de comunicação locais.

O prazo de resposta desse canal seguirá o padrão estabelecido para os demais: resposta imediata, ou seja, durante os atendimentos propriamente ou em até 10 dias caso a equipe não consiga responder ou não seja a responsável direta pela resposta ou solução. Neste último caso, as dúvidas ou reclamações serão registradas

12.3. Fluxo do sistema de queixas

O fluxo de queixas e reclamações dentro da COHAPAR funciona da seguinte forma: O manifestante entra em contato pelos canais de atendimento e recepção de manifestações que são gerenciados pela ACOM e Ouvidoria, conforme o acionamento. A ACOM e a Ouvidoria utilizam seus sistemas internos de gestão de manifestações que agrega um banco de dados que controle e registra o andamento do atendimento. A área responsável é acionada eletronicamente e tem um prazo de 48 horas para responder situações emergenciais e de 5 dias para os demais atendimentos, sendo as respostas prontamente realizadas neste prazo através do canal utilizado pelo manifestante ou pelo melhor canal por este indicado.

Assim que respondida a manifestação ou as ações de atendimento realizadas, a área responsável registra as informações no sistema da ACOM e Ouvidoria que fazem a devolutiva oficial ao demandante. Em caso de não se ter uma solução imediata à manifestação, será feita a devolutiva ao demandante com um prazo previsto para a resolução, no período estabelecido para a resposta, através do canal utilizado ou outro que seja apontado pelo demandante.

O fluxo do processo de gestão de queixas relacionado ao Projeto Vida Nova seguirá sua rotina conforme os processos estabelecidos na COHAPAR, porém, todos os assuntos relacionados com a gestão ambiental e social do Projeto Vida Nova serão direcionados à ACOM que será responsável pela distribuição das demandas e controle dos prazos para atendimento e resposta, subsidiando a UGP de informações e dados à respeito das queixas feitas pela comunidade e seu atendimento. Os departamentos responsáveis para solucionar/atender a respectiva demanda será acionado de acordo com a pertinência do tema e com sua atribuição. As equipes dos Escritórios Regionais estarão responsáveis tanto por orientar a comunidade em quais canais registrar suas queixas quando for necessário, quanto por tomar medidas para os devidos atendimentos que estiverem relacionados ao reassentamento e às obras.

As equipes dos canais de atendimento e comunicação também receberão treinamento de orientação específico para a adequada recepção e encaminhamento das demandas da comunidade aos respectivos responsáveis.

As empreiteiras receberam instruções sobre a orientação à população beneficiada e afetada pelas obras em como se manifestar e quais são os canais oficiais disponíveis. Também receberá instruções sobre as práticas a serem realizadas com os trabalhadores, relacionadas a DDS e aos treinamentos, incluindo a divulgação dos canais oficiais de reclamações para trabalhadores.

12.4. Tempo de resposta

O tempo para apresentação das respostas aos questionamentos apresentados pelos reclamantes nos diferentes canais do MQR é:

- Imediato: no caso de dúvidas que possam ser prontamente respondidas pelas equipes atendedoras.
- Emergencial: 48 horas, quando há situação exige resposta rápida e que pode causar risco à vida ou à integridade física de pessoas ou da infraestrutura/projeto, ou dano ambiental severo (irreversível);
- De até 10 dias: para os casos de queixas e reclamações, apresentadas por quaisquer dos canais e para as situações que não puderem ser prontamente respondidas pelas equipes atendedoras.

Nos casos em que não for possível a resposta imediata, por desconhecimento da equipe atendente ou por não se tratar de tema de cuja solução ou resposta cabe a esta equipe, as questões serão encaminhadas para a UGP (COHAPAR) que acionará o setor responsável para a resposta e retorno ao reclamante. Se mesmo assim o setor responsável não tiver respostas, a UGP assumirá a responsabilidade e buscará a resposta ou solução necessária, devendo esclarecer a situação ao reclamante e especificando quanto tempo a mais precisará para retornar com a resposta definitiva.

Cumprido salientar que os canais de mídias sociais não deverão gerar atendimentos, mas tão somente orientar os reclamantes para o acesso aos canais adequados.

Nível	Tipo	Canal	Formas de atendimento	Tempo de resposta
Institucionais	De relacionamento e atendimento	ERs	presencial	* Imediato * ou em até 10 dias
			WhatsApp	* Imediato * ou em até 10 dias
			Telefone	* Imediato * ou em até 10 dias
			email	até 10 dias
		Site COHAPAR: Fale Conosco	Remota (formulário online)	até 10 dias
		Ouvidoria	Telefone	Até 10 dias
			WhatsApp	
			Formulário Eletrônico	
email				

			presencial	* Imediato * ou em até 10 dias
	De Comunicação	Mídias Sociais - Facebook e Instagram	Não há atendimento	Imediato: resposta automática indicando os canais de manifestação. Os gestores dessas redes devem acionar o fluxo do sistema de queixas através da Assessoria de Comunicação
Relacionamento direto com as famílias e comunidades afetadas	De relacionamento e atendimento	Postos de atendimentos Locais	presencial	* Imediato * ou em até 10 dias
			WhatsApp	* Imediato * ou em até 10 dias
			Telefone	* Imediato * ou em até 10 dias
			email	até 10 dias
		Estratégias de atendimento das equipes sociais: Abordagem em campo, visitas domiciliares	presencial	* Imediato * ou orientação para acesso ao canal mais adequado para apresentação da queixa
Plantões Sociais (Itinerantes)	presencial			

13. EXPERIÊNCIA EM CONSULTA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO

A COHAPAR tem diversas práticas que envolvem a comunidade para apoiar o desenvolvimento do projeto, a aplicação de medidas, as compensações, os benefícios e o planejamento dos processos. Essas práticas envolvem o planejamento participativo realizado através de reuniões conjuntas ou até individualmente com o público.

Dentre essas ações, destaca-se o Diagnóstico Participativo, identificando problemas, causas, ações, com metas e prazos, parceiros de apoio e responsabilidades, visando uma linha de base adequada para a proposição das soluções, cronogramas e ações.

Figura 16 - Encontro de mulheres PNHR – Londrina



Fonte: COHAPAR, 2022

ANEXO 1 – MATRIZ DE PARTES INTERESSADAS

Tabela 14 – Atores beneficiados e impactados pelo Programa

Id	Nome/Tipo	Projeto ²⁹	Categoria de PI / tipo de STKH	Escala ³⁰	Formas de engajamento e consultas na preparação
1	Comerciantes locais	Reassentamento Involuntário (Demanda Fechada)	comunidade	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR
2	Comunidade anfitriã dos reassentamentos	Todos	comunidade	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR
3	Lideranças comunitárias	Todos	comunidade	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR
4	Mulheres	Reassentamento Involuntário (Demanda Fechada)	comunidade - população vulnerável	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR
5	Pescadores	São Pedro do Paraná	comunidade - população vulnerável	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR
6	Pessoas com deficiência	Reassentamento Involuntário (Demanda Fechada)	comunidade - população vulnerável	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR
7	População afetada pelo reassentamento involuntário em demanda fechada	Reassentamento Involuntário (Demanda Fechada)	comunidade	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR
8	População LGBTQIA+	Reassentamento Involuntário (Demanda Fechada)	comunidade - população vulnerável	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR
9	Produtores agrícolas e criadores de animais	Reassentamento Involuntário (Demanda Fechada)	comunidade - população vulnerável	Local	Consultas Públicas; Divulgação de informações em página eletrônica; Distribuição de materiais informativos; Atendimento presenciais; Atendimentos virtuais; MQR

²⁹ Ratifica-se que quando mencionado “Todos” neste campo trata-se das áreas envolvidas ou municípios envolvidos na Amostra Representativa, tendo em vista que este Plano de Consulta está relacionado com este universo.

³⁰ Legenda da escala: Estadual - abrange atuação em todo o estado do Paraná; Regional - abrange atuação em mais de um município, por vezes podendo atuar em todo o estado; Municipal - abrange atuação em todo o município do projeto; Local - abrange atuação na área do projeto (origem ou destino)

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
1	PÚBLICA ESTADUAL	C.E.E.P PROFA. MARIA LYDIA CESCATTO BOMTEMPO	ASSAÍ	N/A	N/A	43 3262-0925
2	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA PROFESSORA MARIA JOSÉ SILVA SANTOS	ASSAÍ	N/A	N/A	(43) 3262-0516
3	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ASSAÍ	ASSAÍ	N/A	N/A	(43) 3262-1547
4	ONG	APAE ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE ASSAÍ	ASSAÍ	N/A	N/A	(43) 3262-1739
5	PÚBLICA MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAÍ	ASSAÍ	MICHEL ÂNGELO BOMTEMPO - PREFEITO	ASSAI@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 8300-3262 1313
6	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSAÍ	ORLANDO DOS SANTOS JÚNIOR	SMAS@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 1223
7	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	ASSAÍ	SOLANGE MAYUMI NOZAKI SOUZA	DESENVOLVIMENTO@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 1313
8	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	ASSAÍ	PAULO HARA	MEIOAMBIENTE@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 0089
9	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	ASSAÍ	ORLANDO MENEGAZZO	OBRAS@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 0089
10	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ASSAÍ	JOSIANE CHEFFER	EDUCACAO@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 3142
11	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ASSAÍ	JORGE TORQUATO JÚNIOR	SAUDE@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 8405
12	PUBLICA MUNICIPAL	PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ	ASSAÍ	FERNANDA DE OLIVEIRA SANTOS	JURIDICO@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 8300-3262 1313
13	PUBLICA MUNICIPAL	CÂMARA DE VEREADORES	ASSAÍ	LENI DE OLIVEIRA (PRESIDENTE)	CM@CMASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 1414
14	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSAÍ	AGATHE SUZANE WILCKEN	SMAS@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 1223
15	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	ASSAÍ	MARLENE DAVID MORAES	SMAS@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 1223
16	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	ASSAÍ	DERCIVAL DA SILVA MEDEIROS	SAUDE@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 8405
17	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO TUTELAR	ASSAÍ	GICÉLIA RODRIGUES	CONSELHOTUTELARASSAI@GMAIL.COM	43 3262 1750

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
18	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ASSAÍ	KEYLA MESSIAS DE SIQUEIRA	EDUCACAO@ASSAI.PR.GOV.BR	43 3262 3142
19	CLUBE DE SERVIÇO	ROTARY CLUB DE ASSAÍ	ASSAÍ	WANDERLEI FULAN	F.COM.BRULAN.WANDERLEI@INTEGRADA.COM.BR	43 99974 8559
20	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	ASSAÍ	BRUNA BRITTO MARTINS – PROMOTORA	ASSAI.2PROM@MPPR.MP.BR	44 99858 4279
21	PODER JUDICIÁRIO	PODER JUDICIÁRIO	ASSAÍ	NARA MERANCA BUENO PEREIRA PINTO – JUÍZA	NMBP@TJPR.JUS.BR	43 3262 8707
22	PUBLICA MUNICIPAL	DEFESA CIVIL	ASSAÍ	O DELAVIO CASASSOLA - 3º SARGENTO	DEFESACIVIL@ASSAI.PR.GOV.BR	43 99922 4726
23	PREFEITURA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	N/A	COMUNICACAO@BOAESPESRANCADOIGUACU.COM.BR	N/A
24	CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	N/A	N/A	N/A
25	ASSOCIAÇÃO	APAE - ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	N/A	N/A	N/A
26	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR	ODILMARA T. D. FREITAS	ASSISTENCIASOCIAL.BEI@GMAIL.COM	46 3537-1007
27	RELIGIOSA	CONSELHO PASTORAL DA MATRIZ N. SRª APARECIDA	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR	ELOI BLAU	PAROQUINSA1@HOTMAIL.COM	46 3537-1219
28	MINISTERIO PUBLICO	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS-PR	DOIS VIZINHOS	KARINA FREIRE GONÇALVES DE ALMEIDA	DOISVIZINHOS.1PROM@MPPR.MP.BR	46 3536-6046
29	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE PLANEJAMENTOS	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR	RAFAEL JOSE GAVA	RAFAGAVARJG@GAMIL.COM	46 9973-2344
30	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO DO PARANÁ – AMOCENTRO	PITANGA	N/A	N/A	N/A
31	PREFEITURA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	N/A	N/A	(42) 3652-1020
32	PÚBLICA MUNICIPAL	ADONIS MORSKI, C E-EF M PROFIS	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	N/A	N/A	(42) 3652-1023

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
33	PÚBLICA ESTADUAL	COLÉGIO ESTADUAL ADONIS MORSKI	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	N/A	N/A	N/A
34	CÂMARA DE VEREADORES	CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	N/A	N/A	N/A
35	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ – AMUVI	CALIFÓRNIA	N/A	NI	(43) 3047-2020
36	ESCOLA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SUELI BISCONCINI VIANA	CALIFÓRNIA	N/A	SERVITECCALIFORNIA@HOTMAIL.COM	(43) 3429-1242
37	ONG	LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE CALIFÓRNIA PARANÁ	CALIFÓRNIA	N/A	LARSAOVICENTECALI@HOTMAIL.COM	(43) 3429-1115
38	ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL	ESCOLA DIEGO HENRIQUE GOMES	CALIFÓRNIA	N/A	ESCOLADIEGO@HOTMAIL.COM	(43) 3429-1000
39	ESCOLA ESTADUAL	ESCOLA TALITA BRESOLIN	CALIFÓRNIA	N/A	CFNTALITABRESOLIN@SEED.PR.GOV.BR.	(43) 3429-1251
40	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO ESTADUAL	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO MERENDA ESCOLAR	CALIFÓRNIA	APARECIDO DIVINO DOS REIS	N/A	N/A
41	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	APAC ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DE CALIFÓRNIA- PR	CALIFÓRNIA	N/A	SERVITECCALIFORNIA@HOTMAIL.COM	(43) 99672-2951
42	ASSOCIAÇÃO SOCIAL	APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	CALIFÓRNIA	N/A	N/A	(43) 3429-1340
43	PREFEITURA	PREFEITURA MUNICIPAL	CALIFÓRNIA	PAULO WILSON MENDES	GABINETE@CALIFORNIA.PR.GOV.BR	(43) 99845-7476
44	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CALIFÓRNIA	ANDREIA REGINA ALEXANDRINO	SMAS.CALIFORNIA@HOTMAIL.COM	(43) 3429-1242
45	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	CALIFÓRNIA	VINICIOS GONÇALVES DE MELO LIMA	SETORDEENGENHARIACALIFORNIA@GMAIL.COM	(43) 3429-1242
46	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	CALIFÓRNIA	ANTONIO MARCOS SANTIAGO	PATIO@CALIFORNIA.PR.GOV.BR	(43) 98860-9961
47	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	CALIFÓRNIA	CLAUDEMIR NUNES BARBOSA	CALIFORNIAAGRICULTURA@GMAIL.COM	(43) 99612-3450
48	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAÚDE	CALIFÓRNIA	PEDRO ANTONIO FIRMO DA SILVA	P.FIRMO.SILVA@UOL.COM.BR	(43) 99653-7334

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
49	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CALIFÓRNIA	AGDA MARY FERNANDES VIOTTO	SME.CALIFORNIA@HOTMAIL.COM	(43) 99905-7281
50	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CALIFÓRNIA	JAIR VALDIR DERETTI	ASSESSORIAJAIR@CALIFORNIA.PR.GOV.BR	(43) 99902-9688
51	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CALIFÓRNIA	VALDIR DE SOUZA	VALDIR_CALIFORNIA@HOTMAIL.COM	(43) 99604-1982
52	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	CALIFÓRNIA	VINÍCIOS GONÇALVES DE MELO LIMA	SETORDEENGENHARIACALIFORNIA@GMAIL.COM	(43) 3429-1242
53	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	CALIFÓRNIA	LUIZ CARLOS LEMOS	THEBESTLUISSAO@HOTMAIL.COM	(43) 99645-2526
54	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO TUTELAR	CALIFÓRNIA	RONY MARA GASPARETTO	TUTELARCALIFORNIA@HOTMAIL.COM	(43) 99955-3187
55	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO DO IDOSO	CALIFÓRNIA	VALDIR DE SOUZA	VALDIR_CALIFORNIA@HOTMAIL.COM	(43) 99604-1982
56	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CALIFÓRNIA	CALIFÓRNIA	HUGO HENRIQUE BERNARDO	ACCALIFORNIAPR@GMAIL.COM	(43) 99923-5573
57	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	CALIFÓRNIA	PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO	RENATOKALIFA@OUTLOOK.COM	(43) 99653-3460
58	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ÁREA DE DESTINO				
59	CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	CALIFÓRNIA	CARLOS EDUARDO KRUPNISKI GASPARETTO	LEGISLATIVOCALIFORNIA@HOTMAIL.COM	(43) 99662-9549
60	MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	MARILÂNDIA DO SUL	CARLOS FREDERICO DOS GUARANYES ESCOCARD DE AZEVEDO	MARILANDIADOSUL.PROM@MPPR.MP.BR	(43) 3428-1229
61	DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA	APUCARANA	RENATA MIRANDA DUARTE	APUCARANA@DEFENSORIA.PR.DEF.BR	(43) 3424-1341 / 3424-3623
62	COMPANHIA DE SANEAMENTO	COMPANHIA DE SANEAMENTO LOCAL	APUCARANA	LUIZ CARLOS JACOVASSI	LCJACOVASSI@SANEPAR.COM.BR	(43) 99976-0618
63	COMPANHIA DE ENERGIA	COMPANHIA DE ENERGIA LOCAL	APUCARANA	GILBERTO STEFANI	GILBERTO.STEFANI@COPEL.COM	(43) 99165-5300

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
64	DEFESA CIVIL	DEFESA CIVIL MUNICIPAL	CALIFÓRNIA	NIVALDO SANTOS JUNIOR	NIVALDOSANTOSJUNIOR@BOL.COM.BR	(43) 99973-8575
65	IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA	IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA	LONDRINA	WALTER HELMUTH ECHERT JUNIOR	IAPLONDRINA@IAP.PR.GOV.BR	(43) 3373-8700
66	COMUNIDADE	COMUNIDADE AFETADA PELO REASSENTAMENTO	CALIFÓRNIA	N/A	N/A	N/A
67	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO – COMCAM	CAMPO MOURÃO	N/A	COMCAM@COMCAM.COM.BR	(44) 3523-5210
68	PÚBLICA	CMEI PEQUENO PRINCIPE	CAMPINA DA LAGOA	N/A	N/A	N/A
69	PÚBLICA	CEMITÉRIO MUNICIPAL - HERVEIRA	CAMPINA DA LAGOA	N/A	N/A	N/A
70	SECRETARIA MUNICIPAL	ESCOLA ESTADUAL BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO –	CAMPINA DA LAGOA	LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS	N/A	N/A
71	SECRETARIA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO LÍDIA GUZIMENTA	CAMPINA DA LAGOA	CONCEIÇÃO AFONSO	N/A	N/A
72	ASSISTÊNCIA SOCIAL	CRAS	CAMPINA DA LAGOA	DANIELLI RIBEIRO LEBÃO	N/A	N/A
73	SECRETARIA MUNICIPAL	AÇÃO SOCIAL	CAMPINA DA LAGOA	N/A	N/A	N/A
74	SECRETARIA MUNICIPAL	URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAMPINA DA LAGOA	CELSO FERREIRA	N/A	N/A
75	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ – AMENORTE	CIANORTE	RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE	N/A	(44) 3628-1170
76	CENTRO DE SAÚDE	CENTRO DE ESPECIALIDADES DE CIDADE GAÚCHA	CIDADE GAÚCHA	N/A		
77	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	ABRIGO LAR CRISTÃO	CIDADE GAÚCHA	N/A	CONTATO@ABRIGOLARCRISTAO.COM.BR	
78	ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL	ASSOCIACAO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CIDADE GAUCHA	CIDADE GAÚCHA	N/A	N/A	
79	ESCOLA ESTADUAL	TALITA BRESOLIN, C E-EF M PROFIS	CIDADE GAÚCHA	N/A	CFNTALITABRESOLIN@SEED.PR.GOV.BR	

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
80	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	PÁTIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA	CIDADE GAÚCHA	N/A	N/A	
81	PÚBLICA	RODOVIÁRIA CALIFÓRNIA	CIDADE GAÚCHA	N/A	N/A	
82	ASSOCIAÇÃO	PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	CIDADE GAÚCHA	LUCIO PASSAMANI PAULESKI	LUCIOPAULESKI@GMAIL.COM	(44) 99920-8437
83	ASSOCIAÇÃO	PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA RURAL “ FIORENÇO BAREA”	CIDADE GAÚCHA	VANIA RAMOS DA SILVA	IURIEIVOMORO@GMAIL.COM	(44) 99875-8144
84	SINDICATO	PRESIDENTE DO SINDICATO DO TRABALHADORES RURAL	CIDADE GAÚCHA	EDENILZA MARIA ALVES DA SILVA	EDINILZMARIA24@HOTMAIL.COM	(44) 99942-2099
85	SINDICATO	PRESIDENTE DO SINDICATO RURAL PATRONAL	CIDADE GAÚCHA	DOURVAN WESTPHAL	SRGAUCHA@GMAIL.COM	(44)3675-1245 (44) 99945-1200
86	AOCIAÇÃO	DD. PRESIDENTE DA ACIMCG	CIDADE GAÚCHA	EDVALDO JOSÉ CAMILO	LAJESSAOCAMILO@HOTMAIL.COM	(44) 99977-2897
87	AOCIAÇÃO	DD. PRESIDENTE DO ARA	CIDADE GAÚCHA	JOAQUIM PINHEIRO DA SILVA	ACAOSOCIAL@CIDADE GAUCHA. PR.GOV.BR	(44) 99924-0385
88	ASSOCIAÇÃO	APMI – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA	CIDADE GAÚCHA	OLINTO PEREIRA	OLINTOPEREITA68@HOTMAIL.COM	(44) 99836-3907
89	ENTIDADES RELIGIOSAS	DD. PÁROCO DA IGREJA DE SÃO JOSÉ OPERÁRIO E SANTA MARIA GORETI	CIDADE GAÚCHA	PADRE CARLOS ANTONIO GOMES	PAROCIGA@HOTMAIL.COM	(44) 3675-1498- (44) 92002-1400
90	ENTIDADES RELIGIOSAS	PRESIDENTE DA COLECIG - CONSELHO DE LÍDERES EVANGÉLICOS DE CIDADE GAÚCHA	CIDADE GAÚCHA	PASTOR REGINALDO DA SILVA	REGI25588@GMAIL.COM	(44) 99886-3426
91	PODER JUDICIARIO	MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO	CIDADE GAÚCHA	DR MURILO CONEHERO GHIZZI	FERNANDA.MELO@TJPR.JUS.BR	(44) 3259-6985
92	SEGURANÇA PÚBLICA	POLÍCIA DA COMARCA	CIDADE GAÚCHA	DRA. THAIS MIDAUR	DPCIDADEGAUCHA@PC.PR.GOV.BR	(44) 3675-1202
93	PODER JUDICIARIO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	CIDADE GAÚCHA	DRA CLARA DE CAMPOS MARTINS RODRIGUES	CIDADEGAUCHA.PROM@MPPR.MP.BR	(43) 98869-5995

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
94		FÓRUM ELEITORAL	CIDADE GAÚCHA	CRISTIANO FONTANA DE OLIVEIRA	ZONA127@TRE-PR.JUS.BR	(44) 3675- 1832 (44) 9913-1211
95		COMANDANTE DO DESTACAMENTO POLICIAL MILITAR	CIDADE GAÚCHA	SARGENTO FERNANDO DE ALMEIDA STABILE	FERNANDOSTABILE@PM.PR.GOV.BR	(44) 9915-4841
96	EDUCAÇÃO	DIRETOR DO CAMPUS DO ARENITO UEM – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	CIDADE GAÚCHA	POFESSOR DR. EDMILSON	ECBORTOLETTO@UEM.BR	(44) 99916- 1332
97	PÚBLICO	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CIDADE GAÚCHA	DULCILIA BILK DOS SANTOS	EDUCA@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 99915 2868/(44) 3675 1806
98	PÚBLICO	SECRETÁRIO DE SAÚDE	CIDADE GAÚCHA	MARIA HELENA FISCHER DOTTO	SAUDE@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 3675 1870 - (44) 9 99515663
99	PÚBLICO	SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E 1ª DAMA	CIDADE GAÚCHA	ROSINEY MALENTAQUI DOMINGUES	ROSY.MDOMINGUES@HOTMAIL.COM	(44) 3675 1231- (44) 9 9993 7010
100	PÚBLICO	CHEFE DE GABINETE	CIDADE GAÚCHA	ANTONIO CIRÍACO	ANTONIOCRIACO@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	:(44) 99126 -1527
101	PÚBLICO	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	CIDADE GAÚCHA	JOSÉ CARLOS APOLÔNIO	JOSECARLOS@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 3675 4318 - (44) 99922 4815
102	PÚBLICO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES	CIDADE GAÚCHA	RICARDO MORZELE	RICARDOESPORTE@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 3675 1822 – CEL: 99819 8088
103	PÚBLICO	SECRETÁRIO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CIDADE GAÚCHA	SEBASTIÃO APARECIDO MANÇANO	PATIO@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 36751577
104	PÚBLICO	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RENOVÁVEIS	CIDADE GAÚCHA	DIONE JOSÉ BILK	DIONE@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 99975 6172
105	PÚBLICO	SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CIDADE GAÚCHA	SERGIO TENÓRIO DA SILVA	INDUSTRIAECOMERCIO@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 99922 2979
106		DD. PRESIDENTE DO CONSELHO TUTELAR	CIDADE GAÚCHA	MARIA APARECIDA CARDOSO GOMES	CONSELHOTUTELARCIDGAUCHA@HOTMAIL.COM	(44) 99936-5686
107	PÚBLICO	GERENTE REGIONAL DA SANEPAR	CIDADE GAÚCHA	JAIME S. MAFFEI	JAIMESM@SANEPAR.COM.BR	(44) 3675-1233
108	PÚBLICO	DIRETORA DO COLÉGIO ESTADUAL MARECHAL COSTA E SILVA	CIDADE GAÚCHA	ELENITA BALDISSERA SANCHES	CDHCOSTAESILVA@GMAIL.COM	(44) 3675-1430 (44) 3675-7000

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
109	PÚBLICO	DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE	CIDADE GAÚCHA	ALETHEIA FONTANA DE OLIVEIRA	ALETHEYAOLIVEIRA@HOTMAIL.COM	(44) 99925-0080
110	PÚBLICO	DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO	CIDADE GAÚCHA	ANGELA MARIA MANÇANO HALAJDA	ANGELAMANSANO@HOTMAIL.COM	(44) 3675-2204 - (44) 99952-0218
111	PÚBLICO	DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO PRÍNCIPE	CIDADE GAÚCHA	ANGELA MARIA PAIM NARESSI	TRISTAOANGELA@HOTMAIL.COM	(44) 9948-5823
112	PÚBLICO	PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES	CIDADE GAÚCHA	AILTON FERREIRA GUIMARAES	CAMARAGAUCHA@GMAIL.COM	(44) 99914-4463 - 44-3675-1331
113	PÚBLICO	CRAS CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - COORDENAÇÃO	CIDADE GAÚCHA	MARIA IRENICE MARCOLINO DO PRADO	CRAS@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 99922-7826
114	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	CIDADE GAÚCHA	ABISAI FELIX DA SILVA	ACAOSOCIAL@CIDADE GAUCHA. PR.GOV.BR	(44) 99813-9243
115	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	CIDADE GAÚCHA	MARIA DE LOURDES KOSTETZER	ACAOSOCIAL@CIDADE GAUCHA. PR.GOV.BR	(44) 99943-2043
116	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	CIDADE GAÚCHA	ROSINEY MALENTAQUI DOMINGUES	ROSY.MDOMINGUES@HOTMAIL.COM	(44) 3675 1231
117	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	CIDADE GAÚCHA	DIONE JOSÉ BILK	DIONE@CIDADEGAUCHA.PR.GOV.BR	(44) 99975-6172
118	COOPERATIVA	CODEPA - COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	CORONEL DOMINGOS SOARES	N/A	N/A	0800 830 8300
119	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP	FRANCISCO BELTRÃO	N/A	AMSOP@AMSOP.COM.BR	(46) 3524-2653
120	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO – COMCAM	CAMPO MOURÃO	N/A	COMCAM@COMCAM.COM.BR	(44) 3523-5210
121	ESTÁDIO	ESTÁDIO MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL	CORUMBATAÍ DO SUL	N/A	N/A	N/A
122	CENTRO DE EVENTOS	CENTRO DE EVENTOS DE CORUMBATAÍ DO SUL	CORUMBATAÍ DO SUL	N/A	N/A	N/A

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
123	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL PARANAENSE – AMSULPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	N/A	AMSULPAR@YAHOO.COM.BR	
124	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BRONISLAU KAPUSNIAK	CRUZ MACHADO	N/A	N/A	
125	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL DO BAIRRO SANTA CLARA	CRUZ MACHADO	N/A	N/A	
126	PÚBLICA MUNICIPAL	CENTRO DE EUCACÃO INFANTIL MARIA GAIOSKI BUSCH	CRUZ MACHADO	N/A	N/A	
127	ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL	CENTRO DE CONVIVÊNCIAS DA FAMÍLIA	CRUZ MACHADO	N/A	N/A	
128	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP	FRANCISCO BELTRÃO	N/A	AMSOP@AMSOP.COM.BR	(46) 3524-2653
129	PÚBLICO	CEMITÉRIO MUNICIPAL	CRUZEIRO DO IGUAÇU	N/A	N/A	N/A
130	PÚBLICO	SALTINHO DO RIO CRUZEIRO	CRUZEIRO DO IGUAÇU	N/A	N/A	N/A
131	PÚBLICA	CRAS CRUZEIRO DO IGUAÇU	CRUZEIRO DO IGUAÇU	ELEANDRA MANFROI		(46) 3572-1186
132	ENTIDADE RELIGIOSA	ADVENTISTA DO SETIMO DIA	CRUZEIRO DO IGUAÇU	ALEXANDRE AMORIM		
133	ENTIDADE RELIGIOSA	COMUNIDADE BATISTA BETEL	CRUZEIRO DO IGUAÇU	CLEBERTON WAGNER		(46) 99906-5199
134	ENTIDADE RELIGIOSA	CONGREGAÇÃO CRISTÃ BRASIL	CRUZEIRO DO IGUAÇU	GILMAR TEODORO		(46) 3053-3529
135	ENTIDADE RELIGIOSA	MATRIS NOSSA SRA. FATIMA	CRUZEIRO DO IGUAÇU	CLAITON BOSCHI		(46) 3572-1134
136	PÚBLICO	UNIDADE DE SAUDE	CRUZEIRO DO IGUAÇU	CLEUSA PISON		(46) 3572-1187
137	PÚBLICO	SERVIÇO DE CONVIVENCIA	CRUZEIRO DO IGUAÇU	ELEANDRA MANFROI		(46) 3572-1186
138	ENTIDADE PÚBLICA	CLUBE DE IDOSOS	CRUZEIRO DO IGUAÇU	MARILENE DA SILVA		(46) 99924-1045
139	PÚBLICO	PROMOTORIA PÚBLICA	DOIS VIZINHOS	LARISSA BATISTA VASCONCELOS		(46) 3536 -1082
140	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ – AMUVI	APUCARANA	N/A	(43) 3047-2020	AMUVI@AMUVI.COM.BR

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
141	CENTRO DE SAÚDE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ARILDA ABRAÃO	FAXINAL	N/A	N/A	
142	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	CEMITÉRIO BOM JESUS	FAXINAL	N/A	N/A	
143	PREFEITURA	PREFEITURA MUNICIPAL	FAXINAL	YLSO ALVARO CANTAGALLO	GABINETE@FAXINAL.PR.GOV.BR	
144	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FAXINAL	MAGDA IONE DE MECEDO CANTAGALLO	SMAS@FAXINAL.PR.GOV.BR	
145	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE HABITAÇÃO				
146	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	FAXINAL	ANDERSON FERNANDO PASQUALINI	SMPLAN@FAXINAL.PR.GOV.BR	
147	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	FAXINAL	BRUNO BONILHA MARCIBELLI	SMMA@FAXINAL.PR.GOV.BR	
148	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAÚDE	FAXINAL	FERNANDO DECARLE DE CAMPOS	SMS@FAXINAL.PR.GOV.BR	
149	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FAXINAL	ELIANE FELICIO DE SOUZA TONIN	SME@FAXINAL.PR.GOV.BR	
150	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FAXINAL	SILVIA CATARINA BOCARDO JUSTUS	SILVIAJUSTUS1973@GMAIL.COM	
151	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
152	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	FAXINAL	MOACIR COUTINHO	SMS@FAXINAL.GOV.BR	
153	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO TUTELAR	FAXINAL	MARIA BENEVIDES	CONSELHOTUTELAR@FAXINAL.PR.GOV.BR	
154	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO DO IDOSO	FAXINAL	MARCO ANTONIO JOSEFI	MARCOJOSEFI@HOTMAIL.COM	
155	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	FAXINAL			
156	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ÁREA DE DESTINO	FAXINAL			
157	CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	FAXINAL	SUÉDER MARTINS DE SOUZA	CONTATO@CAMFAXINAL.PR.GOV.BR	

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
158	ONGS	ONGS	FAXINAL	MELISSA CORREA SOARES	ANIMALAR@LIVE.COM	
159	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS LOCAIS	ORGANIZAÇÃO SOCIAL LOCAL	FAXINAL			
160	MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	FAXINAL	GABRIEL THOMASZ DA SILVA	FAXINAL.PROM@MPPR.MP.BR	
161	DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA	FAXINAL			
162	COMPANHIA DE SANEAMENTO	COMPANHIA DE SANEAMENTO LOCAL	FAXINAL	MARCELO BATISTA DE SOUZA	MBSOUZA@SANEPAR.COM.BR	
163	COMPANHIA DE ENERGIA	COMPANHIA DE ENERGIA LOCAL	FAXINAL			
164	DEFESA CIVIL	DEFESA CIVIL MUNICIPAL	FAXINAL			
165	IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA	IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA	FAXINAL			
166	COMUNIDADE	COMUNIDADE AFETADA PELO REASSENTAMENTO	FAXINAL			
167	COMUNIDADE	COMUNIDADE ANFITRIÃ DOS REASSENTAMENTOS	FAXINAL			
168	ENTIDADES RELIGIOSAS	ENTIDADE RELIGIOSA COMUNIDADE ANFITRIÃ	FAXINAL			
169	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO SUL DO PARANÁ – AMCESPAR	IRATI	N/A	SECRETARIA GERAL (VANDERLEI): AMCESPAR@AMCESPAR.ORG.BR ADMINISTRATIVO (RANIELI): RANIELI@AMCESPAR.ORG.BR PLOTAGEM (CASSIANO): PLOTAGEM@AMCESPAR.ORG.BR	(42) 3423-2393
170	PÚBLICA	CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO	FERNANDES PINHEIRO	N/A	CAMARAFEP@IRATI.COM.BR	(42) 3459-1169
171	DEFESA CIVIL MUNICIPAL	POLICIA MILITAR	FERNANDES PINHEIRO	N/A	N/A	190
172	PÚBLICA	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	FERNANDES PINHEIRO	TIAGO RUFINO DA SILVA	HABITACAO@FERNANDESPINHEIRO.PR.GOV.BR	42 34591109
173	PÚBLICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	FERNANDES PINHEIRO	ELISANGELA DO CARMO MOREIRA PIRES	ACAOSOCIAL@FERNANDESPINHEIRO.PR.GOV.BR	42 34591188

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
174	PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	PROVOPAR	FERNANDES PINHEIRO	FERNANDA DE MELO MARINHO LIMA	PROVOPARFERNANDESPINHEIRO@GMAIL.COM	42 34591131
175	PÚBLICA	MINISTÉRIO PÚBLICO	FERNANDES PINHEIRO TEIXEIRA SOARES	MATEUS ALVES DA ROCHA	TEIXEIRASOARES.PROM@MPPR.MP.BR	42 34601330
176	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO – AMUNORPI	JACAREZINHO	N/A	N/A	(43) 3525-0121
177	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA	GUAPIRAMA	N/A	PREFEITURA@P-GUAPIRAMA.PR.GOV.BR	(43) 3573-1122
178	COMPANHIA DE SANEAMENTO LOCAL	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO PIRAINHA SANEPAR	GUAPIRAMA	N/A	N/A	0800-200-0115
179	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	CEMITÉRIO MUNICIPAL	GUAPIRAMA	N/A	N/A	N/A
180	ESTÁDIO MUNICIPAL	ESTÁDIO ALCIOMAR ANTÔNIO DA SILVA	GUAPIRAMA	N/A	N/A	N/A
181	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL PARANAENSE – AMSULPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	N/A	AMSULPAR@YAHOO.COM.BR	(42) 3522-3998
182	CENTRO DE SAÚDE	POSTO DE SAÚDE SÃO JOÃO	GENERAL CARNEIRO	N/A	N/A	N/A
183	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO SUL DO PARANÁ – AMCESPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	N/A	SECRETARIA GERAL (VANDERLEI): AMCESPAR@AMCESPAR.ORG.BR ADMINISTRATIVO (RANIELI): RANIELI@AMCESPAR.ORG.BR PLOTAGEM (CASSIANO): PLOTAGEM@AMCESPAR.ORG.BR	(42) 3423-2393
184	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	INÁCIO MARTINS	SECRETÁRIA: SANDRA APARECIDA DANIEL	SAUDE@INACIOMARTINS.PR.GOV.BR	(42) 3667-1163
185	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO DO PARANÁ – AMOCENTRO	PITANGA	N/A	AMOCENTROPR@GMAIL.COM	(42) 3646-3727
186	PÚBLICA MUNICIPAL	CRECHE MUNICIPAL DE ÁGUAS DE JUREMA	IRETAMA	N/A		N/A

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
187	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ – AMUNPAR	PARANAÍ	N/A	AMUNPAR@GMAIL.COM	(44) 3423-1349 (44) 8451-1677
188	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL	ITAÚNA DO SUL	N/A	N/A	(44) 3436-1087
189	SECRETARIA DE SAÚDE	SECRETARIA DE SAÚDE E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE CLINICAS E ANALISES	ITAÚNA DO SUL	BRUNO VIANNA DA SILVA	SEC.SAUDE@ITAUNADOSUL.PR.GOV.BR	(44) 3436-1566
190	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL - ESPORTES	GINÁSIO DE ESPORTES	ITAÚNA DO SUL	N/A	N/A	N/A
191	ESCOLA ESTADUAL	ESCOLA ESTADUAL MACHADO DE ASSIS	ITAÚNA DO SUL	N/A	N/A	(44) 3436-1370
192	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL	CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ITAÚNA DO SUL	N/A	N/A	(44) 3436-1059
193	ESCOLA MUNICIPAL	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PEQUENO PRÍNCIPE	ITAÚNA DO SUL	N/A	N/A	(44) 3436-1516
194	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL - SAÚDE	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL	ITAÚNA DO SUL	N/A	N/A	(44) 3436-1225
195	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS – AMCG	PONTA GROSSA	N/A	SECRETARIA@AMCG.COM.BR	(42) 3225-1398
196	INSTITUIÇÃO PARTICIPATIVA	CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	IVAÍ	ANA PAULA DE PROENÇA DE PAULA	ASSISTENCIA@IVAI.PR.GOV.BR	(42) 3247-1625
197	PÚBLICO	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	IVAÍ	DENISE MOLETA TREVISO	ASSISTENCIA@IVAI.PR.GOV.BR	(42) 3247-1625
198	PÚBLICO	SECRETARIA / EDUCAÇÃO E CULTURA	IVAÍ	CÉLIA SIOMBALO CHAIDA	EDUCACAOIVAI@YAHOO.COM.BR	(42) 3247-1416
199	PÚBLICO	SECRETARIA / OBRAS	IVAÍ	PAULO CESAR METNEK	GABINETE@IVAI.PR.GOV.BR	(42) 3247-1488
200	PÚBLICO	SECRETARIA DE SAÚDE	IVAÍ	NICOLI CROCOLI	SAUDE@IVAI.PR.GOV.BR	(42) 3247-1248
201	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	AMUVI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ	APUCARANA	YLSON ALVARO CANTAGALLO	(43) 3047-2020	N/A

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
202	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	CEMITÉRIO MUNICIPAL JACUTINGA	IVAIPORÃ	N/A	N/A	N/A
203	ESCOLA MUNICIPAL	NILO PECANHA	IVAIPORÃ	N/A	(43) 3471-1018	N/A
204	PREFEITURA	PREFEITURA MUNICIPAL	IVAIPORÃ	LUIZ CARLOS GIL	GABINETE@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 3472 1315
205	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	IVAIPORÃ	SILVANA ZANCANELLA PESSUTTI	ASSISTENCIASOCIAL@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 3472 5233
206	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	IVAIPORÃ	BRUNO JOSÉ MACIAS MONTORO	ENGENHARIA@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 996723128
207	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	IVAIPORÃ	BRUNO JOSÉ MACIAS MONTORO	ENGENHARIA@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 996723128
208	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	IVAIPORÃ	DENISE KUSMINSKI DA SILVA	MEIOAMBIENTE@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43996789845
209	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAÚDE	IVAIPORÃ	CRISTIANE PANTALEÃO	SAUDE@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 998381762
210	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	IVAIPORÃ	DAIANE PEREIRA SOARES	EDUCACAO@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 999212601
211	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	IVAIPORÃ	ERICA BORZUK DO CARMO	APAEIVAIPORA@GMAIL.COM	43 999057987
212	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO M. D DA PESSOA COM DEFICIENCIA	IVAIPORÃ	JESSICA ANALI DA SILVA	CMPCD@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 34729967
213	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	IVAIPORÃ			
214	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	IVAIPORÃ	ROBSON		43 998536096
215	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO TUTELAR	IVAIPORÃ	TATIANE MARCONDES	CONSELHOTUTELAR@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 3472 1951
216	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO DO PLANO DIRETOR	IVAIPORÃ	JAIR ANTONIO BURATO	JAIRANTONIOBURATO1@OUTLOOK.COM	43 996465687
217	CONSELHO MUNICIPAL	CONSELHO DO IDOSO	IVAIPORÃ	JAIR ANTONIO BURATO	CDMI@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43 996465687
218	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	IVAIPORÃ	JAIR ANTONIO BURATO	JAIRANTONIOBURATO1@OUTLOOK.COM	43 996465687

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
219	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ÁREA DE DESTINO	IVAIPORÃ	VALDIR RODRIGUES DIAS	DJCARECA@HOTMAIL.COM	43 999027447
220	CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	IVAIPORÃ	EDIVALDO MONTANHERI		43 3472 1644
221	ONGS	APAE	IVAIPORÃ	EUZÉLIA LOPES	APAEIVAIPORA@GMAIL.COM	43 3472 1483
222	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS LOCAIS	GRUPO JOVENS JUVENTUDE MARIANA	IVAIPORÃ	MAICON AP DOS SANTOS	MAICONSANTOS.ASS02@GMAIL.COM	43 996833079
223	MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	IVAIPORÃ	CLEVERSON LEONARDO TOZATTE	IVAIPORA.1PROM@MPPR.MP.BR	43 3472 12 47
224	DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA	IVAIPORÃ			
225	COMPANHIA DE SANEAMENTO	COMPANHIA DE SANEAMENTO LOCAL	IVAIPORÃ			
226	COMPANHIA DE ENERGIA	COMPANHIA DE ENERGIA LOCAL	IVAIPORÃ	WALLYSON JOSÉ GOMES DE PALMA	WALLYSON.PALMA@COPEL.COM	43 996943540
227	DEFESA CIVIL	DEFESA CIVIL MUNICIPAL	IVAIPORÃ	DENISE KUSMINSKI DA SILVA	MEIOAMBIENTE@IVAIPORA.PR.GOV.BR	43996789845
228	IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA	IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA	IVAIPORÃ	MAURILIO VILA	MAURILIOV@IAT.PR.GOV.BR	43 996633542
229	COMUNIDADE	COMUNIDADE AFETADA PELO REASSENTAMENTO	IVAIPORÃ			
230	COMUNIDADE	COMUNIDADE ANFITRIÃ DOS REASSENTAMENTOS	IVAIPORÃ	JESSICA DE LIMA		43 996843080
231	ENTIDADES RELIGIOSAS	ENTIDADE COMUNIDADE ANFITRIÃ CATOLICA	IVAIPORÃ	PE. MOACIR	PAROQUIA.N.S.L@HOTMAIL.COM	3471 1034
232	ENTIDADES RELIGIOSAS	ENTIDADE COMUNIDADE ANFITRIÃ EVANGELICA	IVAIPORÃ	PR. JOSÉ DE MEDEIROS		43 999372611
233	ENTIDADES RELIGIOSAS	ENTIDADE COMUNIDADE ANFITRIÃ EVANGELICA	IVAIPORÃ	PR. DOURIVAL DA SILVA		43 996721031
234	ASSISTENCIA SOCIAL	CRAS	IVAIPORÃ	HELOIZA BELO SACCO	HELOIZASACCO@HOTMAIL.COM	43 3472 9967
235	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ	IAPAR / EMATER	IVAIPORÃ	ALINI TAICHI DA SILVA MACHADO	GR@IDR.PR.GOV.BR	43 3472 5800
236	OAB	OAB	IVAIPORÃ	VALDIR DE FREITAS JUNIOR	VALDIR@FGAA.ADV.BR	43 999877284

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
237	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – AMEPAR	LONDRINA	SÉRGIO ONOFRE DA SILVA	AMEPARLONDRINA@GMAIL.COM	
238	COMPANHIA DE SANEAMENTO LOCAL	SAMAE (SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO)	JAGUAPITÃ	N/A	N/A	
239	CENTRO DE SAÚDE	UBS CARLOS NASCIMENTO	JAGUAPITÃ	N/A	N/A	
240	COMUNIDADE ANFITRIÃ DOS REASSENTAMENTOS	CONJUNTO ALFREDO BATICIOLO	JAGUAPITÃ	N/A	N/A	
241	SECRETARIAS DE ESTADO DO PARANÁ	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	JAGUAPITÃ	N/A	N/A	
242	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO – COMCAM	CAMPO MOURÃO	LEANDRO CESAR DE OLIVEIRA	COMCAM@COMCAM.COM.BR	(44) 3523-5210
243	PÚBLICA	ESCOLA ESTADUAL RIO VERDE ENSINO FUNDAMENTAL	JURANDA	N/A	N/A	(44) 3569-6033
244	PÚBLICA	MUNICIPAL: PAULO LEMINSKI ESTADUAL: CAMPO DO RIO VERDE	JURANDA	N/A	N/A	(44) 3569-6033
245	PÚBLICA	ESCOLA ESTADUAL RIO VERDE	JURANDA	ADRIANA	ESCOLARIOVERDE@GMAIL.COM	(44) 99984-9797
246	PÚBLICA	ESCOLA MUNICIPAL PAULO LEMINSKI.	JURANDA	ADRIANA VIEIRA MATOS	ADRIANAMATTOS59@HOTMAIL.COM	(44) 99926- 2990
247	PÚBLICA	ESCOLA MUNICIPAL DOCE INFÂNCIA C M E I	JURANDA	ROSANA STEPHANIE LISBOA.	ROSANASTPHANIE@BOL.COM.BR	(44) 99998- 4495
248	PÚBLICA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE RIO VERDE.	JURANDA	ALESSANDRA MARA DE OLIVEIRA		(44) 99905- 2314
249	PÚBLICA	GINÁSIO DE ESPORTES ODÉCIO DARLIN.	JURANDA	RAFAEL SEREN	RAFAELSERREN@HOTMAIL.COM	(44) 99984-4827
250	PÚBLICA	CENTRO ESPORTIVO BENEDITA ZOCANTE	JURANDA			
251	PÚBLICA	CENTRO SOCIAL DE RIO VERDE.	JURANDA	JOELMA DEMENECK	JDDEMENECK@GMAIL.COM	(44) 99987-7997

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
252	RELIGIOSA	ASSEMBLEIA DE DEUS MISSÃO	JURANDA	ALEX CESAR S. VIEIRA		(44) 999858-8526
253	RELIGIOSA	IGREJA DOS LEANDRO	JURANDA	NEIA		(44) 99972-2372
254	RELIGIOSA	IGREJA MÃE BARBARA	JURANDA	MARINA		(44) 98801-5851
255	RELIGIOSA	PARÓQUIA NOSSA MÃE DE DEUS	JURANDA	MARCELO PEREIRA AMARAL		(44) 99869-4999
256	PODER JUDUICIARIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	JURANDA	CAROLINA NISHI COELHO	UBIRATA.PROM@MPPR.MP.BR	
257	PODER JUDUICIARIO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	JURANDA		UBI-CJSCC-UC@TJPR.JUS.BR	(44) 3543-1360
258	PÚBLICO	CONSELHO TUTELAR	JURANDA	WELLINGTON S. BRASIL	CONSELHOTUTLAR@JURANDA.PR.GOV.BR	(44) 3569-2029
259	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO – COMCAM	CAMPO MOURÃO	LEANDRO CESAR DE OLIVEIRA	COMCAM@COMCAM.COM.BR	(44) 3523-5210
260	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	COOPERATIVA COAMO AGROINDUSTRIAL	MAMBORÉ	N/A	N/A	(44) 3599-8000
261	PÚBLICA	CORREIOS	MAMBORÉ	N/A	N/A	N/A
262	PÚBLICO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MAMBORÉ	LOURDINHA DABOIT	EDCMAMBORE@HOTMAIL.COM	(44) 3568-2879
263	PÚBLICO	CMEI SANTA RITA DE CASSIA	MAMBORÉ	SILVIA CRITINA ANDRADE MATIAS	N/A	(44) 3592-1023
264	PÚBLICO	ESCOLA ESTADUAL SÃO LUIZ GONZAGA	MAMBORÉ	IRENI FERREIRA COSTA	N/A	(44) 3592-1032
265	PÚBLICO	ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO	MAMBORÉ	MARILCE APARECIDA BRANDÃO	N/A	(44) 3592-1005
266	PÚBLICO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MAMBORÉ	SARA BELTRAME	SARA_BELTRAME@HOTMAIL.COM	(44) 3568-1033
267	PÚBLICO	UBS	MAMBORÉ	ANA CAROLINA MARIOTTO	N/A	(44) 3592-1060
268	PÚBLICO	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MAMBORÉ	ELISABETE AP. FAGUNDES RADOMSKI	SMASMAMBORE@MAMBORE.PR.GOV.BR	(44) 3568-8037

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
269	PÚBLICO	CENTRO DE APOIO TAYNA	MAMBORÊ	ELIANE FRAGOSO DE CARVALHO	N/A	(44) 3568-2346
270	PÚBLICO	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MAMBORÊ	MARIO JOSÉ BUENO	AMBIENTE@MAMBORE.PR.GOV.BR	(44) 99984-5913
271	PÚBLICO	SUB PREFEITURA	MAMBORÊ	DARCI MARCONDES		(44) 99906-1488
272	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP	FRANCISCO BELTRÃO	N/A	N/A	(46) 3524-2653
273	ESCOLA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU	MARMELEIRO	N/A	N/A	(46) 3525-1437
274	COMERCIANTES LOCAIS	SUPERMERCADO CENTRAL	MARMELEIRO	N/A	N/A	(46) 3525-2312
275	ESCOLA MUNICIPAL	CMEI REGINAS VERÔNICA MULLER	MARMELEIRO	N/A	N/A	N/A
276	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	MARMELEIRO	SILMARA TEREZINHA BRAMBILLA	ADMINISTRACAO@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 98809-9497
277	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	MARMELEIRO	CELSO PEDRO SCOLARI	EDUCACAO@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-6247
278	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	MARMELEIRO	WAGNER LUIZ BARELLA	SAUDE@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-2650
279	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	MARMELEIRO	IVAN BURATTO	ESPORTES@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-6265
280	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS	MARMELEIRO	ALCIDES SEVERO	GARAGEM@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99131-2592
281	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	MARMELEIRO	EVERALDO SOBRINHO DE OLIVEIRA	URBANISMO@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-6193
282	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	MARMELEIRO	RITA GIONGO FISCHER	INDCOMERCIO@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-7457
283	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARMELEIRO	MARIZETE KOWALSKI OLINQUEVEZ	SOCIAL@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-8379

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
284	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	MARMELEIRO	MARILETE CHIARELOTTO	MEIOAMBIENTE@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-6219
285	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO MARMELEIRENSE DE TRÂNSITO	MARMELEIRO	SIDNEI GHIZZI	DEMARTRAN@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99133-6554
286	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	MARMELEIRO	LUIZ CARNIEL	AGRICULTURA02@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-6213
287	GOVERNAMENTAL	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	MARMELEIRO	VANDRE JOÃO SIGNORI	FINANCEIRO@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 99124-8479
288	NÃO GOVERNAMENTAL	APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	MARMELEIRO	SUSANI SCANDOLARA CAMPRA	MARMELEIRO@APAEPR.ORG.BR	(46) 98819-5589
289	NÃO GOVERNAMENTAL	IGREJA CATÓLICA	MARMELEIRO	VALMOR SAUER	PAROQUIASANTARITA EDI@HOTMAIL.COM	(46) 98409-2828
290	NÃO GOVERNAMENTAL	PASTORAL DA CRIANÇA	MARMELEIRO	MARIA JULCIRA MENEGAZZO		(46) 99978-8959
291	NÃO GOVERNAMENTAL	APA - BIXO NÃO É LIXO	MARMELEIRO	VERGINIO ZUCHELO NETO	VERGINIOZUCHELLONETO@GMAIL.COM	(46) 99109-5396
292	NÃO GOVERNAMENTAL	ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL	MARMELEIRO	JONAS DOS SANTOS ARREAL	CONTABILIDADEMARMELEIRO@GMAIL.COM	(46) 99133-5865
293	NÃO GOVERNAMENTAL	ROTARY CLUB DE MARMELEIRO	MARMELEIRO	CRISTIANE PIASCEKI	CRISPIASECKI@GMAIL.COM	(46) 98413-9174
294	NÃO GOVERNAMENTAL	ACIMAR - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL	MARMELEIRO	VANDRE JOAO SIGNORI	ACI_MARR@HOTMAIL.COM	(46) 99931-6223
295	NÃO GOVERNAMENTAL	GUARDA SÃO CRISTÓVÃO	MARMELEIRO	ALDEMIR PAIVA SILVEIRA	ALDEMIRPAIVA_@HOTMAIL.COM	(46) 98817-0174
296	NÃO GOVERNAMENTAL	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PASSARELA	MARMELEIRO	ILVA FATIMA BILIBIU		
297	GOVERNAMENTAL	MINISTÉRIO PÚBLICO - COMARCA DE MARMELEIRO	MARMELEIRO	ARTHUR JONAS MENDONÇA E ARAÚJO	MARMELEIRO.PROM@MPPR.MP.BR	(46) 3525-1666
298	NÃO GOVERNAMENTAL	CONSEG - CONSELHO DE SEGURANÇA	MARMELEIRO	RODRIGO BAGGIO	RODRIGOBAGGIOMARMELEIRO@HOTMAIL.COM	(46) 3525-1509
299	NÃO GOVERNAMENTAL	CONSELHO DA COMUNIDADE	MARMELEIRO	BRUNA LESSA OLIVEIRA CASAGRANDE	ADV.BCASAGRANDE@GMAIL.COM	(46) 99935-4656

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
300	NÃO GOVERNAMENTAL	IGREJA COMUNIDADE BATISTA BETEL	MARMELEIRO	JOÃO VACARI	SONIAVACARI@HOTMAIL.COM	(46) 99116-1377
301	GOVERNAMENTAL	CONSELHO TUTELAR	MARMELEIRO	IVETE TEREZINHA ARENDT	CONSELHOTUTELAR@MARMELEIRO.PR.GOV.BR	(46) 3525-1163
302	SOCIEDADE CIVIL	RADIO CRISTAL LTDA	MARMELEIRO	AIRTON JOSÉ SELESKI	ESTELA.RADIOCRISTAL@GMAIL.COM	(44) 99926-5337
303	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ – AMUNPAR	PARANAÍ	N/A	AMUNPAR@GMAIL.COM	(44) 3423-1349 (44) 8451-1677
304	PREFEITURA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR	MIRADOR	N/A	SIC@MIRADOR.PR.GOV.BR	(44) 3434-8000
305	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ – AMUVI	APUCARANA	YLSO ALVARO CANTAGALLO	AMUVI@AMUVI.COM.BR	(43) 3047-2020
306	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	NOVO ITACOLOMI	N/A	N/A	(43) 3437-1156
307	CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA TRIUNFO TRANSBRASILIANA – RODOVIA TRANSBRASILIANA	PAULO FRONTIN	N/A	N/A	N/A
308	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL PARANAENSE – AMSULPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	N/A	AMSULPAR@YAHOO.COM.BR	(42) 3522-3998
309	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	CEMINTÉRIO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN	PAULO FRONTIN	N/A	N/A	N/A
310	ONG	ABC PROJETOS CULTURAIS	PONTA GROSSA	N/A	ABCPROJETOS@ABCPROJETOS.COM.BR	(42) 3226-6754
311	EMPRESA SOCIAL	AGROCETE	PONTA GROSSA	N/A	AGROCETE@AGROCETE.COM	(42) 3228-1229
312	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP	FRANCISCO BELTRÃO	N/A	N/A	(46) 3524-2653
313	ESCOLA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IDA KUMMER	RENASCENÇA	N/A	N/A	(46) 3550-1112
314	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	CEMINTÉRIO MUNICIPAL DE RENASCENÇA	RENASCENÇA	N/A	N/A	N/A
315	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA	RENASCENÇA	N/A	ADMINISTRACAO@RENASCENCA.PR.GOV.BR	(46) 3550-8300
316	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SCOAIL	RENASCENÇA	FERNANDA TOMASSONI	SOCIAL@RENASCENCA.PR.GOV.BR	(46)35501520

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
317	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	RENASCENÇA	JOVANI LUIZ CENATTI	ADMINISTRACAO@RENASCENCA.GOV.PR.BR	(46)35508310
318	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	RENASCENÇA	RICARDO SOLIGO BISCARO	FAZENDA@RENASCENCA.PR.GOV.BR	(46)35508321
319	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE SAÚDE	RENASCENÇA	SIMONE LORENSET GUTSTEIN	SAUDE@RENASCENCA.PR.GOV.BR	(46)35508348
320	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	RENASCENÇA	PAULO SERGIO DEOLA	AGRICULTURA@RENASCENCA.PR.GOV.BR	(46)35508320
321	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	RENASCENÇA	CLAUDINÉIA PORTA LORENZON	EDUCAO@RENASCENCA.PR.GOV.BR	(46)35501970
322	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO URBANISMO	RENASCENÇA	VALMOR DE BONA	RODOVIARIO@RENASCENCA.PR.GOV.BR	(46)35501246
323	PROMOTORIA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ	MARMELEIRO, RENASCENÇA E FLOR DA SERRA DO SUL	ARTHUR JONAS MENDONÇA E ARAÚJO	MARMELEIRO.PROM@MPPR.MP.BR	(46) 35251666
324	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO DO PARANÁ – AMOCENTRO	ATUAÇÃO ESTADUAL / REGIONAL	N/A	AMOCENTROPR@GMAIL.COM	(42) 3646-3727
325	PARQUE MUNICIPAL	PARQUE ECOLÓGICO MIGUEL PEREIRA	ATUAÇÃO ESTADUAL / REGIONAL	N/A	N/A	N/A
326	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	COOPERATIVA COAMO AGROINDUSTRIAL	ATUAÇÃO ESTADUAL / REGIONAL	N/A	N/A	(44) 3599-8000
327	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	ATUAÇÃO ESTADUAL / REGIONAL	N/A	N/A	(44) 3649-8181
328	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	LATICINIO CAMPO VERDE	ATUAÇÃO ESTADUAL / REGIONAL	N/A	N/A	(44) 3575-1232
329	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL - LAZER	QUADRA MUNICIPAL JOÃO PAULO	ATUAÇÃO ESTADUAL / REGIONAL	N/A	N/A	N/A
330	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	CEMINTÉRIO MUNICIPAL DE RNCADOR	ATUAÇÃO ESTADUAL / REGIONAL	N/A	N/A	N/A
331	PARQUE MUNICIPAL	PARQUE MUNICIPAL MIGUEL PEREIRA	ATUAÇÃO ESTADUAL / REGIONAL	N/A	N/A	N/A
332	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ – AMUNPAR	PARANAÍ	N/A	(44) 3423-1349 (44) 8451-1677	AMUNPAR@GMAIL.COM

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
333	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ – AMUNPAR	PARANAÍ	N/A	AMUNPAR@GMAIL.COM	(44) 3423-1349 (44) 8451-1677
334	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ	SANTO ANTONIO DO CAIUÁ	N/A	N/A	(44) 3443-1221
335	DELEGACIA	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUA	SANTO ANTONIO DO CAIUÁ	N/A	N/A	N/A
336	COMPANHIA DE SANEAMENTO LOCAL	SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ	SANTO ANTONIO DO CAIUÁ	N/A	N/A	N/A
337	CARTÓRIO	SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	SANTO ANTONIO DO CAIUÁ	N/A	N/A	(44) 3443-1323
338	HOSPITAL	HOSPITAL MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	SANTO ANTONIO DO CAIUÁ	N/A	N/A	(44) 3443-1293
339	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP	FRANCISCO BELTRÃO	N/A	N/A	(46) 3524-2653
340	PÚBLICA	CMEI GUIMARÃES JORGE	SÃO JORGE D'OESTE	N/A	N/A	N/A
341	PSF	POSTO DE SAUDE DA LAPA	SÃO JORGE D'OESTE	LISEI COSTA GROSS	ENF_LISEI@HOTMAIL.COM	46-35341837
342	SECRETARIA	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	SÃO JORGE D'OESTE	ORIVAL CHAVIER	RODOVIÁRIO@PMSJORGE.PR.GOV.BR	46-35341366
343	SECRETARIA	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SÃO JORGE D'OESTE	CLARICE SCHIMITT AUGUSTIN	SOCIAL@PMSJORGE.PR.GOV.BR	46-35342365
344	SECRETARIA	EDUCAÇÃO	SÃO JORGE D'OESTE	CRISTIANA SONSIN DA SILVA NOGUEIRA	EDUCACAO@PMSJORGE.PR.GOV.BR	46-35348071
345	ESCOLA	NOSSA SENHORA DA LAPA	SÃO JORGE D'OESTE	SIRLEI BEZERRA	ESCOLADALAPPA@HOTMAIL.COM	46-35341425
346	CMEI	JORGE GUIMARAES	SÃO JORGE D'OESTE	JACQUELINE MARIA SCHMITT	CMEIJORGE@HOTMAIL.COM	46-35341603
347	MP/ COMARCA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	SÃO JOÃO	PEDRO TENORIOSOARES VIEIRA TAVARES	EDSONLDS@MPPR.MP.BR	46-35332816
348	FORUM	MINISTERIO PÚBLICO	SÃO JOÃO	PEDRO TENORIOSOARES VIEIRA TAVARES	EDSONLDS@MPPR.MP.BR	46-35332816

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
349	IGREJA	ASSEMBLEIA DE DEUS	SÃO JORGE D'OESTE	LUIZ CARLOS SANTOS	ADSAOJORGEDOESTE@OUTLOOK.COM	42-98025016
350	IGREJA	NOSSA SENHORA DA LAPA	SÃO JORGE D'OESTE	PE.VICTOR CLEMENTE MULLER	PARAQUIASSJ@HOTMAIL.COM	46-35341353
351	ÓRGÃO PERMANENTE E AUTÔNOMO	CONSELHO TUTELAR	SÃO JORGE D'OESTE	CLARICE SCHIMITT AUGUSTIN	SOCIAL@PMSJORGE.PR.GOV.BR	46-988262278
352	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO – AMUNORPI	SANTO ANTONIO DA PLATINA	N/A	N/A	(43) 3525-0121
353	PÚBLICA	CRECHE SANTA TEREZINHA		N/A	N/A	N/A
354	PÚBLICA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - VILA MADALENA		N/A	N/A	(43) 3565-1247
355	RELIGIOSA - IGREJA CATÓLICA	PARÓQUIA SÃO JOSÉ	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	JOÃO ADMIR PEREIRA	PAROQUIASJBV@HOTMAIL.COM	(43) 99633-6465
356	RELIGIOSA - IGREJA EVANGÉLICA	IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	JODILSON ANTUNES PEREIRA (PASTOR)	JODILSON.PEREIRA@ADVENTISTAS.ORG	(43) 99981-4985
357	RELIGIOSA - IGREJA PENTECOSTAL	CONGREGAÇÃO CIRSTÁ NO BRASIL	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	COOPERADOR LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	ANDRADEOLIVEIRAJ@HOTMAIL.COM	(43) 99624-2154
358	RELIGIOSA - IGREJA EVANGÉLICA	ASSEMBLÉIA DE DEUS	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - CAMPO ECLESIASTICO DE WENCESLAU BRAZ	GASPARINO NERY DE SOUSA	GASPARINONERY@GMAIL.COM	(43) 99625-3572
359	RELIGIOSA - IGREJA EVANGÉLICA	ASSEMBLÉIA DE DEUS MISSÃO - UMA NOVA HISTÓRIA	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	EUGENIO LUCIO CARDOSO	EUGENIOSJBV@HOTMAIL.COM	(43) 99618-8870
360	RELIGIOSA - IGREJA BATISTA	COMUNIDADE ALIANÇA	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	ERIC ADEMIR ALBERGONI	ERICALBERGONI@YAHOO.COM.BR	(43)99925-2626
361	COOPERATIVA	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DO LESTE PIONEIRO - COAFLEP	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, WENCESLAU BRAZ, SANTANA DO ITARARÉ, SENGÉS E ARAPOTI	MANOEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR	COAFLEP@COAFLEP.COM.BR	(43)3565-1162 / (43) 99674-9540

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
362	ASSOCIAÇÃO	ASSOCIAÇÃO BOAVISTENSE DOS RECICLADOS E SUCATAS - ABRES	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	JÚNIOR INOCÊNCIO DE OLIVEIRA	MEIOAMBIENTE.SJBV@GMAIL.COM	(43) 3565-1728
363	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - COMARCA: WENCESLAU BRAZ		WENCESLAUBRAZ.PROM@MPPR.MP.BR	(43) 35228-2179
364	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	ANDERSON CORREA DE SOUSA	APAESJBV@GMAIL.COM	(43)3565-1313
365	INSTITUIÇÃO PÚBLICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	IVAÍ	SARA REIFUR	ENGENHARIA@IVAI.PR.GOV.BR	(42) 3247-1222
366	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ – AMUNPAR	PARANAÍ	N/A	AMUNPAR@GMAIL.COM	(44) 3423-1349 (44) 8451-1677
367	ESCOLA MUNICIPAL	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO POLEGAR	SÃO PEDRO DO PARANÁ	N/A	N/A	(44) 3444-1256
368	LAZER	PRAINHA DE PORTO SÃO JOSÉ	SÃO PEDRO DO PARANÁ	N/A	N/A	N/A
369	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – AMEPAR	LONDRINA	SÉRGIO ONOFRE DA SILVA	AMEPARLONDRINA@GMAIL.COM	(43) 3028-0952
370	PÚBLICO MUNICIPAL	AEROPORTO MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS	N/A	N/A	N/A	N/A
371	PÚBLICA MUNICIPAL	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERTANÓPOLIS	ELIZANDRA EMÍLIA CARDOSO DIAS	ASSISTENCIA.SOCIAL@SERTANÓPOLIS.PR.GOV.BR	(43) 3232-8400
372	PÚBLICA MUNICIPAL	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERTANÓPOLIS	LEILA KUREK MORCELLI	LEILA@SERTANOPOLIS.PR.GOV.BR	(43) 3232-8400
373	PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ROMILDO ROSSATO	SERTANÓPOLIS	FRANCIELE BUENO DE CASTRO LOPES	N/A	(43)3232-1402
374	PÚBLICA MUNICIPAL	DEPARTAMENTO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE	SERTANÓPOLIS	NIVALDO RIBEIRO DE AMORIM	NIVALDO.AMORIM@BOL.COM.BR	(43) 3232-8105
375	PÚBLICA MUNICIPAL	DEPARTAMENTO MUNICIPAL PLANEJAMENTO URBANO	SERTANÓPOLIS	GABRIEL GALLI	GABRIEL.GALLI@SERTANOPOLIS.PR.GOV.BR	(43) 3232-8115
376	PÚBLICA MUNICIPAL	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SERTANÓPOLIS	GRAZIELA FERNANDA ALVES FAVERO	GRAZIELA@SERTANOPOLIS.PR.GOV.BR	(43) 3232-2866

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
377		CONSELHO TUTELAR	SERTANÓPOLIS	LEONELSON FRANCO	CONSELHOTUTELAR@SERTANOPOLI.PR.GOV.BR	(43) 3232-2151
378	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERTANÓPOLIS	HELOIZA MÁXIMO	ASSISTENCIA.SOCIAL@SERTANOPOLIS.PR.GOV.BR	(43) 3232-8400
379	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	SERTANÓPOLIS	GUIOMAR PANTOJO	ASSISTENCIA.SOCIAL@SERTANOPOLIS.PR.GOV.BR	(43) 3232-8400
380	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL IDOSO	SERTANÓPOLIS	ELIZANDRA EMÍLIA CARDOSO DIAS	ASSISTENCIA.SOCIAL@SERTANOPOLIS.PR.GOV.BR	(43)3232-8400
381	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	SERTANÓPOLIS	DR CONRADO PORTO	SERTANOPOLIS.PROM@MPPR.MP.BR	(43) 3232-2667
382	ASSOCIAÇÃO	ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM	SERTANÓPOLIS	JOÃO PRATIS	N/A	(43) 98453-3565
383	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA CATÓLICA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA	SERTANÓPOLIS	PADRE WALTER DINIZ	PSTMJ.SERTANOPOLIS@GMAIL.COM	(43) 3232-1248
384	ASSOCIAÇÃO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	SERTANÓPOLIS	ANTÔNIA MIQUELASSI AUSSECH	APAEDESERTANOPOLIS@GMAIL.COM	(43) 3232-1225
385	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA BATISTA FILADÉLFIA	SERTANÓPOLIS	PASTOR ANTÔNIO MARQUES	IBFILADELFIASERT@GMAIL.COM	(43)3232-4306
386	CLUBE DE SERVIÇO	ROTARY CUB DE SERTANÓPOLIS	SERTANÓPOLIS	PEDRO HENRIQUE TIVA	TIVAAGENCIA@GMAIL.COM	(43)99191-0589
387	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARANAPANEMA – AMEPAR	LONDRINA	SÉRGIO ONOFRE DA SILVA	AMEPARLONDRINA@GMAIL.COM	(43) 3028-0952
388	ESCOLA MUNICIPAL	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ADÍLSON SIQUEIRA DOS SANTOS	TAMARANA	N/A	N/A	N/A
389	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	COOPERATIVA COOCAFAT	TAMARANA	N/A	N/A	(43) 3398-5186
390	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	PARQUE INDUSTRIAL III LUIZ GONÇALVES FERREIRA (LUIZ BENGALA)	TAMARANA	N/A	N/A	N/A
391	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	PARQUE INDUSTRIAL IV JOÃO NALZÁRIO DA CRUZ	TAMARANA	N/A	N/A	N/A
392	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA TAEKO	TAMARANA	N/A	N/A	(43) 3398-1950

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
393	PÚBLICA MUNICIPAL	SETOR TRIBUTOS	TAMARANA	ALEX JR. IZIDORO NASCIMENTO	TRIBUTACAO@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 3398-1935
394	PÚBLICA MUNICIPAL	SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL	TAMARANA	IZADORA CASTILHO BATISTA	SMASTAMARANA@GMAIL.COM	43- 3398-1977
395	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	TAMARANA	LEVI ALVES DOS SANTOS	MEIOAMBIENTE.TAMARANA@GMAIL.COM	43- 996 30-6586
396	ASSOCIAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS	TAMARANA	EMIKO OLINDA GOTO	ASSOCSAOROQUE@HOTMAIL.COM	43- 3398-1486
397	PÚBLICA MUNICIPAL	DIRETORIA DE TURISMO	TAMARANA	IBRAINS GERBER	TURISMO@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 999503271
398	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	TAMARANA	RAFAEL NASCIMENTO DA SILVA	EDUCACAO@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 99651-0537
399	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	TAMARANA	VIVIANE GRANADO BARREIRA DA SILVA	SAUDE@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 3398-1985
400	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	TAMARANA	FRANKLIN BASBASQUE	AGRICULTURA@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 3398-1974
401	PÚBLICA MUNICIPAL	CONSELHO TUTELAR	TAMARANA	MARCOS ALVES MELO	CONSELHOTUTELARTAMARANA@GMAIL.COM	43- 99942-6117
402	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA FAZENDA	TAMARANA	YOSHIKAZU UNO	FAZENDA@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 99958-2822
403	PÚBLICA MUNICIPAL	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO	TAMARANA	JANE G.D.S. UNO	ADMINISTRACAO@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 99184-9894
404	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA CATÓLICA	TAMARANA	MARIA ÂNGELA	PARSAOROQUE@YAHOO.COM.BR	43- 3398-1241
405	CLUBE DE SERVIÇOS	ROTARY	TAMARANA	TONY JESS TORRESIN	TONYJESS@SERCOMTEL.COM.BR	43- 9995-8808
406	PÚBLICA MUNICIPAL	DIRETORIA DESENVOLVIMENTO	TAMARANA	MARCO A. SILVA	URBANISMO@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 99120-1012
407	PÚBLICA MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL	TAMARANA	APARECIDA NAKAOKA ROCHEDO	GABINETE@TAMARANA.PR.GOV.BR	43- 3398- 1944
408	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ENTRE RIOS – AMERIOS	MARAVILHA	N/A	AMERIOS@AMERIOS.ORG.BR	(49) 3664-0282
409	GOVERNAMENTAL	PREFEITURA MUNICIPAL	TAPEJARA	RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE	GABINETE@TAPEJARA .PR.GOV.BR	(44) 3677-1222

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
410	GOVERNAMENTAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	TAPEJARA	ROSELI DE OLIVEIRA SOUZA	DASTAP@TAPEJARA.PR.GOV.BR	(44) 36771368
411	GOVERNAMENTAL	CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL	TAPEJARA	MARINEZ BATISTA DE LIMA CRUZ	CRAS@TAPEJARA.PR.GOV.BR	(44) 36772348
412	GOVERNAMENTAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	TAPEJARA	ANA MARIA DE OLIVEIRA DA SILVA	EDUCACAO@TAPEJARA.PR.GOV.BR	(44)3677-1807
413	GOVERNAMENTAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TAPEJARA	PAULO SERGIO SANTOS	AGRICULTURA@TAPEJARA.PR.GOV.BR	(44) 3677-2632
414	GOVERNAMENTAL	CAMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA	TAPEJARA	MARISA ISSA RIZK	CAMARA@TAPEJARA.PR.GOV.BR	(44) 3677-1366
415	GOVERNAMENTAL	EMATER	TAPEJARA	GREGORY FREDRI	GFEDRI@IDR.PR.GOV.BR	(44) 3677-1422
416	GOVERNAMENTAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	TAPEJARA	EDSON DOMINGUES DE SOUZA	SAUDE@TAPEJARA.PR.GOV.BR	(44)3677-1519
417	GOVERNAMENTAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO URBANA	TAPEJARA	RAISSA DALOSSE ALVES (ENGENHEIRA)	RDALOSSE@GMAIL.COM	(44)999333599
418	GOVERNAMENTAL	COLÉGIO ESTADUAL 11 DE ABRIL	TAPEJARA	ROGÉRIO RIBEIRO	ROGERIO2003@GMAIL.COM	(44) 3677-1550
419	GOVERNAMENTAL	COLÉGIO ESTADUAL SANTANA	TAPEJARA	SUELI OLIVEIRA FRAGOSSO GIMENEZ	SUELI.FRAGOSSO@ESCOLA.PR.GOV.BR	(44) 3677-1173
420	NÃO GOVERNAMENTAL	CENTRO EDUCACIONAL DE TAPEJARA	TAPEJARA	LEIA SILVIA SANTOS SANTAROZA	CET.TAPEJARA@HOTMAIL.COM	(44) 3677-2704
421	NÃO GOVERNAMENTAL	APAE DE TAPEJARA	TAPEJARA	ELIANE BELLIDO HERNANDES	APAETAPEJARA@BOL.COM.BR	(44) 6377-2389
422	NÃO GOVERNAMENTAL	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL NOSSA SENHORA PASTORA	TAPEJARA	ANA DE BRITO	PASTORAL_DOMENOR@HOTMAIL.COM	(44)999547601
423	IGREJA EVANGÉLICA	COMUNIDADE EVANGÉLICA DE TAPEJARA	TAPEJARA	PASTOR MICHEL SCARDELATO	COMUNIDADEDETAPEJARA01@OUTLOOK.COM	(44)999685880
424	IGREJA EVANGÉLICA	COMUNIDADE EVANGÉLICA SARA NOSSA TERRA	TAPEJARA	PASTOR RODRIGO VALIM	DIGAOVALIM@HOTMAIL.COM	(44) 999043565
425	IGREJA EVANGÉLICA	IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS EM TAPEJARA (CENTRO)	TAPEJARA	PASTOR LUCIANO CAMARGO	LCPASTOR@GMAIL.COM	(44)997230200

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
426	IGREJA EVANGÉLICA	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO TAPEJARA	TAPEJARA	PASTOR JOÃO NOGUEIRA	PJNOGUEIRA2013@GMAIL.COM	(44) 997158245
427	IGREJA EVANGÉLICA	CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL	TAPEJARA	JUNIOR JANDERSON DE CARVALHO	JUNINHOS1B@HOTMAIL.COM	(44) 999144294
428	IGREJA CATÓLICA	IGREJA NOSSA SENHORA DE APARECIDA	TAPEJARA	PADRE LUIZ CARLOS PINTENHO	PNSAPARECIDATAP@OUTLOOK.COM	(44) 999458641 OU 36771323
429	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA RURAL SANTANA	TAPEJARA	REGINALDO SARTORATO PEREIRA	SARTORATOPEREIRA@YAHOO.COM.BR	(44) 998072391
430	NÃO GOVERNAMENTAL	ROTARY CLUB DE TAPEJARA	TAPEJARA	JAIR BRUNE	AGRIMENSORJAIRBRUNE@GMAIL.COM	(44) 997660408
431	NÃO GOVERNAMENTAL	ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES DE TAPEJARA	TAPEJARA	PAULA GREGÓRIO	PAULAGREGORIAA@GMAIL.COM	(44)997176786
432	IGREJA EVANGÉLICA	IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA	TAPEJARA	TAINÁ PERRUD DA SILVA	TAINAPERRUD.CONT@GMAIL.COM	(44)999672782
433	IGREJA EVANGÉLICA	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	TAPEJARA	PASTOR JOSÉ SÉRGIO	IEQTAPEJARA23@GMAIL.COM	(67) 996685780
434	NÃO GOVERNAMENTAL	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS ROTARIANAS	TAPEJARA	EDIVÂNIA SABEC	EDIVANEASABEC@GMAIL.COM	(44) 999114440
435	NÃO GOVERNAMENTAL	LOJA MAÇONARIA CAVALEIROS DA LUZ	TAPEJARA	WILSON ROBERTO BARBOSA SERRA	WILSONSERRA2003@YAHOO.COM	(44) 999670004
436	GOVERNAMENTAL	SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE TAPEJARA	TAPEJARA	CLEONICE CAROLINE PEREIRA	SAMAE@TAPEJARA.PR.GOV.BR	(44) 3677-1229
437	SINDICATO RURAL	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TAPEJARA	TAPEJARA	JOÃO PEREIRA	STRTAPEJARA@SETAPP.ORG.BR	(44) 3677-12-75 OU 984131520
438	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TAPEJARA	TAPEJARA	WANDERSOM SOARES DE OLIVEIRA	ACIT@ACITAPEJARA.COM.BR	(44) 3677-1313 OU 998480056
439	MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CRUZEIRO DO OESTE	TAPEJARA	PROMOTORA NADIR EMILIA DE MELO	CRUZEIRODOOESTE.2PROM@MPPR.MP.BR	(44)3677-1592

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
440	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ENTRE RIOS – AMERIOS	MARAVILHA	N/A	AMERIOS@AMERIOS.ORG.BR	(49) 3664-0282
441	PÚBLICA MUNICIPAL	25º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR	UMUARAMA	N/A	N/A	N/A
442	PÚBLICA MUNICIPAL	CEMITÉRIO MUNICIPAL DE UMURAMA	UMUARAMA	N/A	N/A	(44) 3622-5878
443	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE CIDADE JARDIM	UMUARAMA	N/A	N/A	(44) 3622-7416
444	PÚBLICA MUNICIPAL	PARQUE COLINA VERDE	UMUARAMA	N/A	N/A	N/A
445	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL PROF ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO	UMUARAMA	N/A	N/A	(44) 3906-1080
446	PÚBLICA MUNICIPAL	SEDE PAISAGISMO DA PREF. UMUARAMA	UMUARAMA	N/A	N/A	N/A
447	PÚBLICA MUNICIPAL	CORREIOS - CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DOMICILIADA	UMUARAMA	N/A	N/A	(44) 3623-1671
448	PÚBLICA MUNICIPAL	ZILDA ARNS, C E DRA- EF M	UMUARAMA	N/A	N/A	(44) 3639-6106
449	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CÂNDIDO PORTINARI	UMUARAMA			(44) 2031-0423
450	PÚBLICA MUNICIPAL	CACHOEIRA DO TALISMÃ	UMUARAMA	N/A	N/A	N/A
451	PÚBLICA MUNICIPAL	CRAS III	UMUARAMA	JEFFERSON GEOVANINE FRELLO	FRELLW@GMAIL.COM	(44) 9 9973-7265/ 3906-1116/ 98457-1147
452	PÚBLICA MUNICIPAL	UBS – PANORAMA RUA AMAZONAS Nº 2391	UMUARAMA	WASHINGTON ROGÉRIO DE SOUZA	WASHINGTON@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 99914-4937
453	PÚBLICA MUNICIPAL	UBS – SÃO CRISTÓVÃO	UMUARAMA	GABRIELA AITA FERRARIN	GABRIELAAITA@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 99966-0464
454	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA ESTADUAL DURVAL SEIFERT	UMUARAMA	ALICE SHIGUEKO NARIMATSU CORREIA	ALICENARIMATSU@SEED.PR.GOV.BR	(44) 99824-8767
455	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO	UMUARAMA	DANIELLE CRISTINA BIGHETTI	DANIELLE.BIGHETTI@EDU.UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 98443-3000

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
456	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MALBA TAHAN	UMUARAMA	FABIANA TERESINHA PLESS	FABI_PLESS@HOTMAIL.COM	(44) 99848-6042
457	PÚBLICA MUNICIPAL	CMEI SÃO CRISTÓVÃO	UMUARAMA	VÂNIA RODRIGUES NICOLAU	VANIA_VRN@HOTMAIL.COM	(44) 98814-5327
458	PÚBLICA MUNICIPAL	CMEI CORA CORALINA	UMUARAMA	SARA LIGIA DE OLIVEIRA SARMENTO	CMEI.CORACORALINA@EDU.UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 99753-3345
459	PÚBLICA MUNICIPAL	UBS – SAN REMO	UMUARAMA	JANAINA PAZINATO	JANAINAPAZINATO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3906-1062/ 98457-1065/ 99918-7278
460	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA ESTADUAL ZILDA ARNS	UMUARAMA	SILVIA REGINA WEILLER ALVES	SILVIA.ALVES@ESCOLA.PR.GOV.BR	44) 3639-6106 / 99952-7025
461	PÚBLICA MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO DE MATTOS	UMUARAMA	MARIA MAGALI DORIGAN BONDEZAN	ESCOLA.SEBASTIAOMATTOS@EDU.UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 99903-8630/ 3906-1086/ 98457-1016
462	PÚBLICA MUNICIPAL	CMEI VILMAR SILVEIRA	UMUARAMA	MARIA CAROLINA PAULIS	MARIA.PAULIS@EDU.UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3624-9326/ 98828-4390 98457-1952/
463	PÚBLICA MUNICIPAL	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS	UMUARAMA	PATRÍCIA SANTOS DE PAIVA BARZON	PATRICIA.BARZON@EDU.UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3624-7672/ 98457-1024/ 98403-3254
464	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS	UMUARAMA	ANNIE CRISTINY LOPES DE ARAÚJO DE LIMA	CMAS@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3906-1092 / 3906-1019 / 98457-1109
465	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI	UMUARAMA	SEBASTIANA RUIZ GARCIA	CMDI@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3906-1092 / 3906-1019 / 98457-1109
466	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD	UMUARAMA	ELIDIAMARA SIMÕES NUNES	CMDPD@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3906-1092 / 3906-1019 / 98457-1109
467	CONTROLE SOCIAL	COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO	UMUARAMA	ROGER BRUNO BRAMBILA GIOPATTO	NÃO POSSUI	(44) 3906-1092 / 3906-1019 / 98457-1109

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
		DA POLÍTICA DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMP-RUA				
468	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA	UMUARAMA	IVO GALDINO DA SILVA	CMDCA@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3906-1092 / 3906-1019 / 98457-1109
469	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM	UMUARAMA	SILMARA RUIZ	CMDM@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3906-1092 / 3906-1019 / 98457-1109
470	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS	UMUARAMA	EDNA APARECIDA JUSTINO	CMHIS@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3624-2754
471	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	UMUARAMA	FERNANDA PERIARD MANTOVANI	CONSELHODO MEIOAMBIENTE@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3621-4141
472	ENTIDADE RELIGIOSA	PARÓQUIA PERPÉTUO SOCORRO	UMUARAMA	CARLOS ALBERTO DE FIGUEIREDO	SANTUARIONSPS@OUTLOOK.COM	(44)3622-5116
473	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA CATEDRAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO	UMUARAMA	PADRE LUIZ CEZAR BENTO	PAROQUIACATEDRAL@HOTMAIL.COM	(44) 3624-1865
474	ENTIDADE RELIGIOSA	PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	UMUARAMA	PADRE LEANDRO CARLOS BROLEZE	HABITACAO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44)3622-5428
475	ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO	PARQUE LARANJEIRAS	UMUARAMA	RESEMEIRA PINHEIRO BRAZ DA SILVA	HABITACAO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 99980-4584
476	ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO	JARDIM ALIANÇA/ JARDIM PETRÓPOLIS	UMUARAMA	IDINEIS NOVAIS DOS SANTOS	HABITACAO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 98412-9708
477	ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO	JARDIM SAN REMO	UMUARAMA	EUNICE INÁCIO PRADO DENK	HABITACAO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44)99828-5267
478	ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO	JARDIM SAN GAETANO	UMUARAMA	JANAINA CRISTINA DOS SANTOS	HABITACAO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44)99927-3487

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
479	ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO	JARDIM PANORAMA/ JARDIM INDAIA/ JARDIM TANGARÁ/ JARDIM IGUAÇU/ JARDIM PARAÍSO/ JARDIM SOCIAL	UMUARAMA	LUIZ ANTONIO CAVAQUIOLI	HABITACAO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44)99815-1979
480	PÚBLICA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA	UMUARAMA	TEMISTHOKLIS FALIAS	TEMISFALIAS@GMAIL.COM	(44) 98817-5972
481	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO - 6º PROMOTORIA	UMUARAMA	PAULO ROBERTO ROBLES ESTEBON	UMUARAMA.6PROM@MPPR.MP.BR HABITACAO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44) 3622 -8302
482	PODER JUDICIÁRIO	DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL - DPE/PR	UMUARAMA	CAUÊ BOUZON MACHADO FREIRE RIBEIRO	HABITACAO@UMUARAMA.PR.GOV.BR	(44)3622-1378
483	PODER JUDICIÁRIO	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	UMUARAMA	PATRICIA CRISTINA AMERICO DE OLIVEIRA	DPU.ADM.UMUARAMA@DPU.DEF.BR	(44) 3624-8489/ (44) 99904-0111
484	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP	FRANCISCO BELTRÃO	N/A	N/A	(46) 3524-2653
485	PÚBLICO	SOCIEDADE HOSPITALAR DOS TRABALHADORES RURAIS DE VERÊ.	VERÊ	N/A	N/A	(46) 3535-1221
486	PÚBLICO	CENTRO DE EVENTOS - CASA DA CULTURA	VERÊ	N/A	N/A	(46) 3535-8000
487	PUBLICO	MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	VERÊ	ELISÂNGELA AP. MATTEI	HABITACAOVERE@GMAIL.COM	(46) 3535-1195
488	PUBLICO	MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	VERÊ	RITA C. CANTON	N/A	N/A
489	PUBLICO	MUNICIPAL DE SAÚDE	VERÊ	JANE C. ALVES	N/A	(46) 3535-1317
490	PUBLICO	MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	VERÊ	MARCIANE CHIAPETTI	N/A	(46) 3535-1195
491	PUBLICO	MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	VERÊ	EDERSON SOIKA	N/A	(46) 3535-1523

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
492	PUBLICO	MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	VERÊ	ANDRÉ GUANDALIM	N/A	(46) 3535-1232
493	PUBLICO	MINISTERIO PUBLICO 2ª PROMOTORIA	DOIS VIZINHOS	LARISSA VASCONCELOS	DOISVIZINHOS.2PROM@MPPR.MP.BR	(46) 3536-1082
494	PUBLICO	DEFENSORIA PUBLICA	DOIS VIZINHOS	N/A	N/A	(46)3536-8450
495	ONG	CAPA	VERÊ	N/A	VERE@CAPA.ORG.BR	(46)-3535 1119
496	ASSOCIAÇÃO	APAE	VERÊ	NILCE VERARDO DELFES	N/A	(46)3535-1429
497	ASSOCIAÇÃO	SOCIEDADE HOSPITALAR DOS TRABALHADORES RURAIS	VERÊ	JERUSSA	N/A	(46)35351221
498	SINDICATO	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VERÊ	VERÊ	ADEMIR	N/A	(46) 3535-1261
499	COOPERATIVA	COPERVEREDA	VERÊ	SIMONE ALBERTI	N/A	(46) 3535-1779
500	ASSOCIAÇÃO	ASR	VERÊ	JUSTINA CALGAROTTO	N/A	(46)999321181
501	CLUBE DE SERVIÇOS	ROTARY	VERÊ	WILIAM IVO PASTRO	N/A	(46)999850791
502	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	INÁCIO MARTINS	CLEUSY DE FÁTIMA NASCIMENTO	CLEUSYNASCIMENTO@GMAIL.COM	(42)99943-0589
503	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (ENGENHARIA)	INÁCIO MARTINS	EDISON DOS SANTOS PEPE	EDISONPEPE@YAHOO.COM.BR	(42)99974-6014
504	LEGISLATIVO	CÂMARA MUNICIPAL	INÁCIO MARTINS	MARINO KUTIANSKI	CAMARAIM@OUTLOOK.COM	(42)991495824
505	ÓRGÃO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	IRATI	MARIA LUIZA CORREA	IRATI.3PROM@MPPR.MP.BR	(42)3422-3976
506	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIA MILITAR	INÁCIO MARTINS	SARGENTO MUNHOZ	MAUPMPPR@GMAIL.COM	(42)99867-7494
507	ENTIDADES CIVIS	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	INÁCIO MARTINS	KLEBER FERNANDES	KLEBERERIVELTON@GMAIL.COM	(42)99834-1106
508	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA CATÓLICA - PADRE	INÁCIO MARTINS	PADRE JOSÉ RODRIGUES	PNSA31@GMAIL.COM	(42)99811-2997
509	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA EVANGÉLICA - PASTOR	INÁCIO MARTINS	PASTOR LUCIDIO PADILHA	ADINACIOMARTINS@HOTMAIL.COM	(42)99919-3053

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
510	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	B. V. SÃO ROQUE	LAURIANO BENDER LINK	ASSISTENCIASOCIALADM2017@HOTMAIL.COM	(42)984122079
511	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (ENGENHARIA)	B. V. SÃO ROQUE	JOAO FLAVIO KRAUTZUK	PATIOOBRAS@GMAIL.COM	(42)984075775
512	LEGISLATIVO	CÂMARA MUNICIPAL	B. V. SÃO ROQUE	CEZAR RIBEIRO DOS SANTOS	CAMARA@CMBOAVENTURA.PR.GOV.BR	(43)995504200
513	ÓRGÃO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	PITANGA		PITANGA.2PROM@MPPR.MP.BR	(42)3646-1023
514	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIA MILITAR	B. V. SÃO ROQUE	CABO MAURICIO SZEREMETA	PMPRBOAVENTURA@YAHOO.COM.BR	(42)36521055
515	ENTIDADE CIVIL	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	B. V. SÃO ROQUE	RAFAEL FARIAS PEDROZO	RAFA.PEDROZO.BR@GMAIL.COM	(42)984134096
516	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA CATÓLICA - PADRE	B. V. SÃO ROQUE	ERONDI ALVES DA SILVA	PAROQUIASAOROQUEBV@HOTMAIL.COM	(42)984153855
517	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA EVANGÉLICA - PASTOR	B. V. SÃO ROQUE	MOIZEIS LEANDRO DA SILVA	PASTORMOISESEMCRISTO@GMAIL.COM	(42)99865586
518	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA M. ASSISTENCIA SOCIAL	CORONEL DOMINGOS SOARES	ANGELICA GRAEFF CATAPAN	ANGELICAGRAEFF123@GMAIL.COM	(46) 99988-0660
519	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA M. OBRAS E SERV. PUBL	CORONEL DOMINGOS SOARES	KEURY FABRIS MARCON	KFM.ENG.PMCDS@GMAIL.COM	(46) 99912-7097
520	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA M. SAUDE	CORONEL DOMINGOS SOARES	MARLY BEVILACQUA MAITO	SMS_CORONELDOMINGOSSOARES@SESA.PR.GOV.BR	(46) 98406-5542
521	SECRETARIA MUNICIPAL	CONS. MUNICIPAL ASSIST SOCIAL	CORONEL DOMINGOS SOARES	SEBASTIÃO OSNI BRASIL	OSNIBRASIL2016@GMAIL.COM	(46) 98400-9870
522	LEGISLATIVO	CAMARA DE VEREADORES	CORONEL DOMINGOS SOARES	JOÃO EVANDRO TIBES	ATENDIMENTO@DOMINIO.LEG.BR	(46) 3254-1208
523	ÓRGÃO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	PALMAS	DR. LEONE NIVALDO GONÇALVES	PALMAS.1PROM@MPPR.MP.BR / LNGONCALVES@MPPR.MP.BR	(46) 3262-5036
524	ASSOCIAÇÃO	APAE - ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ELENITA ALMEIDA FERREIRA	CORONEL DOMINGOS SOARES	NEIVA DE FATIMA LIMA SUCHOW	APAECDS@HOTMAIL.COM	46 999043524
525	ENTIDADE RELIGIOSA	PASTORAL DA CRIANÇA (MITRA DIOCESANA)	CORONEL DOMINGOS SOARES	JUCELIO DOS SANTOS CAMARGO	JUCELIOCAMARGO101@GMAIL.COM	46 999792460

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
526	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA CATÓLICA - MITRA DIOCESANA	CORONEL DOMINGOS SOARES	PADRE RENATO	N/C	46 984043445
527	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	CORONEL DOMINGOS SOARES	N/C	N/C	N/C
528	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	CORONEL DOMINGOS SOARES	N/C	N/C	N/C
529	ENTIDADE RELIGIOSA	UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA	CORONEL DOMINGOS SOARES	N/C	N/C	N/C
530	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	CORONEL DOMINGOS SOARES	N/C	N/C	46 32541307
531	ENTIDADE RELIGIOSA	CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL	CORONEL DOMINGOS SOARES	N/C	N/C	N/C
532	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS	GENERAL CARNEIRO-PR	LAÉDIO JOSE SUZENA	IAEDGCPR@YAHOO.COM	46-99115-1140
533	ENTIDADE RELIGIOSA	CAPELA SÃO JOÃO BATISTA	GENERAL CARNEIRO-PR	MARIA LUCIA CORDEIRO ESMOCOVSKI	NÃO POSSUI	42-98866-8194
534	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM SÃO JOÃO	GENERAL CARNEIRO-PR	ROBERTA FRANCIELE DA SILVA	ROBERTAF.SILVA82@GMAIL.COM	42-98817-0436
535	SAÚDE	UBS BAIRRO SÃO JOÃO	GENERAL CARNEIRO-PR	JAIRO FERREIRA DA ROCHA	JAIORROCHA250816@GMAIL.COM	42-98822-6359
536	EDUCAÇÃO	CMEI ARLENE VENSÃO LAMMEL	GENERAL CARNEIRO-PR	ELIZETE FREITAS	LIZETEFREITAS2020@GMAIL.COM	42-98824-4666
537	EDUCAÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL IRINEU GONÇALVES	GENERAL CARNEIRO-PR	MARTA FREIRAS	MARTINHA-FREITAS@HOTMAIL.COM	42-98807-2177
538	EDUCAÇÃO	ESCOLA ESCOLA ESTADUAL	GENERAL CARNEIRO-PR	ERENICE CRISTIANE NUNES MAGUELNISKI	ERENUNES2008@GMAIL.COM	42-98809-5986
539	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SCFV- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	GENERAL CARNEIRO-PR	LILIANE APARECIDA SEROISKA CHARNOSKI	CHARNOSKILILIANE@GMAIL.COM	42-99812-1444
540	LEGISLATIVO	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	GENERAL CARNEIRO-PR	ANTONIO JOARILSO LINS RODRIGUES	JOARILSO@CAMARAGENERALCARNEIRO.PR.GOV.BR	42-98872-3073

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
541	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	GENERAL CARNEIRO-PR	ROSIVANI TEREZINHA FAION	ROSIVANIFAION@GMAIL.COM	42-98807-7040
542	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	GENERAL CARNEIRO-PR	MARIA SALETE DE OLIVEIRA VOLENKEVICZ	SALETEVOLENKEVICZ@HOTMAIL.COM	42-98823-2115
543	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	GENERAL CARNEIRO-PR	JANETE ELIANE WEBER FERREIRA	JANETEPROVOPAR.PMGC@GMAIL.COM	42-98831-5154
544	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	GENERAL CARNEIRO-PR	SANDRO WASMANN	SANDROWASMANN@GMAIL.COM	42-98827-2760
545	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA AGRONEGÓCIO MEIO AMBIENTE	GENERAL CARNEIRO-PR	DANILO JUNIOR ALVES	DJALVES@HOTMAIL.COM	42-99946-0088
546	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO, TURISMO, ESPORTE E LAZER	GENERAL CARNEIRO-PR	JOSE WALTER FERREIRA	GENERALWALTERFER@GMAIL.COM	42-98818-3035
547	ÓRGÃO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ	UNIÃO DA VITÓRIA-PR E REGIÃO	DR. JULIO RIBEIRO DE CAMPOS NETO	UNIAODAVITORIA.ATENDIMENTO@MPPR.MP.BR	42-3522-2349
548	ÓRGÃO PÚBLICO	DEFENSORIA PÚBLICA	UNIÃO DA VITÓRIA-PR E REGIÃO	FABIANO AUGUSTO MALAGHINI	FABIANO.MALAGHINI@DEFENSORIA.PR.DEF.BR	42-3523-3483
549	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA SÃO JOSÉ DO OPERÁRIO	CRUZ MACHADO	LAURO RIBEIRO BORGES		42988511940
550	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ	CRUZ MACHADO	TITA MOREIRA		42998596462
551	EDUCAÇÃO	CMEI / INFANTIL MARIA GAIOSKI	CRUZ MACHADO	SILVANA	EDUCPREF@YAHOO.COM.BR	42999845496
552	ENTIDADE RELIGIOSA	IGREJA CRISTÃO PENTECOSTAL(PALMEIRINHA)	CRUZ MACHADO	ALISSON DOS SANTOS		42999878401
553	LEGISLATIVO	CÂMARA DE VEREADORES	CRUZ MACHADO	EZEQUIEL ORTIZ	CCMCRUZMACHADO@GMAIL.COM	42998174587
554	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CRUZ MACHADO	ANDRESSA SZYKOWSKI	ANDI.SZAYKOWSKI@GMAIL.COM	42988199486
555	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CRUZ MACHADO	GABRIELA LOPES	GABRIELALOPESNEP@GMAIL.COM	42999509315
556	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CRUZ MACHADO	SILVANA WIERBISKI	EDUCPREF@YAHOO.COM.BR	42988298833

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
557	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE ESPORTES	CRUZ MACHADO	JOSÉ DIRCEU SWED	POLACOZE@YAHOO.COM.BR	42999404061
558	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DA FAZENDA	CRUZ MACHADO	VERA MARIA BENZAK	LICITACAO@PMCM.PR.GOV.BR	42988076475
559	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMERCIO	CRUZ MACHADO	JOÃO GILMAR GRENAT	DPCOMPRASCRUZMACHADOPARANA@GMAIL.COM	42998078185
560	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE OBRAS	CRUZ MACHADO	NELSON BRAUTIGAM	OBRASCM@OUTLOOK.COM	42998193762
561	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE SAÚDE	CRUZ MACHADO	GRAZIELA BRAUN	CRUZMACHADOSAUDE@GMAIL.COM	42999032241
562	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVIÇOS RURAIS	CRUZ MACHADO	ERNANI BARCZAK	PMCM@PMCM.PR.GOV.BR	42999994571
563	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE TRANSPORTE	CRUZ MACHADO	MARCOS MARCZAK	TRANSPORTESAUCRUZMACHADO@GMAIL.COM	42999211182
564	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE TURISMO	CRUZ MACHADO	RODRIGO ANTONIO SOUZA	TURISMO@PMCM.PR.GOV.BR	42988638687
565	ÓRGÃO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	UNIÃO DA VITÓRIA	DR. JULIO RIBEIRO DE CAMPOS NETO	MPPR.APPS@MPPR.MP.BR	(42) 3524-2985
566	ÓRGÃO PÚBLICO	DEFENSORIA PÚBLICA	UNIÃO DA VITÓRIA	MARIA LUIZA FURBINO DE NOVAES GOMES	MARIA.NOVAES@DEFENSORIA.PR.DEF.BR	(42) 99162-4815
567	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊN CIA SOCIAL E FAMÍLIA	PAULO FRONTIN	SALETE ROSA DE FRANÇA	ASSISTENCIASOCIAL@PAULOFRONTIN.PR.GOV.BR	(42) 35431794
568	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	PAULO FRONTIN	MICHELLE REGINA POTUK	SECRETARIADEEDUCACAO@PAULOFRONTIN.PR.GOV.BR	(42) 35431151
569	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PAULO FRONTIN	BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ	SECRETARIADESAUDE.PFRONTIN@GMAIL.COM	(42) 35431341
570	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	PAULO FRONTIN	ISMAR VINICIUS LESZAK	SEC-ADM@PAULOFRONTIN.PR.GOV.BR	(42) 3543-1381
571	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS	PAULO FRONTIN	CARLA RENATA PECH	FINANCEIRO@PAULOFRONTIN.PR.GOV.BR	(42) 3543-1210

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
572	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS	PAULO FRONTIN	JANDERSON REPCZUK	SEC-OBRAS@PAULOFRONTIN.PR.GOV.BR	(42) 3543-1464
573	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	PAULO FRONTIN	CLERENICE NIERDELE	INDUSTRIAECOMERCIO@PAULOFRONTIN.PR.GOV.BR	(42) 999785594
574	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE GOVERNO	PAULO FRONTIN	ROGÉRIO VIAL	GABINETE@PAULOFRONTIN.PR.GOV.BR	(42) 3543-1210
575	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE	PAULO FRONTIN	EUGENIO HRENICHEN	AGRICULTURA@PAULOFRONTIN.PR.GOV.BR	(42)99990-6392
576	EDUCAÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL TECLA ROMKO	PAULO FRONTIN	CRISTIANA APARECIDA BORA MARAFON	CRIS28.CRISTIANA@GMAIL.COM	(42) 998432197
577	EDUCAÇÃO	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA ANICE	PAULO FRONTIN	DULCI CARLOTTO	CDONAAANCE@YAHOO.COM.BR	(42)3543-1369
578	EDUCAÇÃO	COLÉGIO ESTADUAL MONSENHOR PEDRO BUSKO	PAULO FRONTIN	IRINEU CARLOTTO	PLFPEDROBUSKO@ESCOLA.PR.GOV.BR	(42) 3543-1243
579	EDUCAÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO SANTANA	PAULO FRONTIN	TATIANA DE LIMA	EDOCAMPOSANTANA@GMAIL.COM	(42) 8811-0544
580	EDUCAÇÃO	CASA FAMILIAR RURAL	PAULO FRONTIN	IRINEU CARLOTTO	PLFCASAFAMILIAR@ESCOLA.PR.GOV.BR	(42) 3543-7010
581	EDUCAÇÃO	ESCOLA CÂNDIDO MAURÍCIO BRZEZINSKI - MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PAULO FRONTIN	ELIZETE FRANCAZAK	APAEFRONTIN@HOTMAIL.COM	(42) 3543-1202
582	EDUCAÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO CARLOS GOMES	PAULO FRONTIN	CRISTIANE VERGUTZ	CRIS.VERGUTZZ@HOTMAIL.COM	(42) 999258618
583	EDUCAÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO UNIÃO BRASILEIRA	PAULO FRONTIN	BRUNA GISELE RODRIGUES KRUL	BRUNAGISELERODRIGUES@HOTMAIL.COM	(42) 998614758
584	EDUCAÇÃO	COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO GAULOWSKI	PAULO FRONTIN	MARCO ANTONIO GELLER	PLFFRANCISCO@SEED.PR.GOV.BR	(42) 3581-1012
585	SAÚDE	PRONTO ATENDIMENTO DE PAULO FRONTIN	PAULO FRONTIN	DILCELIA ZIOMKO	DILZIOMKO@GMAIL.COM	(42) 9972-1094
586	SAÚDE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - CENTRAL	PAULO FRONTIN	MARLENE PROCHERA	MPROCHERA@YAHOO.COM.BR	(42) 9903-1708
587	SAÚDE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - VERA GUARANI	PAULO FRONTIN	SUELI APARECIDA NOS	SUELIAPNOS@GMAIL.COM	(42) 9951-8356

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
588	SAÚDE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - SÃO ROQUE	PAULO FRONTIN	SUELI APARECIDA NOS	SUELIAPNOS@GMAIL.COM	(42) 9951-8356
589	SAÚDE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - CÂNDIDO DE ABREU	PAULO FRONTIN	SUELI APARECIDA NOS	SUELIAPNOS@GMAIL.COM	(42) 9951-8356
590	SAÚDE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - NOSSA SENHORA DA SALETE	PAULO FRONTIN	SUELI APARECIDA NOS	SUELIAPNOS@GMAIL.COM	(42) 9951-8356
591	SAÚDE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - IGUAÇÚ	PAULO FRONTIN	SUELI APARECIDA NOS	SUELIAPNOS@GMAIL.COM	(42) 9951-8356
592	SAÚDE	CENTRO DE ESPECIALIDADES	PAULO FRONTIN	ALVACIRA CHIPITOSKI	CCHIPITOSKI@YAHOO.COM.BR	(42) 9963-4478
593	ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PAULO FRONTIN	ELOIDES KRUL	ELOIDESKRUL12@GMAIL.COM	(42) 99846-0395
594	ASSISTÊNCIA SOCIAL	UNIDADE DE ACOlhIMENTO - CASA LAR	PAULO FRONTIN	SALETE ROSA DE FRANÇA	PECHSALETE@YAHOO.COM	(42) 99119-8461
595	ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DIA PARA IDOSOS	PAULO FRONTIN	ANA MARIA FERNANDES CAR	ANA.T.CAR@HOTMAIL.COM	(42)99151-2346
596	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	PAULO FRONTIN	ELOIDES KRUL	ELOIDESKRUL12@GMAIL.COM	(42) 99846-0395
597	ÓRGÃO PÚBLICO	CONSELHO TUTELAR	PAULO FRONTIN	BRUNA LARISSA MARAFON	CONSELHOFRONTIN@YAHOO.COM.BR	(42)99845-3835
598	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	PARÓQUIA SÃO JOAQUIM E SANTANA	PAULO FRONTIN	PADRE ALCIONE ZANIN	PAR.SANTANA@DIOCESEUNIVITORIA.ORG.BR	(42)3543-1110
599	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	PASTORAL DA CRIANÇA	PAULO FRONTIN	DEOLMARIA RETCHESKI DALLAZEN		(42) 99854-8704
600	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	IGREJA SÃO JOÃO BATISTA	PAULO FRONTIN	PADRE SÉRGIO HRYNIEVICZ	PAROQUIANATPF@HOTMAIL.COM	(42) 3543-1205
601	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	PAULO FRONTIN	LUIZ AMARILDO GRADASCHI	LEDIRAMARILDO@HOTMAIL.COM	(49) 8850-5718
602	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA	PAULO FRONTIN	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA NETO	JOSÉ.CNETO@ADVENTISTAS.ORG	(41) 99682-4501
603	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	IGREJA CONGREGAÇÃO CRISTÃ	PAULO FRONTIN	PAULO EVERALDO LES	PAULOLES007@GMAIL.COM	(42) 99900-0735
604	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	PAULO FRONTIN	ELIZETE FRAN CZAK	APAEFRONTIN@HOTMAIL.COM	(42) 3543-1202

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
605	ÓRGÃO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	MALLET	PROMOTOR EDUARDO MARIANO VALEZIN DE TOLEDO	MALLET.PROM@MPPR.BR	(42) 3542-1441
606	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	SÃO PEDRO DO PARANÁ	MARIA APARECIDA XAVIER DA SILVA	MARIAPXS@HOTMAIL.COM	44 991449315
607	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SÚDE	SÃO PEDRO DO PARANÁ	PRISCILA L. G. CAVENAGHLI	SAUDE@SAOPEDRODOPARANA.PR.GOV.BR	44 991192226
608	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SÃO PEDRO DO PARANÁ	WILIAN JOSÉ CARDOSO DE ANDRADE	WILLIAN_SPP@HOTMAIL.COM	44 991359381
609	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	SÃO PEDRO DO PARANÁ	JOÃO GUSTAVO LUIZÃO FERNANDES	GUSTAVOPMSPRR@HOTMAIL.COM	44 991312909
610	PREFEITURA	DEFESA CIVIL	SÃO PEDRO DO PARANÁ	JOSÉ CLOVIS MARINI	SAS.SPPR@GMAIL.COM	44 991577776
611	SOCIEDADE CIVIL	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES	SÃO PEDRO DO PARANÁ	AILTON FERREIRA DE OLIVEIRA	NI	44 99166 3677
612	MINISTÉRIO PÚBLICO	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMARCA DE LOANDA	LOANDA	DRª VERA DE FREITAS MENDONÇA	LOANDA.1PROM@MPPR.MP.BR	44 3425-1746
613	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	IGREJA CATÓLICA	PORTO SÃO JOSÉ	PE. ADÃO DIAS MARTINS	PAROQUIASP1@HOTMAIL.COM	44 3464 -1082
614	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO	UBIRATÃ		(44) 3543-4357	(44) 3543-5180
615	EDUCAÇÃO	CMEI. CONJUNTO BOA VISTA	UBIRATÃ	VIVIANE APª FERREIRA NEVES	(44) 3543-2726	(44) 3543-2726
616	EDUCAÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL GENTIL TOLEDO DE MORAES JÚNIOR	UBIRATÃ		(44) 3543-5180	(44) 3543-5180
617	EDUCAÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL CLEIDE BORGES REIS	UBIRATÃ	ELIANA ZEM DE CARVALHO	(44) 3543-4410	(44) 3543-5829
618	EDUCAÇÃO	COLÉGIO ESTADUAL CARLOS GOMES	UBIRATÃ	CLAUDIO ROBERTO LOPES ZEM	(44) 3543-1174	(44) 3543-1174
619	EDUCAÇÃO	APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	UBIRATÃ	JOSÉ CARLOS MENEGON	(44) 3543-1569	(44) 3543-1569
620	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UBIRATÃ	CLAUDINEI LAZARETTI		(44) 99932-5106

Tabela 15 – Atores institucionais – partes interessadas no Programa

#	Tipo de instituição	Nome da Instituição	Município de atuação	Nome do contato	E-mail	Telefone
621	ASSISTÊNCIA SOCIAL	CRAS	UBIRATÃ	LEILA IPOLITO OLIVEIRA	(44) 35435185	(44)3543-5185
622	SOCIEDADE CIVIL	LAR DOS VELHINHOS DE UBIRATÃ DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO	UBIRATÃ	PEDRO DA SILVA ALVES	(44) 3543-1254	(44) 99843-0165
623	ÓRGÃO PÚBLICO	CONSELHO TUTELAR	UBIRATÃ	PAMELA THALITA M. ROCHA	(44) 3543-1523	(44) 3543-1523
624	SECRETARIA MUNICIPAL	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE	UBIRATÃ	NI	NI	(44) 3543-3653
625	ÓRGÃO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	UBIRATÃ	CAROLINA NISHI COELHO	UBIRATA.PROM@MPPR.MP.BR	(44) 99928-5875
626	PODER JUDICIÁRIO	FÓRUM ESTADUAL DE UBIRATÃ	UBIRATÃ	NI	NI	(44) 3543-1018
627	SEGURANÇA PÚBLICA	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE UBIRATÃ	UBIRATÃ	IVO VOURVUPULOS VIANA	NI	(44) 3543-1183
628	SECRETARIA MUNICIPAL	PLANEJAMENTO URBANO	UBIRATÃ	NI	NI	(44) 3543-8000
629	SECRETARIA MUNICIPAL	ASSESSORA DE GABINETE/HABITAÇÃO	UBIRATÃ	NEUSA A DALVI	NI	(44) 99943-1607
630	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	UBIRATÃ	NI	NI	(44) 3543-8000
631	CONTROLE SOCIAL	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UBIRATÃ	NI	NI	(44) 3543-8000

ANEXO 2 – LOCALIZAÇÃO E CONTATO WHATSAPP – ESCRITÓRIOS REGIONAIS COHAPAR

#	REGIONAL		ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
1	Apucarana	Apucarana, Arapongas, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.	Rua Coronel Luiz José dos Santos, 503	43 3308-3150	erap@COHAPAR.pr.gov.br
2	Campo Mourão	Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Mato Rico, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubitatã.	Rua Harrison José Borges, 1777	44 3518-2450	ercm@COHAPAR.pr.gov.br
3	Cascavel	Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.	Rua São Paulo, 1317	45 3333-1100	erca@COHAPAR.pr.gov.br
4	Cornélio Procópio	Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Itambaracá, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão Do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Siqueira Campos, Tomazina, Uraí.	Rua Mato Grossa, 7	43 3520-8500	ercp@COHAPAR.pr.gov.br
5	Curitiba – Sede	Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo	Avenida Marechal	41 3312-5700	faleconosco@cohapar.pr.gov.br

#	REGIONAL		ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
		Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná.	Humberto de Alencar Castelo Branco, 800		
6	Francisco Beltrão	Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Espigão Alto do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Quedas do Iguaçu, Realeza, Renascença, Rio Bonito do Iguaçu, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê, Vitorino.	Rua Pernambuco, 434	46 3905-4450	erfb@COHAPAR.pr.gov.br
7	Guarapuava	Boa Ventura De São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Candóji, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Irati, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Manoel Ribas, Marquinho, Nova Laranjeiras, Nova Tebas, Palmital, Pinhão, Pitanga, Porto Barreiro, Prudentópolis, Rebouças, Reserva do Iguaçu, Rio Azul, Santa Maria do Oeste, Turvo, Virmond.	Rua Marechal Floriano Peixoto, 1941	42 3630-2750	ergp@COHAPAR.pr.gov.br
8	Londrina	Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis, Tamarana.	Rua Tupi, 582	43 3376-8700	erld@COHAPAR.pr.gov.br
9	Maringá	Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Cruzeiro Do Sul, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Flórida, Iguaçu, Inajá, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Jardim Olinda, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Paranapoema, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi, Uniflor.	Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, 145	44 3219-5300	erma@COHAPAR.pr.gov.br
10	Paranavaí	Alto Paraná, Amaporã, Diamante do Norte, Guairaçá, Itaúna do Sul, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica.	Rua Manoel Ribas, 763, sala 40	44 3474-8250	erpv@COHAPAR.pr.gov.br
11	Ponta Grossa	Arapoti, Carambeí, Castro, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbaú, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas,	Rua do Rosário, 310	42 3219-2950	erpg@COHAPAR.pr.gov.br

#	REGIONAL		ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
		Reserva, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Sengés, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania, Wenceslau Braz.			
	Umuarama	Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guaporema, Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Ivaté, Japurá, Jussara, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, Rondon, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Xambê.	Avenida Getúlio Vargas, 4816	44 3626-6200	erum@COHAPAR.pr.gov.br
12	União da Vitória	Antonio Olinto, Bituruna, Coronel Domingos Soares, Cruz Machado, General Carneiro, Mallet, Palmas, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, União da Vitória.	Rua Doutor Cruz Machado, 493, 2º andar	42 3524-1400	eruv@COHAPAR.pr.gov.br

Fonte: <https://www.cohapar.pr.gov.br/>